

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

Fernanda Frasson Martendal

**DIFUSÃO NA ARQUIVOLOGIA E SUAS EXPRESSÕES NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**

Florianópolis
2018

Fernanda Frasson Martendal

**DIFUSÃO NA ARQUIVOLOGIA E SUAS EXPRESSÕES NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eva Cristina Leite da Silva

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Martendal, Fernanda Frasson
Difusão na Arquivologia e suas expressões nos
cursos de graduação em Arquivologia no Brasil /
Fernanda Frasson Martendal ; orientadora, Eva
Cristina Leite da Silva, 2018.
279 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Difusão na
Arquivologia. 3. Perspectiva social na Ciência da
Informação e na Arquivologia. 4. Ensino de
Arquivologia. 5. Currículo. I. Leite da Silva, Eva
Cristina. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação. III. Título.

Fernanda Frasson Martendal

**DIFUSÃO NA ARQUIVOLOGIA E SUAS EXPRESSÕES NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de
“Mestra em Ciência da Informação” e aprovada em sua forma final pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Eva Cristina Leite da Silva
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Elizete Vieira Vitorino
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Moisés Rockembach
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho eu dedico aos meus pais,
Valda e Adalberto.

POEMA DE AGRADECIMENTO

Caso eu pudesse transformar em palavras o que estou sentindo,
Demasiado simples seriam, pois estariam indo e vindo.
De tantos amigos que eu tenho, amores, enfim,
Uma página de agradecimentos seria pouco,
Pois muitos sentimentos cabem em mim.

À minha **família**, tão presente, que nunca deixou de acreditar
Que um dia sua filha, como passarinho, ia voar!
Entre a linguagem acadêmica e dia-a-dias comuns,
Eu sigo a minha trilha, agradecendo outros importantes “uns”.

Minha **mãe** e meu **pai** pensando sempre nas minhas horas de sono, que
nunca pensavam em começar;
Minha **avó** – “muito lindo seu trabalho”, era o único que sabia falar;
A **Lê**, sempre presente, só sabia me abraçar!

Aos **amores** eu incluo aqueles que humildemente me souberam amar:
Marcelo e sua mente tão brilhante a me incentivar,
Rê e **Leo**, formando o trio mais dinâmico que nunca pode se separar!
KOD, AAESC, Pólen, pessoas especiais.
E, principalmente, minha orientadora **Professora Princesa**, a me
orientar, abraçar, corrigir, ouvir, acompanhar.

Sou sortuda por poder nesta universidade estar
E com uma bolsa da CAPES estudar,
Dentre tantos que queriam, neste lugar, uma carreira cursar.
Mas aviso que esta dissertação também é de vocês:
O título de Mestre será sempre transitório, se eu não puder devolver
À **sociedade** tudo aquilo que ela me fez ver.

Que a informação pública de arquivo é do pobre, do rico, da criança e
do idoso.

Por isso não podia tornar o ato de pesquisar receoso.
Para a difusão acontecer, é preciso nos mexer e promover ações,
De maneira que a vida consista em constantes revoluções
E que esta pesquisa me faça agora voar a outras longínquas
constelações!
OBRIGADA!

*“Los pueblos que no se conocen han de darse
prisa para conocerse” (José Martí).*

“Os povos que não se conhecem terão pressa em
se conhecer” (José Martí).

RESUMO

Apresenta o tema da difusão na Arquivologia, como uma das sete funções que contribui para o trabalho de gestão da informação orgânica e que está vinculada às outras funções, numa relação matricial. Explica sobre a perspectiva social na Ciência da Informação e na Arquivologia, desde seu surgimento e aborda sobre a contribuição desta perspectiva para o processo de difusão nas unidades de informação. Caracteriza a difusão no âmbito da Arquivologia, seus objetivos, os tipos de público a que está direcionada e os espaços em que pode ser desenvolvida como processo. Apresenta também a difusão como conteúdo curricular inserido no processo formativo do arquivista mediador e relaciona estes aspectos com o ensino de Arquivologia, desde seu surgimento até a atualidade. Metodologicamente, utiliza como estratégias a revisão de literatura, para identificar a abordagem da temática no escopo da literatura em Arquivologia, Ciência da Informação e Educação, e a análise de conteúdo, a fim de caracterizar a abordagem da difusão na Arquivologia nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. Considera, após a aplicação das estratégias metodológicas, que a difusão na Arquivologia vem sendo trabalhada na literatura científica, de maneira incipiente, com publicações esparsas entre os anos, que abordam principalmente sobre disponibilização de informações orgânicas em portal/*web*, arquivo/acervo físico e acesso à informação governamental pública. Nos currículos, vem sendo apresentada como disciplina, na maior parte dos casos obrigatória, sendo que nas universidades pesquisadas, dentre todas as disciplinas presentes nos 16 currículos, a temática aparece distribuída em diferentes proporções, denotando que cada um dos cursos possui relações diferentes com o ensino da difusão na Arquivologia. Como direito humano e fundamental, o reconhecimento da história da sociedade, a partir do acesso orientado à informação orgânica, somente pode ser viabilizado se houver estudos sobre a difusão e se ela for considerada também como componente do processo formativo do arquivista, para que ele se torne mediador consciente desta atividade.

Palavras-chave: Difusão na Arquivologia. Arquivo. Perspectiva social na Ciência da Informação e na Arquivologia. Currículo. Literatura científica.

ABSTRACT

This essay presents the thematic of the diffusion in the Archival Science, as one of the seven functions that contribute to the management of the organic information and that is linked to the other functions, in a matrix relationship. It explains about the social perspective in the Information Science and in the Archival Science, since its beginning and talks about the contribution of this perspective to the diffusion process at the information's unities. It characterizes the diffusion in the scope of Archival Science, its objectives, the types of audience to which it is directed and the spaces where it can be developed as a process. It also presents the diffusion as curricular content inserted in the formative process of the archivist as a mediator and relates these aspects with the Archival Science education, since its beginning until the present. Methodologically, it uses as strategies the literature review, to identify the approach to the issue in the scope of the literature of Archival Science, Information Science and Education, and the content analysis, that aims to characterize the approach of the diffusion in the Archival Science in the curricula of the undergraduate courses in Archival Science in Brazil. It considers, after the application of the methodological strategies, that the diffusion in Archival Science is worked in the scientific literature, incipiently, with few publications between the years, that approach mainly about disponibilization of organic informations in web, archive/collection physical and access to the public government information. In the curricula, the diffusion is presented as subject, in most cases required, and in the searched universities, between all of the subjects presents in the 16 curricula, the diffusion appears distributed in different proportions, denoting that each one of the courses has different relationship with the teaching of the diffusion in the Archival Science. As a human and fundamental right, the recognition of the social history, from the oriented access to the organic information, only can be feasible if there are studies about the diffusion and if it is considered also as component of the education process of the archivist, to become conscious mediator of this activity.

Keywords: Diffusion in the Archival Science. Archive. Social perspective in the Information Science and in the Archival Science. Curriculum. Scientific literature.

RESUMEN

Presenta la temática de la difusión en la Archivología, como una de las siete funciones que contribuye para el trabajo de gestión de la información orgánica y que está vinculada a las otras funciones, en una relación matricial. Explica sobre la perspectiva social en la Ciencia de la Información y en la Archivología, desde su surgimiento y aborda sobre la contribución de esta perspectiva para el proceso de difusión en las unidades de información. Caracteriza la difusión en el ámbito de la Archivología, sus objetivos, los tipos de público a que está direccionada y los espacios en que puede ser desarrollada como proceso. Presenta también la difusión como contenido curricular inserido en el proceso formativo del archivista mediador y relaciona estos aspectos con la enseñanza de Archivología, desde su surgimiento hasta la actualidad. Metodológicamente, utiliza como estrategias la revisión de literatura, para identificar el abordaje de la temática en la literatura en Archivología, Ciencia de la Información y Educación, y el análisis de contenido, con el fin de caracterizar el abordaje de la difusión en la Archivología en los planes de estudio de las carreras de grado en Archivología en Brasil. Considera, después de la aplicación de las estrategias metodológicas, que la difusión en la Archivología viene siendo trabajada en la literatura científica, de manera incipiente, con publicaciones esporádicas entre los años, que abordan principalmente sobre disponibilización de informaciones orgánicas en portal/web, archivo/acervo físico y acceso a la información gubernamental pública. En los planes de estudio, viene siendo presentada como disciplina, en la mayor parte de los casos obligatoria, siendo que en las universidades investigadas, dentre todas nas disciplinas presentes en los 16 planes de estudio, la temática aparece distribuida en diferentes proporciones, denotando que cada una de las carreras posee relaciones diferentes con la enseñanza de la difusión en la Archivología. Como derecho humano y fundamental, el reconocimiento de la historia de la sociedad, a partir del acceso orientado a la información orgánica, solamente puede ser viabilizado caso haya estudios acerca de la difusión y caso ella sea considerada también como componente del proceso formativo del archivista, para que él se vuelva mediador consciente de esta actividad.

Palabras-clave: Difusión en la Archivología. Archivo. Perspectiva social en la Ciencia de la Información y en la Archivología. Plan de estudios. Literatura científica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem	35
Figura 2: Os tipos de público dos arquivos	81
Figura 3: Tríade construção, comunicação e uso	103
Figura 4: Processo comunicacional na Arquivologia	105
Figura 5: Etapas da análise de conteúdo.....	116
Figura 6: Mapa da extensão territorial alcançada pelos 28 artigos analisados	141
Figura 7: Uso da expressão #ArchivosVivos pelo <i>Archivo Nacional de Costa Rica</i> , em comemoração ao Dia Internacional dos Arquivos, em 2015.....	143
Figura 8: Arquivo pessoal de Nicola Perscheid	144
Figura 9: Exposições, por motivo de comemoração do centenário do <i>Archives du Sénégal</i>	146
Figura 10: Questões propostas para as disciplinas da pesquisa.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea: suas abordagens, naturezas científicas e objetos científicos	39
Quadro 2 – Autores que concebem a Arquivologia como técnica, disciplina técnica, disciplina em desenvolvimento, disciplina científica, ou ciência	41
Quadro 3 – Paradigmas cognitivo, físico e social da Ciência da Informação	46
Quadro 4 – Campos de pesquisa na Arquivologia	49
Quadro 5 – Características do paradigma social da Ciência da Informação	51
Quadro 6 – Conceituações para educação formal, não formal e informal	68
Quadro 7– Ações educativas empregadas junto à informação orgânica	72
Quadro 8 – Exemplos de ações educativas, utilizando acervos de arquivos, em ambientes formais e não formais de educação.....	77
Quadro 9 – Escopo categorial em que está englobado o ensino de Arquivologia	96
Quadro 10 – Linha temporal sobre o ensino da Arquivologia no Brasil	101
Quadro 11 – A mediação implícita e explícita na Arquivologia	106
Quadro 12 – Detalhamento da coleta de dados	112
Quadro 13 – Definição dos blocos/etapas da análise de conteúdo	117
Quadro 14 – Bases de dados das áreas do conhecimento Comunicação e informação e Educação	120
Quadro 15 - Resultados encontrados para a área do conhecimento Comunicação e informação	123
Quadro 16 – Detalhamento da análise dos 28 artigos	128
Quadro 17 – Leis de acesso à informação pública, nos países identificados	142
Quadro 18 – Temáticas dos 28 artigos analisados.....	147
Quadro 19 – Cursos de graduação em Arquivologia no Brasil pesquisados	149
Quadro 20 – Etapas da análise de conteúdo aplicadas à pesquisa.....	156
Quadro 21 – Categorias de análise e suas justificativas	159
Quadro 22 – Disciplinas incorporadas à análise.....	171
Quadro 23 – Análise do conteúdo das 66 disciplinas.....	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados encontrados nas bases de dados de Comunicação e informação e Educação – primeira busca	121
Tabela 2 – Resultados encontrados nas bases de dados de Comunicação e informação e Educação – segunda busca.....	122
Tabela 3 – Frequência de ocorrência das categorias (primeira parte da busca categorial).....	169
Tabela 4 – Total de disciplinas recuperadas (segunda parte da busca categorial).....	170
Tabela 5 - Relação entre o total de disciplinas das 16 universidades e as disciplinas relacionadas à difusão na Arquivologia	245

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF	África Equatorial Francesa
AOF	África Ocidental Francesa
ALA	Associação Latino-americana de Arquivos
CFE	Conselho Federal de Educação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPA	Curso Permanente de Arquivos
e-ARQ Brasil	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
ICA	Conselho Internacional de Arquivos
NEPAD	Nouveau partenariat pour le développement de l’Afrique
PNC	Plano Nacional de Cultura
PRIA	Primeira Reunião Interamericana de Arquivos
REPARQ	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SNC	Sistema Nacional de Cultura

UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
1.1 Justificativa e problema da pesquisa	28
1.2 Objetivos	30
1.2.1 Objetivo geral.....	30
1.2.2 Objetivos específicos.....	30
2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: CIÊNCIAS COMUNICACIONAIS.....	31
2.1 Ciência da Informação: social e comunicacional.....	31
2.2 Arquivologia: surgimento e cientificidade de uma ciência social e comunicacional	36
2.2.1 A cientificidade da Arquivologia	38
2.2.2 A corrente Integrada da Arquivologia.....	43
2.3 O papel da perspectiva social para a Ciência da Informação e a Arquivologia	46
3 DIFUSÃO NA ARQUIVOLOGIA.....	55
3.1 Características atribuídas à difusão na Arquivologia.....	55
3.2 O arquivo e a escola: espaços de educação formal e não formal para a difusão na Arquivologia.....	67
3.3 Públicos para os quais é direcionada a difusão na Arquivologia	78
4 O PROCESSO FORMATIVO EM ARQUIVOLOGIA	83
4.1 Processo formativo e currículo: características gerais.....	83
4.2 Os arquivos e a formação em Arquivologia.....	88
4.2.1 O ensino em Arquivologia	98
4.2.2 O arquivista, a competência e a mediação da informação.....	102
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS	111
5.1 Caracterização da pesquisa	111
5.2 Estratégias metodológicas: conceituação	113
5.2.1 Revisão de literatura.....	113
5.2.2 Análise de conteúdo	113
6 RESULTADOS.....	119
6.1 Aplicação da revisão de literatura	119
6.2 Aplicação da análise de conteúdo.....	147

6.2.1 Pré-análise.....	147
6.2.2 Exploração do material	159
6.2.3 Tratamento dos resultados e interpretações	164
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
REFERÊNCIAS.....	255

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a Arquivologia vem se desenvolvendo como ciência que precisa ser estudada também sob a perspectiva do acesso à informação, o que demanda que os estudantes desenvolvam habilidades para o manejo da informação, ou seja, sua gestão, fazendo com que ela esteja direcionada aos tipos de público, cujo acesso será permitido.

Em se tratando de arquivos públicos, observa-se que a sociedade, a partir de suas atividades, faz parte das histórias que estão representadas nestes espaços, fazendo com que, além de público, estejam presentes como atores sociais, que podem trabalhar junto aos arquivos, no sentido de participar de seu dia-a-dia e de ter serviços que atendam as suas necessidades.

Neste sentido, arquivo configura-se como o espaço sob o qual está custodiado o acervo, que é constituído pelo conjunto de informações orgânicas criadas a partir das funções e atividades da administração pública, para o caso de arquivos desta esfera (TANODI, 1985; VÁZQUEZ MURILLO, 2008). Considera-se, por isso, a informação que perpassa um ciclo de vida, desde a idade corrente à permanente, passando por diferentes estágios de publicidade e sendo apresentada a distintos tipos de público, durante estas etapas.

A informação orgânica é ambientada no escopo da corrente Integrada da Arquivologia e definida por Tognoli (2010) como aquela que se origina de funções e atividades de pessoa física, ou jurídica e respeita um ciclo, portanto, um tipo de informação que pode ser custodiada por um arquivo e gerenciada por um arquivista.

Destaca-se, então, a atuação do arquivista como profissional mediador, que lança mão de estratégias de difusão, a fim de aproximar os diversos tipos de público (frequentes e potenciais) destes tipos de informações, as quais podem ser disseminadas em diferentes meios (escolas, arquivos, etc.) e de distintas maneiras (por meio de documentos físicos, ou digitais).

Por isso, evidenciando a informação orgânica, que pode ser difundida de diferentes maneiras, o arquivista como profissional de referência e o público, como sujeito ativo no processo de interpretação das informações que lhes são apresentadas, é primaz pesquisar sobre o processo formativo do arquivista, a fim de identificar de que maneira é trabalhada a difusão nos currículos dos cursos, na forma de disciplinas/conteúdos curriculares. Ademais, também se faz necessário verificar na literatura científica o que é publicado sobre a difusão na Arquivologia, levando em conta se a temática é abordada como tal, se

respeita suas características teóricas intrínsecas e se as atividades com a informação orgânica, que decorrem dela como práticas de difusão, respeitam a diversidade dos tipos de público do arquivo.

Para cumprir estes objetivos, esta dissertação apresenta um tópico introdutório, seguido por três seções que compreendem o referencial teórico, quais sejam “2 Ciência da Informação e Arquivologia: ciências comunicacionais”, “3 Difusão na Arquivologia” e “4 O processo formativo em Arquivologia”, explicitando características e atividades, que podem ser postas em prática em instituições formais, ou não formais de educação, assim como em arquivos, para aproximação do público com sua história.

Seguida por estas seções, são abordados os aspectos metodológicos que nortearam a pesquisa, respaldados por duas estratégias: revisão de literatura e análise de conteúdo (“5 Aspectos metodológicos”). Após esta seção, vêm os resultados da pesquisa, tratando da aplicação das estratégias metodológicas utilizadas e as considerações finais.

1.1 Justificativa e problema da pesquisa

O arquivo de esfera pública se volta para a sociedade da informação quando reconhece que o desenvolvimento social é o que dá razão à criação destes espaços de memória (DELGADO GÓMEZ, 2010). Marteleto (1995), ao identificar o caráter social da informação, coloca-a como insumo que pode ser compartilhado, disseminado e entendido como fragmento de memória social. Para a autora, “[...] toda prática social é uma prática informacional” (p. 04).

Na Arquivologia, o arquivo é uma unidade de informação que tem por objetivo guardar e dar acesso à informação orgânica e esta, no momento em que é pública, tem como principais usuários a sociedade como um todo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). É neste escopo que se encontra a difusão, como função direcionada ao acesso orientado à informação, ou seja, que compreende a aproximação do público à informação e também o orienta para a pesquisa e demais usos, com o intuito de que diferentes tipos de pessoas possam utilizá-la.

Ao mencionar a difusão como processo, afirma-se que ela compreende todo o ciclo de vida documental, e sofre influência dos conteúdos e formas documentais e dos locais em que são disponibilizados, para visualização do público (CHARBONNEAU, 2008). Por conta disso, lança-se mão de diferentes estratégias para a disseminação da informação orgânica: entre estas ações estão entendidas

ações culturais, editoriais e educativas, em instituições formais e não formais de educação.

As características intrínsecas à função de difusão também podem estar inseridas nos conteúdos curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia, a fim de que os arquivistas tenham a oportunidade de desenvolver habilidades acerca do caráter mediador abrangido pelo seu ofício. O conhecimento sobre as práticas de difusão fomenta diferentes estratégias para divulgação de acervos e pode instigar o público a conhecer e se aproximar de arquivos, num movimento de reconhecimento de sua história e, então, de sua participação ativa, como ator social no arquivo.

O escasso número de publicações sobre a temática, como será visto na seção 6, demonstra que há uma lacuna tanto nos estudos sobre a difusão na Arquivologia, como nos estudos sobre a difusão no ensino de Arquivologia. Se levarmos em conta que as discussões sobre o acesso à informação no Brasil iniciaram com a Constituição Federal de 1988, a partir de seu artigo 5º¹ e se tornaram mais veementes a partir da implementação da Lei de Acesso à Informação, outorgada em 2011, as quantidades observadas de publicações sobre a temática não seguem crescimento a partir deste ano. Em relação ao ensino de Arquivologia, observa-se a presença de disciplinas referentes à difusão, que aparecem em maior número em algumas universidades e em outras, em quantidade inferior (em relação aos aspectos considerados pela análise de conteúdo).

Correlacionando os aspectos percebidos como lacunas, sobre a difusão na Arquivologia, desenvolve-se a pergunta desta pesquisa: de que maneira é abordada a difusão, na literatura científica e como se encontra expressada nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil.

Em busca de conhecer mais sobre a difusão na Arquivologia, esta pesquisa de Mestrado se justifica para a ciência e para a sociedade, abrindo espaço também para outras pesquisas que possam gerar produtos para a aproximação do público aos arquivos.

¹ Conforme Brasil (1988), “XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

1.2 Objetivos

Nesta subseção apresenta-se os objetivos, que consistem na etapa que norteia a pesquisa e estabelece união com o problema da pesquisa, ramificando-se em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as abordagens, da difusão na Arquivologia, na literatura científica e suas expressões nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar a abordagem da difusão na Arquivologia no escopo da literatura em Arquivologia, Ciência da Informação e Educação;
- b) Caracterizar a abordagem da difusão na Arquivologia nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil;
- c) Apontar possíveis categorias de uso para o termo “difusão” no âmbito pesquisado.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: CIÊNCIAS COMUNICACIONAIS

Esta seção aborda a Ciência da Informação e sua trajetória histórica como ciência a partir da qual a informação pode ser organizada, mediada e disseminada. Traz à tona seus paradigmas, o público como agente no processo de aquisição da informação e aborda a sociedade da informação como contributora para esta ciência social.

Discute paralelamente sobre a Arquivologia, suas características históricas como ciência que estuda as informações orgânicas e sua relação com o ensino, que forma os profissionais arquivistas. Evidencia sua consolidação na América Latina e no Brasil e debate sobre a disseminação da informação e o acesso aos arquivos e acervos pelo público.

2.1 Ciência da Informação: social e comunicacional

A Ciência da Informação, cujo objeto de estudo é a informação é, por excelência, um dos principais âmbitos em que é estudado o que interfere na emissão, trajeto e recepção de informações e o que sofre interferência por elas e, nesse sentido, considera seu surgimento, seu tratamento e sua disseminação (LE COADIC, 1996).

Saracevic (1996) aponta que esta ciência teve sua análise mais veementemente estudada a partir da Segunda Guerra Mundial, momento de explosões tecnológicas e, portanto, informacionais, que contribuíram para o incentivo a estratégias direcionadas a múltiplas áreas, como ao campo bélico, à produção de insumos alimentares, à criação de mecanismos para a comunicação entre pessoas distanciadas geograficamente.

Fenômenos informacionais, ou a informação por si própria são identificados desde o surgimento do homem que, por razão de necessidades, produziu códigos diferenciados e inteligíveis entre os grupos a que pertencia e, desta maneira, a comunicação era estabelecida, ainda que sempre confrontada entre distintas pessoas, incitando-as a buscarem constantes formas de emissão e recepção de mensagens que se adequassem aos fins para os quais as utilizavam (SENA, 2014).

Desta maneira, identifica-se que a informação não está presente somente em períodos específicos, mas se encontra representada ao longo da consolidação das sociedades, o que fomentou seu estudo aprofundado e identificado por definições que o respaldam e que a relacionam a distintos fins de estudo.

Pinheiro (2004, p. 03) ressalta que “informação é uma entidade que pervaga todas as atividades humanas” e Glass (1970) afirma que ela faz parte de um percurso, ao qual se unem os dados e o conhecimento. Os dados, para Glass (1970), são distintos da definição de informações e nem todos eles, ainda que agrupados, representam conhecimento. De acordo com sua aplicabilidade, se a informação não for direcionada a seus fins específicos e decodificada dentro de contextos e processos históricos específicos, não se tornará conhecimento e será campo infértil para quem se serve dela.

Para Nascimento e Marteleto (2004, p. 02),

[...] se a informação não é apenas uma “coisa” a ser fisicamente observada, e sim historicamente construída, pois é ela que ‘dá forma a alguma coisa’, pode-se concluir que os sujeitos criam mecanismos informacionais (percepção, memória, imagem, etc.) para reconhecer, interpretar e transmitir significados. Ou seja, agir. Como resultado, entende-se a informação, renascida do seu sentido ontológico, apenas se inserida dentro de seu contexto cultural e social, e não apenas causal ou natural.

Implícita, ou explicitamente representada, a informação torna-se essencialmente social, pois indivíduos de sociedades semelhantes, ou distintas entre si podem partilhar as informações que se lhes são apresentadas cotidianamente e significadas, ou ressignificadas fazendo inferência a distintos aspectos que compõem os ambientes que os cercam.

Os conceitos e significados atribuídos à informação, porém, como explica Pinheiro (2004), não podem ser tratados isoladamente, pois a informação é um elemento interdependente de diversos fatores, tais como o já mencionado contexto de criação e utilização, o entorno que se servirá da informação e os fins a que são destinados os conteúdos informacionais.

Deste modo, a Ciência da Informação envolve-se, nos processos de estudo da informação e considera suas distintas aplicabilidades, em diferentes áreas do conhecimento, tais como a área médica, a área social, comportamental, a história, conformando-se como uma ciência social e identificando-se como ciência social aplicada (ARAÚJO, 2003).

Araújo (2003) afirma identificá-la como ciência social, porém, não foi algo que ocorreu desde o começo do entendimento de o que é a Ciência da Informação, visto que, no início das ponderações sobre o assunto, considerou-se sua correlação com a computação e as tecnologias, de maneira geral. Hoje, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2017), a Ciência da Informação é uma subárea compreendida pela grande área das Ciências Sociais Aplicadas e pela área do conhecimento Comunicação e Informação.

Ao estar compreendida pelas ciências sociais, a Ciência da Informação está vinculada à sociedade que se relaciona e se desenvolve a partir de processos informacionais. Este tipo de sociedade é problematizado por Castells (2016, p. 84-85) a partir da noção de sociedade da informação e sociedade informacional, que ele destaca como diferentes: “[...] o termo ‘sociedade da informação’ enfatiza o papel da informação na sociedade”, como insumo para as ações cotidianas; já “[...] o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder [...]”.

Como expressado pelo autor, a informação pode passar de elemento cotidiano a recurso para o poder, necessitando para isso de um ambiente transmissor e indivíduos que a transmitam e discutam sobre ela. Por isso, destaca: “[...] uma das características principais da sociedade informacional é a lógica de sua estrutura básica em redes, o que explica o uso do conceito ‘sociedade em rede’ [...]” (CASTELLS, 2016, p. 84-85).

Araújo (2003) afirma que são identificados estudos que se desencadeiam sobre as realidades sociais, as relações que as informações estabelecem com o contexto em que estão inseridas, bem como aplicações mais voltadas ao cotidiano laboral, como a identificação de fluxos de informação, dos usuários da informação, a fim de apresentar respostas aos serviços que eram oferecidos em termos de informação.

A relação entre a informação e seus usuários e, por consequência, com os entornos sociais destes usuários, faz com que a informação se relacione intersubjetivamente com eles. Este termo – intersubjetividade – é caracterizado por Araújo (2003, p. 25) como a compreensão, por meio da informação, “dos diferentes planos de realidade, da distinção entre as diferentes formas de conhecimento e dos mecanismos de sua

configuração e legitimação”, pois o usuário é o destino das informações e, por essência, um ser subjetivo.

Segundo o Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (UNIVERSIDADE DO PORTO, 2018, s/p., grifo nosso),

[...] a Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno informacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, **recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação**).

Como ciência que estuda a informação no contexto macro e micro em que está inserida, e a relaciona com os sujeitos ativos – usuários, receptores, transformadores – desta informação, pressupõe-se como ciência de comunicação, que estabelece relação entre a informação, sua produção, organização e disseminação. Por isso, caracteriza-se como ciência que, por meio de seus serviços, atua na mediação entre a emissão e a recepção da informação por seu público, processo a partir do qual se apontam que a mediação da informação promove o sentido de coletividade entre produtor, custodiador e receptor da informação e que consiste em, conforme apontam Lamizet e Silem (1997, p. 364, tradução nossa),

[...] um feito fundamental dentro da comunicação, pois ela corresponde ao momento em que o sujeito constrói uma representação do lugar social e de seu próprio pertencimento. Com a mediação, eu esqueço minha individualidade por me inserir em estruturas sociais às quais eu reconheço que pertenço.

Estas estruturas sociais são identificadas por Castells (2016) como estabelecidas por interconexões de cada indivíduo com seus grupos, compartilhando informações para que mensagens sejam passadas e (res)significadas e para que seja possível estabelecer a comunicação. Quando há a comunicação, esta se faz a partir do que se armazena como fragmentos de memória, individual, ou coletiva,

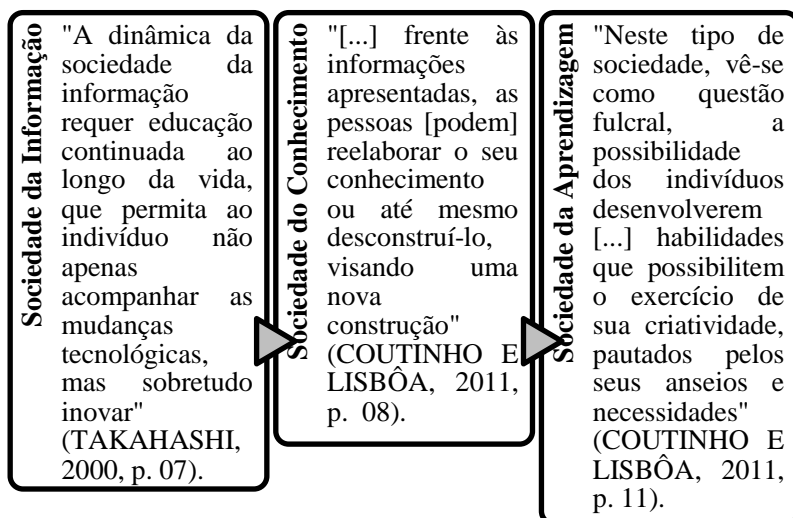
provocando a interação entre sujeitos que absorvem as informações e os sujeitos que as compartilham, numa sociedade em rede.

Portanto, o contato com o usuário e com os meios de emissão e recepção das informações é delicado, momento em que é pertinente notar de que informação se trata, para que público é destinada, bem como quais as características de tal público e que mecanismos serão utilizados para atingi-lo, em prol da divulgação orientada de um arsenal de informações (ALMEIDA, 2008).

Estes arsenais de informações, criados por indivíduos em convívio social, são comunicados por grupos sociais estabelecidos e interligados por aspectos comuns entre si, que emitem, recebem e (res)significam informações, além de que criam mecanismos para o convívio com volumes informacionais.

Inseridas na sociedade em rede, Coutinho e Lisbôa (2011) trazem à tona três ramificações: a) centrada nos processos comunicacionais relacionados à informação, b) na aquisição de conhecimentos e c) nos processos de aprendizagem, as quais são denominadas como sociedade da informação, sociedade do conhecimento e sociedade da aprendizagem. Caracterizadas pelo espaço macro da sociedade em rede de Castells (2016), complementam-se entre si, apresentando atributos que as unem (Figura 1):

Figura 1: Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem



Fonte: Coutinho e Lisbôa (2011) e Takahashi (2000).

Nesse sentido, a informação socialmente representada é aquela que considera seu público e que, a partir do trabalho de profissionais da informação, se molda para se adequar às necessidades e especificidades destes usuários. Estes indivíduos, então, poderão aproximar-se das informações, ter acesso a elas e utilizá-las, fazendo parte de suas construções e reconstruções.

2.2 Arquivologia: surgimento e cientificidade de uma ciência social e comunicacional

A origem e o desenvolvimento da Arquivologia foram configurados a partir da necessidade de preservação e guarda de registros documentais que ratificassem as ações dos governos perante a sociedade. A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, foi um período-chave para o início das discussões acerca da organização documental como operação sistematizada, na Europa e em todo o mundo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), pois, a partir daí, surgiram as concepções de arquivos centrais, criados para centralizar a documentação e sua gestão, diminuindo as interferências externas que pudessem degradar os registros criados e preservados, para a perpetuação da memória governamental (MARQUES, 2011).

Os acervos, com conjuntos de registros documentais produzidos e recebidos ao longo da vida de uma instituição, ou pessoa no desempenho de suas atividades, são assim, conjuntos de informações orgânicas sobre os quais se debruça a prática dos arquivistas. Rousseau e Couture (1998, p. 42) evidenciam o arquivo como lugar símbolo da autoridade, credibilidade e poder informacionais.

Tanodi (1985) e Vázquez Murillo (2008), a fim de definir as concepções de arquivo e acervo, muitas vezes confundidas entre si, defendem que se deva significar estes dois termos como: arquivo como sinônimo de entidade custodiadora e acervo como sinônimo de arquivália (do espanhol, *archivalía*).

Este movimento terminológico, para os autores, coloca em evidência o caráter específico das **informações orgânicas**, que por definição e levando em conta os procedimentos para geri-la e difundi-la, são informações que pertencem a um ciclo de vida dotado de complexidade. Por isso, Tanodi (1985) e Vázquez Murillo (2008) apontam que os sentidos atribuídos ao termo “arquivo” referidos nos dicionários de terminologia em Arquivologia, que o definem com múltiplas faces são limitadores, porque o arquivo enquanto conjunto de

informações orgânicas, pertence a um sistema mais complexo que não pode ser reduzido a uma definição que se confunde com outras:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. [...]
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso [...] a documentos.
3. Instalações onde funcionam arquivos [...].
4. Móvel destinado à guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Propondo o termo “arquivália”, os autores trazem à tona o sentido de coisas arquiváveis, definidas por Vázquez Murillo (2008, p. 68, tradução nossa) como “[...] conjuntos de documentos de arquivo que se conservam organicamente desde que se inicia a tramitação, até o fim de sua existência [...]” e dão vazão a que se reflita sobre os porquês da criação informacional e para quem foram criadas. Um dos principais marcos para estas reflexões foi a Revolução Francesa.

A partir da criação do Arquivo Nacional da França, em 1789, foi considerada a centralização da documentação orgânica em todo o mundo. No Brasil, o arquivo que centraliza a gestão de informações nacionais foi criado no ano de 1838, por meio do Regulamento nº 2, de 02 de janeiro do mesmo ano, que concebeu o então denominado Arquivo Público do Império, estabelecido por prerrogativa constitucional (BRASIL, 1839). Em 1911, o Arquivo Público Nacional, denominado assim desde 1893, passa a chamar-se Arquivo Nacional e se estabeleceu como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA), (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

Marques (2011) aduz que a consolidação de arquivos centrais estabelece forma ao cenário arquivístico de cada nação, visto que deste ambiente decorrem as reuniões norteadoras para o avanço da ciência, derivam projetos de lei, são realizados cursos, capacitações. Dentro de um arquivo nacional, estudos sobre a gestão de documentos, a Arquivologia e a Ciência da Informação são desenvolvidos, além de ser espaço de pesquisa documental histórica, que permite ao pesquisador, ao estudante e ao profissional, maior contato com a dinâmica de seu país.

Posteriormente, com o Romantismo, foi desencadeado na Europa o aumento na demanda de pesquisa documental, por conta do ascendente movimento literário e cultural, o que levou a reflexões acerca da criação de “cursos de formação profissional de arquivistas, refletindo a necessidade de sistematização e institucionalização do ensino” (BOTTINO, 1994, p. 12-13). Marques (2011) afirma que, posteriormente ao período Romântico, identificou-se na Primeira Guerra Mundial outro momento de intensificação de produção documental, por conta da explosão na produção de informações administrativas e logísticas referentes aos países envolvidos. A mencionada produção documental relaciona-se às informações orgânicas e sua gestão prevê a otimização de seu uso e preservação, a fim de que se mantenham acessíveis.

Couture (2008) aponta que dita gestão é responsabilidade do arquivista, pois, além de aliar-se ao público no apoio à pesquisa, também decide sobre a visibilidade das informações dentro do arquivo. Por isso, com o propósito de afastar-se da concepção de arquivo como monopólio e preservar a integridade da documentação sob sua guarda, ao longo da trajetória da Arquivologia Clássica até a Contemporânea² são criadas séries de normas e manuais que norteiam a Arquivologia e a questão dos documentos, corroborando para sua utilização mais democrática.

2.2.1 A cientificidade da Arquivologia

As discussões que vinham sendo apresentadas ao longo do lapso temporal – entre a Revolução Francesa e a contemporaneidade – fazem com que abordar a cientificidade da Arquivologia e seu ensino, passe a se tornar central quando se pensa na gestão de documentos, visto que a responsabilidade requerida perante o trato com informações orgânicas demanda pessoal especializado, o que se consegue a partir do aprofundamento da teoria e da prática em Arquivologia, evidenciado pela criação de cursos de ordens técnica e universitária e, com isso, o aprimoramento do ofício deste profissional. Para abrir a discussão sobre o caráter científico da Arquivologia, evocamos Araújo (2014) e Silva (2012), que refletem sobre a Arquivologia calcada sobre um tripé (história, administração e sistemas de informação).

² A Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea serão abordadas na subseção 2.2.1.

Araújo (2014) e Silva (2012), quando refletem sobre o arquivo como representação de um sistema, a que estão interligados agentes como a informação orgânica, os repositórios, o público, afirmam que, após uma primeira aproximação com a história e uma segunda com a administração, a terceira fase da Arquivologia consistiria em percebê-la como associada a um sistema de informação.

Com relação a seu aspecto triangular – entre a história, a administração e os sistemas de informação – Oporto Ordóñez (2009) complementa, afirmando que na Europa a Arquivologia começa a se definir como prática corrente e institucionalizada, a partir do período Romântico e nas Américas segue sua consolidação, decorrente das influências percebidas no continente europeu que se reproduziam em todo o mundo.

Acerca da relação teórica e prática da Arquivologia, Schmidt (2012, p. 134-135) evidencia períodos e os referencia como:

Arquivologia Clássica, ocorrida desde 1789 até meados de 1940 e período de “interação entre a teoria e a prática”, com a publicação de manuais para o fazer da área, evidenciando a dualidade entre o fazer e o saber, com a elaboração de princípios, a ênfase dada aos arquivos considerados históricos, com a concepção do arquivo como inserido no âmbito da administração pública;

Arquivologia Moderna, datada de meados de 1940 até meados de 1980, é definida pela “importância e preocupação com os documentos administrativos” (SCHMIDT, 2012, p. 146); e

Arquivologia Contemporânea, evidenciada a partir de meados de 1980 até a atualidade, enfatiza “o salto tecnológico [...], as possibilidades ‘virtuais’ e ‘eletrônicas’ para o documento de arquivo” (SCHMIDT, 2012, p. 62).

Para uma representação esquemática deste período temporal e as características relacionadas a ele, temos o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1– Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea: suas abordagens, naturezas científicas e objetos científicos

Classificação	Abordagem	Natureza científica	Objeto científico
Arquivologia Clássica	Manuais	Ciência	Documento de arquivo
Arquivologia Moderna	<i>Records</i> e <i>Archives</i> ; <i>Records management</i> ;	Ciência	Documento de arquivo

	Sistema de séries.		
Arquivologia Contemporânea	<i>Records continuum</i> ; Pós-Custodial; Arquivística Integrada; Arquivística Funcional ou Pós-moderna; Diplomática Arquivística ou Contemporânea; Estudos sobre tipologia documental e identificação.	Ciência; Disciplina subordinada à Ciência da Informação; Disciplina autônoma inserida na Ciência da Informação; Disciplina científica; Ciência autônoma.	Informação gerada pelos processos; informação social; informação orgânica; <i>process-bound information</i> e documento de arquivo.

Fonte: Schmidt (2012, p. 136-138, 178, 216-223).

Nota-se que, ainda dentro da mesma classificação, as denominações possíveis para a natureza científica da área divergem entre os autores envolvidos na teorização da Arquivologia, cujos nomes podem ser observados no Quadro 2, o que influencia também na concepção de seu objeto científico que, no âmbito da Arquivologia Contemporânea, apresenta-se como: informação gerada pelos processos, informação social, informação orgânica, *process-bound information* e documento de arquivo.

A discussão sobre o objeto científico da Arquivologia perpassa tanto sua concepção como ciência, ou disciplina, ou técnica, quanto os diferentes períodos por que passou e passa sua trajetória diante da informação orgânica, da consolidação da formação dos profissionais da área e da inserção do público, como utilizador destas informações. De acordo com a temporalidade— Arquivologia Clássica, Arquivologia Moderna e Arquivologia Contemporânea – tanto a concepção em torno da cientificidade da Arquivologia quanto em torno de seu objeto científico divide opiniões em sua comunidade.

De acordo com as discussões acerca de seu caráter científico, Marques (2011) aborda que os aspectos técnicos referentes às funções da Arquivologia (criação, avaliação, classificação, descrição, difusão, preservação e aquisição) foram praticados por longo período até que se pensasse em formar profissionais que unissem as habilidades técnicas às características contextuais de cada unidade de informação, o que faria parte dos aspectos teóricos da ciência.

A divergência de concepções acerca da cientificidade da área, relacionada à sua independência e sua influência no meio científico, está relacionada ao ambiente paradigmático que constitui a Arquivologia e depende do direcionamento de pesquisa dos autores que a estudam. Schmidt (2012), quando discute sobre o objeto científico da Arquivologia em sua tese intitulada “Arquivologia e a construção de seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações”, elabora uma lista de teóricos da área que defendem a Arquivologia como técnica, disciplina técnica, disciplina em desenvolvimento, disciplina científica e ciência. O Quadro 2 a seguir, reproduz esta lista:

Quadro 2 – Autores que concebem a Arquivologia como técnica, disciplina técnica, disciplina em desenvolvimento, disciplina científica, ou ciência

Natureza científica	Teóricos
Técnica	Manuel Romero Tallafigo.
Disciplina técnica	Giulio Battelli; Aurelio Tanodi.
Disciplina em desenvolvimento	Silvana Elisa Cruz Domínguez; Theo Thomassen.
Disciplina científica	Natália Tognoli; Angélica Alves da Cunha Marques; Heloísa Liberalli Bellotto; Carol Couture; Jean-Yves Rousseau; Jacques Ducharme; Louise Gagnon-Arguin; Terry Cook; Tom Nesmith; Laura Millar; David Bearman; Barbara Graig; Richard Brown; Brien Brown; Hugh Taylor; David B. Gracy.
Ciência	José Ramón Cruz Mundet; María del Carmen Rodríguez López; Antonio Ángel Ruiz Rodríguez; Ramón Alberch i Fugueras; Astréa de Moraes e Castro; Armando Malheiro da Silva; Fernanda Ribeiro; Theodore Roosevelt Schellenberg; Concepción Mendo Carmona; Bruno Delmas; Antonia Heredia Herrera; María Paz Matín-Pozuelo Campillos; Merizanda Ramírez Aceves; Eugenio Casanova; Michel Duchein; Luciana Duranti; Heather Macneil; Paola Carucci; Terry Eastwood; Robert-Henri Bautier; Eric Ketelaar; Adolf Brennecke; Elio Lodolini.

Fonte: Schmidt (2012, p. 24).

Em estudos relacionados à epistemologia da Arquivologia e sua interseção com seus aspectos sociais e com os da Ciência da Informação, que consideram o público direcionado às informações orgânicas e às políticas para disseminação informacional como agentes

na recepção e compreensão das informações, estão também José Maria Jardim e Carlos Alberto Ávila Araújo, entusiastas da Arquivologia e da gestão da informação neste ambiente.

Segundo Marques (2011, p. 132), estudiosos da Arquivologia consideram que “a década de 1970 é um marco para a história da Arquivologia internacional, quando as preocupações teóricas ganham forma, numa abordagem mais científica”. Oporto Ordóñez (2009) complementa, aduzindo que nesta época, a Arquivologia estava dividida fundamentalmente pela área de Ciências e técnicas historiográficas, que colaborou para a perspectiva histórica da disciplina e pela área de Biblioteconomia e Documentação, a qual aproximou a Arquivologia da Administração.

No entanto, observa-se que a Arquivologia se encontra interligada à Ciência da Informação, à Museologia e à Biblioteconomia, pois compartilham espaços de estudos sobre a informação, cada qual direcionada para seus fins, “[...] demonstrando que não existe um laço de dependência, e sim de cooperação entre elas; assumindo um papel autônomo; e que possa fazer alianças em pé de igualdade com outras disciplinas, demonstrando seu papel ‘cooperativo’ e não, ‘dependente’” (TOGNOLI, 2010, p. 53).

Schmidt (2012, p. 77), por sua vez, afirma que “[...] as palavras ‘ciência’ e ‘disciplina’ como até então empregadas não devem ser consideradas como antagônicas, pois em suas aplicações práticas verificamos similaridades de significados” e, nesse sentido, afirma que no Brasil, Castro, Castro e Gasparian (1985) abordam a Arquivologia como ciência, Tognoli (2010), como disciplina científica e Bellotto (2002), como área que possui, concomitantemente, características de ciência, disciplina e técnica.

Levando em conta as diferentes acepções para a Arquivologia, optou-se por denomina-la como ciência, ainda que, neste trabalho sejam utilizados também autores que a abordem como técnica, disciplina técnica, disciplina em desenvolvimento, ou disciplina científica.

Assim como os diferentes posicionamentos em torno da Arquivologia, expressados anteriormente, também se observa dicotomia existente entre os termos “arquivística” e “arquivologia”.

Castro, Castro e Gasparian (1985, p. 25-26), estudiosas sobre o assunto, afirmam que: “Arquivologia é a ciência dos Arquivos. É o complexo de conhecimentos teóricos e práticos relativos à organização de Arquivos e às tarefas do Arquivista”, enquanto que “Arquivística é a técnica dos Arquivos. O vocábulo, às vezes, é usado como sinônimo de Arquivologia. Arquivística, também é usada para designar os

conhecimentos sobre Arquivos Correntes; Grande Arquivística, para os Arquivos Permanentes”.

Observa-se, em passagem retirada do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, que ambas – arquivística e Arquivologia – são tratadas como disciplinas: “Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37). Nesse sentido, considerada a dicotomia entre os termos, adota-se aqui Arquivologia como ciência, mas, respeitando as colocações de autores que usam o termo arquivística, assim será usado o termo quando referenciado direta ou indiretamente para não descontextualizar as colocações de cada autor.

A Arquivologia, no que compete à criação documental, está atrelada ao ato de registrar informações. Portanto, está ligada à memória, na medida em que o registro, guardadas suas diversas formas de produção e meios de difusão, é feito a partir da necessidade de comunicação (probatória) e guarda de determinada informação, o que identifica a Arquivologia como ciência afeita à história, produzindo memória individual e coletiva e próxima também da administração, com relação aos aspectos probatórios e contextuais que cada unidade de informação preserva (COUTURE *et al*, 2008).

Identifica-se, portanto, o objeto científico da Arquivologia como a informação contextualizada, que se remete a um fundo documental e perpassa todo o ciclo vital dos documentos (idades corrente, intermediária e permanente).

O documento orgânico, sobre o qual será discorrido na subseção 2.2.2, é amplo, pois é produzido para fins probatórios, com possibilidades de usos para leituras e releituras, de apoio a tomadas de decisões do hoje e do amanhã e testemunho do ontem. Este tipo de documento só pode ser pensado e discutido em seu contexto de criação e é aí que adentra a ciência Arquivologia, em diálogos com todo o entorno que circunda a produção, organização e usos da informação orgânica. Todavia, é uma Arquivologia que apresenta diferentes vertentes ou correntes de pensamento, dentre as quais se destaca, para este trabalho, a corrente Integrada da Arquivologia, sobre a qual trataremos a seguir.

2.2.2 A corrente Integrada da Arquivologia

Inserida no âmbito da Arquivologia Contemporânea, a corrente Integrada da Arquivologia, segundo Rousseau e Couture (1998) e Lopes

(2009) também denominada Arquivística Global e Nova Arquivística, é a tentativa de integrar a gestão da informação em Arquivologia, considerando o ciclo de vida dos documentos e a integração entre a produção e uso da informação orgânica. De acordo com esta abordagem, o profissional arquivista age em todas as fases do documento e não somente na guarda e preservação, pois atua também no gerenciamento das informações desde que nascem, preocupando-se com sua disseminação ao público que pode acessá-la. É focada no tratamento, recuperação e acesso à informação orgânica registrada (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Para Tognoli (2010, p. 55), no contexto da corrente Integrada da Arquivologia defende-se “uma visão integradora da disciplina, em que a informação orgânica interpreta o papel principal, influenciando, assim, toda a prática e a teoria da Arquivística Contemporânea”. Nesse sentido, os objetivos a que se propõe a corrente Integrada da Arquivologia consistem em, segundo Rousseau e Couture (1998, p. 70):

- ❖ Garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo, permitindo, assim, uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário;
- ❖ Permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos;
- ❖ Integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo.

A integração entre as diferentes fases por que passa a informação orgânica auxilia na difusão da informação, pois há, nesta abordagem, a percepção consciente das etapas pelas quais passa o documento e os tratamentos relacionados a sua gestão em todos esses momentos. Estes tratamentos vêm se relacionando ao acesso orientado à informação orgânica, em escalas diferentes, dependendo da fase em que se encontra a informação e de que público pode ter acesso a tal recurso informacional. Recorre-se novamente a Rousseau e Couture (1998), pois explicam que

A primeira fase corresponde à produção, difusão e acesso à informação orgânica, onde a informação é concebida de maneira estruturada e inteligível. É registrada em um suporte adequado, sendo

posteriormente inserida no canal de difusão apropriado, a fim de ser facilmente acessível e de permitir uma comunicação máxima que tenha em conta tudo quanto do ponto de vista legal, cultural e tecnológico [...]. A segunda fase componente do programa diz respeito à classificação e à recuperação da informação [...]. A terceira e última fase componente do programa centra-se na proteção e na conservação da informação. A informação bem protegida e conservada segundo normas técnicas e materiais precisas pode ser facilmente comunicada (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 68).

Tendo como centro do ciclo vital a informação orgânica gerada, gerenciada, custodiada, descrita, difundida de maneira consciente, reconhecendo seu público, da corrente Integrada da Arquivologia “emergem os termos ‘informação orgânica’ e ‘informação não-orgânica’” (TOGNOLI, 2010, p. 51). A autora aduz que

[...] a informação orgânica é definida como aquela que é produzida e/ou recebida no âmbito de uma atividade. A produção de uma ou mais informações orgânicas darão origem aos arquivos da instituição. Já as informações não-orgânicas são aquelas contidas em documentos bibliográficos, como as publicações e os materiais de referências, por exemplo. Observa-se, portanto, que os conceitos de documento de arquivo e documento bibliográfico dão lugar, respectivamente, à informação orgânica e informação não-orgânica, na concepção da Arquivística Integrada (TOGNOLI, 2010, p. 51).

Surge, de acordo com esta abordagem, o objeto da Arquivologia denominado informação orgânica, por ser dotada de organicidade em sua produção, naturalidade em seus processos e perspectiva de acesso orientado a seu público. Constituindo o centro dos processos do ciclo vital na Arquivologia, a informação orgânica perpassa as fases deste ciclo e pertence a um conjunto, cuja gestão afirmará a relação entre arquivista e público. Relacionando-se aos preceitos da corrente Integrada da Arquivologia, este trabalho utilizará a concepção da informação orgânica como objeto científico da Arquivologia.

Esta sequência de momentos reafirma a Arquivologia como ciência que busca a adequação aos novos tempos que a gestão documental enfrenta em contexto mundial. Para Lopes (2009, p. 151), “[...] esta nova arquivística deu ao trabalho do profissional um novo sentido e significação”. São tempos de preocupação com o ciclo vital dos documentos, com os usuários das informações orgânicas, com processos de mediação e formação de profissionais (ainda que a linha temporal descrita refira-se ao hemisfério ocidental somente) e de compromisso em definir um objeto científico para a área, ainda que haja divergência entre seus teóricos, conforme anteriormente apresentado.

2.3 O papel da perspectiva social para a Ciência da Informação e a Arquivologia

O paradigma social da Ciência da Informação, concebido no final da década de 1990 e voltado às dimensões sociais e humanas da Ciência da Informação, orientadas a compreender os sujeitos que utilizam a informação, seja ela orgânica, ou proveniente de outras raízes, propõe uma unificação de vozes para a disseminação informacional e trabalho conjunto entre os gestores de unidades de informação, sejam elas arquivos, bibliotecas, museus, entre outras (VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009).

No caso dos arquivos, a sociedade e seus atores sociais, como denomina Araújo (2013), que são motivo da produção documental orgânica, assumem presença nessas instituições como pesquisadores, mas também como agentes diante do processo de gestão informacional. Ambientada a concepção social como interação entre profissionais, informação e público, concebe-se este paradigma, a fim de atentar para o modo de produção social do conhecimento (FREIRE, 2006).

Capurro (2003) observa que a Ciência da Informação está calcada sobre três paradigmas, quais sejam o físico, o cognitivo e o social. Estas concepções analisam a informação a partir de sua constituição: como algo a ser transmitido e recebido, como parte de processos informacionais que afetam cognitivamente o usuário da informação e como construída e disseminada por e para a sociedade.

Nesse sentido, o Quadro 3 a seguir, elaborado por Nascimento (2006), é explicativo sobre as três abordagens paradigmáticas e auxilia a visualizar a que se refere cada uma delas:

Quadro 3 – Paradigmas cognitivo, físico e social da Ciência da Informação

Paradigmas	Abordagem	Processos	O olhar
-------------------	------------------	------------------	----------------

Cognitivo	Indivíduo	Psicológicos	Organização e tratamento da informação
Físico	Sistema	Tecnológicos	
Social	Domínio	Sociais e culturais	Informação construída

Fonte: Nascimento (2006, p. 31, grifo nosso).

Freire (2004, p. 20), no sentido de analisar a informação sob seu caráter social, destaca algumas condições básicas para a discussão desta perspectiva, quais sejam identificação de um **ambiente social** “[...] contexto que possibilita a comunicação de informação. Esse ambiente se caracteriza sempre pela existência de uma possibilidade de comunicação”, a identificação de **agentes** “[...] no processo de comunicação, os agentes são o emissor, aquele que produz a informação, e o receptor, o que recebe a informação. [...] O receptor de hoje poderá ser um produtor da informação amanhã” e a identificação de **canais** “[...] [que] estão relacionados aos meios por onde as informações circulam. Os agentes produtores de informação escolhem os canais mais adequados para circulação da sua informação [...]”.

Portanto, sob a égide de processos sociais e culturais, a concepção, construção e disseminação da informação partem da perspectiva de que, junto delas, existe uma comunidade que se apoia sobre a informação, a recebe e (re)significa, estabelecendo processos cognitivos que a transformam em construtos próprios de cada indivíduo.

Por isso, Hjørland e Albrechtsen (1995) apontam para um paradigma social em que o estudo de campos cognitivos se relaciona diretamente a comunidades de discurso que interagem entre si. Para Capurro (2003), este paradigma já se encontrava presente na Biblioteconomia e na Documentação, mas tomou novas formas quando percebido pela Ciência da Informação.

Para a Ciência da Informação, a concepção social da informação está baseada em como cada indivíduo, ou comunidade a concebe e transforma, segundo seus contextos de vivência. Por isso, Capurro e Hjørland (2003, tradução nossa) mencionam que “[...] as questões de interpretação [da informação] são também difíceis porque frequentemente confundimos interpretação com uma abordagem individual. O significado é, no entanto, determinado por contextos sociais e culturais [...]”, ou seja, as interpretações são construções também coletivas, inerentes à sociedade, às comunidades.

Dessa forma, Freire (2006, p. 17, grifo nosso) apresenta que “[...] haveria uma **responsabilidade social** como fundamento para a Ciência

da Informação definindo sua atuação na sociedade”. Por conseguinte, quando a atuação dos profissionais da informação junto à sociedade da informação e do conhecimento leva em conta o caráter social da informação, estabelece relação entre os contextos em que estão inseridas as informações e a sociedade que se serve delas e que as (re)significam.

Portanto, esta relação contextual está presente também na Arquivologia, que estuda as informações orgânicas. Com a emergência da Arquivologia Contemporânea, começou-se a pensar numa ciência que se preocupasse com a disseminação informacional e também com sua proveniência, seus meios de transmissão e seu destino (quem recebe as informações) (COUTURE *et al*, 2008). O processo de reconhecimento de público passa a fomentar estratégias específicas para difusão na Arquivologia, aplicadas a cada tipo de público, inerentemente distinto entre seus grupos (CHARBONNEAU, 2008).

Esta distinção de público e, por conseguinte de metodologia, tem a ver com os tipos de público que habitam a sociedade da informação e com o arcabouço denominado por Bourdieu (1979, p. 3) como “capital cultural”, o qual é herdado de geração a geração e vai sendo modificado a partir das perspectivas individuais. Trata-se de conhecimentos prévios relacionados a realidades socioeconômicas e históricas que rodeiam o cotidiano social, interferindo na vida do indivíduo e em sua interação junto a grupos, o que diferencia a aquisição/emissão da informação. O capital cultural, por isso, distingue-se como um ponto-chave no processo difusor na Arquivologia, o que implica na adequação de estratégias de trabalho para o arquivista educador.

Para Bourdieu (1979, p. 3, tradução nossa),

A noção de capital cultural é imposta inicialmente como uma hipótese indispensável para explicar a desigualdade das performances escolares de crianças provenientes de diferentes classes sociais em relação ao “sucesso escolar”, ou seja, aos logros específicos que as crianças de diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, quanto à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica uma ruptura com os pressupostos inerentes à visão ordinária que leva ao sucesso ou ao fracasso escolar e implica nas “habilidades” naturais como teorias do “capital humano”.

Como se pode inferir, a partir do que menciona Bourdieu (1979), cada indivíduo apreende informações de maneira diferente e, desta forma, em relação às suas experiências de vida, constrói capitais culturais também distintos, diante da diversidade inerente à sociedade. Estas perspectivas de vida influenciam na apreensão também das informações orgânicas, que podem estar localizadas em arquivos, ou apresentadas de outras maneiras, a partir de alternativas itinerantes de difusão. O trabalho do arquivista, por isso, deve compreender as nuances em que o público está envolvido, pois dependem de sua história de vida, também, os usos que vai dar aos documentos, quando acessados.

Ao pensar na diversidade de ações de difusão que podem ser propostas para alcançar a sociedade como um todo, pode-se observar os campos de pesquisa na Arquivologia estabelecidos por Couture, Martineau e Ducharme (1999), em que os autores demonstram a diversidade de conteúdos que pode haver, considerando o caráter contextual que envolve a gestão da informação orgânica (Quadro 4):

Quadro 4 – Campos de pesquisa na Arquivologia

	Campos de pesquisa	Descrição do conteúdo
1	Objeto e finalidade da arquivística	Arquivos enquanto objetos de intervenção (informação/documento/arquivos) Finalidade: conservação, acesso, eficácia administrativa, etc. Utilidade dos arquivos
2	Arquivos e sociedade	Papel social e lugar da arquivística na sociedade Arquivística, enquanto disciplina Arquivística, enquanto profissão
3	História dos arquivos e da arquivística	História dos arquivos Desenvolvimento dos princípios e das bases da arquivística
4	Funções arquivísticas	Produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, conservação e difusão
5	Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	Teoria e prática das organizações Planificação e avaliação dos programas Gestão, <i>marketing</i> e relações públicas
6	Tecnologias	Informática aplicada aos arquivos Sistemas de informação, telecomunicações e redes
7	Suportes e tipos de arquivos	Arquivos audiovisuais, eletrônicos, iconográficos e textuais Microformas e outros suportes ou tipos de

		arquivos
8	Meio profissional dos arquivos	Instituições governamentais Instituições de ensino e de pesquisa Instituições religiosas Outras instituições
9	Problemas particulares relativos aos arquivos	Ética Acesso à informação e proteção da vida privada Outros

Fonte: Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76).

Mencionadas aproximações entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, no que tange à perspectiva social, não se baseiam em modelos pré-determinados, mas adequados a cada contexto em que está inserido o público. Para isso, é necessário abandonar a busca de uma linguagem documentária ideal, pois, a “[...] sociedade desconsidera a diversidade cultural quando impõe uma estrutura vertical e hierárquica na organização e representação da informação, ou até mesmo opta por uma linguagem documentária universal, impondo uma cultura sobre a outra” (ALMEIDA; BASTOS; BITTENCOURT, 2007, p. 82).

Buscando a relação entre o público e a informação, cumprem papel emissor os serviços de referência e os processos de mediação da informação, intermediados pela competência em informação, elos entre o profissional e o usuário, que fazem com que as informações possam chegar ao público de maneira com que ele possa decodificá-las.

Ao considerar os contextos em que o público se insere, o profissional da informação (arquivista, bibliotecário, museólogo, cientista da informação) faz a gestão das informações de maneira a conceber o público como contribuidor para estes processos.

Tal visão atua a favor da promoção e disponibilização de informações, respeitando o público o que, para Herrera Huérfano, Sierra Caballero e Del Valle Rojas (2016, p. 79, tradução nossa), pode ser evidenciado como ação decolonial em relação ao manejo da informação. A “decolonialidade do saber-poder informativo” é o termo que se refere a pensar a informação holisticamente, descaracterizando o pensamento hegemônico que a rodeia e desconstruindo suas bases fundamentais, num movimento de libertação de “colonizações informacionais”.

Estas decolonizações se referem a pensar a informação desde suas múltiplas origens, perspectivas e refletir sobre o poder que elas conferem a quem as detêm. Propõe-se a pensar o público desde o lugar onde ele concebe a informação e quais contextos vivenciais o

diferenciam de outros públicos, desenvolvendo a percepção de sua diversidade e interculturalidade (SANTOS, 2009).

Segundo a perspectiva decolonial, Herrera Huérfano, Sierra Caballero e Del Valle Rojas (2016, p. 93-94, tradução nossa) afirmam que a concepção da informação pelo público é a divisão entre um processo delineado pelo duo “sujeito cognoscente-objeto cognoscível” e outro, marcado pelo duodenominado “sujeito-sujeito”, em que o usuário da informação está no centro do sistema de informações e explicam que “[...] subverter a ideia do objeto cognoscível, no âmbito do objeto material, pela de outro sujeito na construção de conhecimento desde uma visão sujeito-sujeito, outorga um primeiro sentido de reciprocidade e horizontalidade na interação”, necessárias à comunicação entre profissionais e público.

Para sintetizar as perspectivas teóricas envolvidas pelo paradigma social da Ciência da Informação, Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares (2009) sugerem um quadro explicativo, apresentado a seguir (Quadro 5). Esta perspectiva social pode servir de influência também para a Arquivologia, que trabalha diretamente com a difusão de acervos, para o público dos arquivos.

Quadro 5 – Características do paradigma social da Ciência da Informação

Paradigma social	Características
Macroespço paradigmático	Pós-modernidade (finais do século XX). Sociedade da Informação (informação como recurso chave para o desenvolvimento). Aceita-se uma racionalidade de índole intersubjetiva; reconhece-se o rol ativo do sujeito cognoscente; questiona-se a noção de objetividade da ciência e o rigor das mediações; opõe-se à fragmentação do conhecimento; evidenciam-se os conceitos de sistema, estrutura, modelo e processo, e a investigação qualitativa.
Classificação da Ciência	Ciência Social: reconhece as bases sociais do conhecimento, e se foca no estudo de seu objeto a partir da historicidade dos sujeitos cognoscentes e os objetos cognoscíveis em sua relação socialmente determinada, a totalidade dos fenômenos, e a tensão presente na sociedade (ARAÚJO, 2003). O contexto constitui uma condição necessária para a compreensão do fenômeno relativo às necessidades de informação, e à investigação na área de pesquisa e recuperação de Informação (DERVIN, 1997); o que é extrapolável à área da gestão e à comunicação científica.

Paradigma social	Características
Base filosófica	<p>Historicismo: enfatiza que a percepção e o pensamento sempre estão sob a influência da linguagem, cultura, pré-compreensão e horizonte; reconhece que o conhecimento está determinado por fatores sociais. Incluem-se teorias ou escolas como: hermenêutica, pragmatismo, construtivismo social, semiótica (HJØRLAND, 1998). Contextualismo das Ciências Sociais, centrado no estudo do indivíduo em seu entorno, cultura e tempo histórico (FERNÁNDEZ-MOLINA; MOYA-ANEGÓN, 2002). Marca-se no Coletivismo e no Construcionismo com aplicações na Organização e Recuperação da Informação (TALJA <i>et al</i>, 2005). Coletivismo baseado no Construtivismo social: orientado à compreensão profunda das práticas dos grupos e domínios científicos e o conhecimento tácito relativo a essas práticas; sustenta que os processos informativos podem ser vistos em relação a seus contextos sociais, organizacionais e profissionais. Construcionismo centrado nos processos linguísticos: faz ênfase no contexto, e desde a perspectiva da natureza dependente e argumentativa do uso da linguagem. Centra-se no discurso como veículo através do qual o sujeito e o mundo são articulados. Na CI assume que a informação os sistemas de informação e as necessidades, são entidades que se produzem dentro de um discurso (Análise do Discurso).</p>
Conceito de informação	<p>A informação é tratada desde uma perspectiva ampla que envolve, além das mensagens (paradigma físico), que são processados a um nível cognitivo (paradigma cognitivo), um contexto – situação, tarefa, problema – motivações e internacionalidade (SARACEVIC, 1999).</p>
Base teórico-empírica	<p>A crítica de Winograd e Flores aos modelos da informática, que supõe para a CI uma nova visão de usuários como seres sociais e culturais, assim como uma visão sociológico-epistemológica da pesquisa de informação (CAPURRO, 2003; HJØRLAND, 1998). – Análise de Domínio de Hjørland e Albrechtsen (1995). – Hermenêutica de Capurro (1992). – Fenomenologia hermenêutica de Budd (1995). – Cibersemiótica de Brier (1996). – Teoria sobre os entornos dos usuários de informação de Taylor (TALJA <i>et al</i>, 2005). Teoria dos entornos dos usuários de informação e sua estruturação (TALJA <i>et al</i>, 2005). – Análise do Discurso (FROHMANN, 1992). O desenvolvimento teórico-empírico desde este paradigma é transversal a toda a disciplina (ØROM, 2000). Según Ingwersen (1992a) se reconhece</p>

Paradigma social	Características
	fundamentalmente dentro da informetria e a gestão de informação.
Enfoque	Social (usuário-sistema-contexto) (CAPURRO, 2003; FERNÁNDEZ-MOLINA; MOYA-ANEGÓN, 2002; ØROM, 2000).
Premissas	Estuda-se, analisa-se e conceitualiza-se os processos informativos e a comunicação do conhecimento em um nível macro (contexto socio-cultural). – Concebe-se a área temática da CI desde a sociologia da ciência, a hermenêutica, a semiótica e a análise do discurso (ØROM, 2000). Considera-se que os métodos estatísticos quantitativos podem ser usados somente naquelas áreas nas quais a percepção humana de uma situação não é um fator (BENEDIKTSSON, 1989). – A relevância se define como contextual: a) O juízo para a relevância está baseado no conhecimento do domínio (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995). b) Fatores contextuais determinam a relevância, que se considera um ato de interpretação.

Fonte: Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares (2009, s/p., tradução nossa).

As comunidades discursivas, mencionadas por Hjørland e Albrechtsen (1995) estão relacionadas aos públicos frequentes e potenciais que visitam unidades de informação, como museus, bibliotecas e arquivos. Na medida em que esta pesquisa está focada na difusão na Arquivologia, considera os públicos dos arquivos como sujeitos diferentes entre si e entre seus grupos e com necessidades informacionais também distintas. Por isso, o público aproxima-se do arquivo de distintas maneiras e visualiza as informações ali presentes, à medida que as concebe e interpreta, geralmente em diálogos com outras fontes/informações.

O paradigma social para a Arquivologia, nesse sentido, levando à frente os sujeitos, aproxima-se a uma epistemologia social da Ciência da Informação, identificada por Egan e Shera (1952) como a maneira efetiva para investigar os problemas complexos envolvidos nos processos intelectuais da sociedade, cujo foco é a análise da produção, distribuição, e utilização de produtos intelectuais.

A consciência dos profissionais da informação sobre estas ações é o que caracteriza a perspectiva social em torno da Ciência da Informação e da Arquivologia. Pensar a epistemologia social e o paradigma social, no macroespaço destas ciências, como aventa Fallis

(2002), é destrinchar a filosofia, ir a fundo aos meandros da informação, colocar o público como sujeito agente e centro dos sistemas de informação e considerar uma renovação dentro das Ciências Sociais.

3 DIFUSÃO NA ARQUIVOLOGIA

Esta seção se ocupa de caracterizar a difusão na Arquivologia e busca definir o termo “difusão”, os públicos a quem é destinada a difusão informacional e os espaços em que pode estar inserida.

3.1 Características atribuídas à difusão na Arquivologia

No âmbito da Arquivologia,

[...] a difusão é a ação de fazer conhecer, de por em valor, de transmitir ou de deixar acessíveis uma ou várias informações contidas em documentos de arquivos a seus usuários (pessoas ou organismos) conhecidos ou potenciais para responder a suas necessidades específicas. A difusão dos arquivos é ainda uma atividade de múltiplos aspectos, pois compreende todas as relações mantidas pelo pessoal do centro de arquivos com sua clientela interna ou externa, e isso, nas três idades dos documentos (CHARBONNEAU, 2008, p. 374, tradução nossa).

O termo “difusão” está relacionado ao acesso à informação orgânica por seus usuários (ARQUIVO NACIONAL, 2005), que é percebido, em menor, ou maior medida desde a concepção do *archeion* grego, como espaço físico de guarda de registros de arquivo. O acesso a estes registros, à época grega, era principalmente voltado aos usuários internos dos arquivos e a quem administrava as informações governamentais, pois, como as raízes da própria palavra, *arch* significa comando, ou poder e o termo *archeion*, portanto, relaciona-se literalmente à administração de governo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Por isso, Rousseau e Couture (1998) aduzem também que a cultura do acesso à informação, como um dos objetivos da gestão em arquivos, foi identificada tempos depois. A partir dos conflitos que ocorriam sucessivamente, relacionados à conquista territorial, ascensão e derrubada de governantes, mais e mais os registros arquivados como tesouros eram cercados como pertencentes ao Estado e referentes aos movimentos deste, cujos usuários eram o pessoal administrativo do local. Desde o século XIX, contudo, quando Rousseau e Couture (1998) passaram a conceber que a difusão dizia respeito à gestão documental

em arquivos, adotaram-na como semelhante às atividades relacionadas à reprodução informacional, cópia e também à exposição temática de documentos.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o termo “difusão” pode se correlacionar com três outros termos: “acesso”, “disseminação” e “divulgação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Nesse sentido, atribui-se ao termo “acesso”, conforme Arquivo Nacional (2005, p. 15, grifo nosso), os seguintes significados: “1. Possibilidade de consulta a documentos e informações; 2. Função arquivística destinada a **tornar acessíveis** os documentos e a **promover sua utilização**”. À “disseminação da informação” compete o “[...] fornecimento e difusão de informações **através de canais formais** de comunicação” (p. 71, grifo nosso) e o termo “divulgação” se refere ao “[...] conjunto de atividades destinadas a **aproximar o público dos arquivos** [...], por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (p. 72, grifo nosso).

Diante da busca por definições inerentes ao termo “difusão” na Arquivologia, nota-se que em dicionários de terminologia arquivística, o termo propriamente dito não aparece. Chaves (2017, p. 8), por isso, reitera que

[...] o Dicionário de Terminologia Arquivística [...] (2005) pula de “díaz” para” digitalização” sem propor verbete sobre difusão. Na obra quase homônima do Arquivo Nacional (DBTA, 2005), o termo difusão aparece acidentalmente na definição de disseminação. Por outro lado, a definição parece se revelar no verbete divulgação [...].

Ainda afirma o autor que o termo “difusão”, por muitas vezes e por muito tempo, esteve e está vinculado à vaga noção de atividades culturais, e agrega:

Na língua espanhola a definição “evoluiu” de *programa de actividades culturales* para *difusión*. No idioma francês a sequência de variação foi de *programme de vulgarisation* para *activités culturelles* e definida por *action culturelle*; já a língua italiana opta por *programma promozionale o di diffusione* (CHAVES, 2017, p. 8).

Estes conceitos-chave podem ser observados pelas perspectivas do acesso e uso atribuídos à difusão na Arquivologia, pois confirmam que esta função não se limita somente à disponibilização de informações, mas abre seu leque de ações à gestão das informações, para que elas estejam acessíveis e utilizáveis.

Quando se fala de difusão, o arquivista se coloca como guia em diversificadas frentes de ação, como as relacionadas à preservação, que englobam: a tradição da Arquivologia, no tocante à preservação pelas necessidades físicas do documento e as vertentes contemporâneas, que tangem à preservação voltada para a viabilização do acesso à informação (SANTOS, 2009a). O objetivo do arquivo é colocado diante destas duas perspectivas, que Perron e Charbonneau (2008) discutem como a razão da preservação dentro da gestão informacional, dividida entre “[...] atravessar a barreira do tempo e suportar os rigores da consulta” (p. 450-451, tradução nossa), a fim de assegurar a perenidade de todas as informações e não somente de uma parcela.

Para garantir uma visão holística sobre o arquivo e seu acervo, as atribuições de um arquivista para com a informação concernem a geri-la frente a um ciclo, em que se considera seu nascimento, o desenvolvimento dos trabalhos sobre o acervo e sua destinação final, ciclo compreendido por funções como a criação, a classificação, a avaliação documental, a descrição, a localização da informação dentro dos conjuntos informacionais existentes, seu desenvolvimento, com rotinas de preservação e de manutenção e sua destinação final, aplicando procedimentos mais próximos à divulgação do acervo (SANTOS, 2009a).

Bellotto (2006) identifica a difusão como a função da Arquivologia direcionada a três diferentes abordagens, que surgem para suprir os campos em que o arquivo pode estar inserido, para que se aproxime de seu público. Trata-se dos serviços editoriais dos arquivos, de difusão cultural e de assistência educativa. Para a autora, as três podem ocorrer concomitantemente.

Ao levar em conta o caráter relacionado à difusão na Arquivologia, que pode ser denominado como “duplo”, ou seja, de aproximação do público ao arquivo e de aproximação do arquivo ao público, Bellotto (2006, p. 228) afirma que

[...] cabem à difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que

permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo.

A estas práticas se relacionam os processos de comunicação inerentes à Arquivologia, mencionados por Ortega (2013) como envolvidos por processos de ensino-aprendizagem, em que há o reconhecimento das informações orgânicas, a partir das características internas e externas aos documentos e a apropriação de seus significados por públicos da informação potenciais e frequentes.

Estas relações comunicacionais são evidenciadas, muitas vezes, pela presença da difusão editorial nos arquivos, em que são dispostas publicações, dentre as quais catálogos, índices, guias, etc., propõem um papel didático para com o público diverso, que apreende informações de diferentes maneiras. Na visão de Linden (2017, p. 16), estes instrumentos de pesquisa cumprem a função de “ampliar as possibilidades de busca dos usuários nos sistemas de gestão da informação”, o que define a difusão editorial como um mecanismo audaz de aproximação com o público de arquivo, pois podem ser buscadas diferentes estratégias para captar a atenção destes usuários potenciais e frequentes.

A partir destes diferentes fins, a função precípua da difusão na Arquivologia se desenvolve em todo o ciclo de vida informacional, ou seja, desde a idade corrente, passando pela intermediária e seguindo para a permanente. Durante estas etapas, no entanto, a difusão toma proporções diferentes na medida em que também trabalha com públicos diferentes, pois, em um primeiro momento (idades corrente e intermediária), as informações orgânicas se direcionam, mais comumente, para usuários envolvidos com a gestão diária destas informações, para o cumprimento de trâmites, para comprovar ações, etc..

Santos (2009a, p. 177) considera que as informações orgânicas não só colaboram, mas são ferramentas fundamentais para tomadas de decisões e, por isso, as denomina neste contexto como “ativos informacionais”, termo que confere valor para as informações.

Com a valorização da informação como recurso para tomada de decisão e como ativo das instituições, o papel da unidade de arquivo pode passar a ser o de fonte de informações administrativas e técnicas e, em consequência, o arquivista que atua na gestão de documentos deve

tornar-se um provedor de informações para tomada de decisões (SANTOS, 2009a, p. 177).

Num segundo momento (idade permanente), estas informações se nutrem de perenidade, servindo *ad eternum* para comprovar ações pregressas. Quando nesta segunda posição, a informação fica disponível para a utilização em momentos que trazem consigo os usuários envolvidos com a gestão e todos os demais interessados/cidadãos, que agora dispõem de informações permanentemente custodiadas para servir de recursos. No Brasil, após a implementação da Lei de Acesso à Informação, o acesso é a regra e o sigilo a exceção, em todas as idades do ciclo de vida documental.

Os serviços de assistência educativa, por sua vez, buscam promover a aproximação mediada entre arquivo e escola, porém, neste caso a escola não somente contempla os ambientes formais de educação, mas também os não formais e informais, conforme afirma Gohn (2006) em sua explanação sobre o papel das bibliotecas, museus e arquivos como ambientes educativos. Para Bellotto (2006), o dar-se a conhecer de informações orgânicas por estudantes de diferentes idades e provenientes de diferentes tipos de ambiente educativos fazem com que, além de reconhecerem sua história, reconheçam o que fazer do arquivista.

Chaves (2017) propõe uma visão complementar sobre o que se concebe como assistência educativa nos arquivos. Assevera que a ênfase dada à aplicação de documentos de arquivo como recursos de ensino da disciplina História, em escolas, não se esgota neste campo, porque também as informações orgânicas devem estar expostas aos estudantes no ensino de Geografia, Matemática, Língua portuguesa, Biologia, entre outras, visto que a todo momento são produzidos documentos provenientes destas áreas que também precisam ser valorizados.

Para Bellotto (2006, p. 240), há aproximadamente dez anos, os arquivos, “[...] limitados antes à erudição, à pesquisa científica e à administração, passam agora, dentro da moderna tendência da função arquivística, a receber um novo usuário – o cidadão”. Por isso, pensar na difusão na Arquivologia e no papel do arquivista como mediador deste processo comunicacional, além de atual é necessário para começar (mesmo que tardiamente) a falar da democratização do acesso e uso de informações orgânicas, que auxilia na rememoração por parte do público, sobre sua história, e confere importância a este que é o ator central da Arquivologia.

Rockembach (2015, p. 105) identifica que

Neste sentido, a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e de mais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia.

A perspectiva do acesso na Arquivologia faz evidenciar o alcance do público ao acervo e também ao arquivo, como espaço físico, ou virtual de custódia e disponibilização de informações orgânicas, além de dar enfoque aos processos correlacionados à gestão em Arquivologia, que envolvem, por exemplo as funções de classificação, preservação, avaliação, descrição, etc.. Por isso, ressalta-se o termo “acessibilidade”, que se caracteriza pela facilidade para se chegar a algum lugar, seja ele um serviço de informação, ou por exemplo, um edifício de arquivo.

No contexto da legislação brasileira, destaca-se o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o qual estabelece que a acessibilidade se refere à:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

A referida normativa aborda a possibilidade de aproximação à informação e de utilização dela por pessoas portadoras de deficiências, ou com mobilidade reduzida. No entanto, contempla somente uma parte

da sociedade e, no sentido de contemplar toda ela (mundialmente), evocamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que explana sobre o direito ao acesso público a informações:

Artigo XIX: Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 10-11).

Conjuntamente, estes dois instrumentos legais abodam sobre o direito ao acesso a informações pelo público, contudo, a normativa que vem regulamentar o acesso às informações públicas, em território brasileiro, consiste na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual dispõe que “[...] é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (BRASIL, 2011, s/p.).

Conforme evidencia Ortega (2013), a difusão na Arquivologia é um processo que compreende tanto o acesso, como a utilização da informação, caminho que deve ser percorrido pelo arquivista e pelo público, lado a lado. Na medida em que o acesso à informação abrange a possibilidade de se chegar a ela, a utilização se refere à apropriação do conteúdo e à atribuição de interpretações a ele, ressignificando-o. Couture (2008) também aponta que a utilização de recursos informacionais demanda habilidades adquiridas e um sistema que envolva os arquivistas, as informações orgânicas e o público, num processo didático.

Dando ênfase ao acesso na Arquivologia, Jardim (2009, p. 03) coloca que este tema deve ser tratado no âmbito das políticas públicas, quando afirma que

A noção de acesso à informação relaciona-se, portanto, a um direito, mas também a dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais que garantam o exercício efetivo desse direito. O acesso jurídico à informação não se consolida sem o acesso intelectual à informação. O acesso jurídico à informação pode garantir ao usuário o

acesso físico a um estoque informacional materialmente acessível (um "arquivo" no subsolo de um organismo governamental, por exemplo) sem que seja possível o acesso intelectual dada a ausência de mecanismos de recuperação da informação. As experiências internacionais e, em especial o caso brasileiro, deixam claro que não se viabiliza o direito à informação governamental sem políticas públicas de informação.

O termo “acessibilidade”, caracterizado por Brasil (2004), mas identificado no presente trabalho como abrangedor da sociedade como um todo, leva consigo o sentido de que indivíduos e suas limitações devem ser considerados de maneira a poderem acessar locais, ou serviços que se adequem às suas necessidades. O caminho percorrido para o acesso, no entanto, é permeado por obstáculos, caracterizados por este Decreto como barreiras, identificadas como “[...] qualquer entrave [...] que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou **terem acesso à informação**” (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Estes obstáculos são classificados em: barreiras urbanísticas (existentes em espaços de uso público), barreiras nas edificações (existentes no interior e entorno de edificações), barreiras nos transportes (existentes nos serviços de transporte) e barreiras nas comunicações e informações (que impossibilitem a comunicação e o acesso à informação) (BRASIL, 2004). As quatro classificações de obstáculos interferem na difusão de informações como um todo.

Quanto às barreiras nas comunicações e informações e nas edificações, as primeiras são influenciadas diretamente pelos serviços de informação, os quais propõem a preservação e a disponibilização de recursos informacionais, física, ou eletronicamente. Em se tratando de arquivos públicos, a acessibilidade é pensada a partir de serviços de informação orgânica.

As segundas também se vinculam aos arquivos, pois lugares físicos que abrigam acervos de teor público devem estar habilitados a receber o público que deseja fazer uso deles, adequando seus espaços arquitetonicamente e aliando o trabalho do arquivista ao de outros profissionais para a construção de espaços físicos aos diferentes tipos de público.

Estes dois tipos de obstáculos para o público de unidades de informação propõem reflexão acerca da acessibilidade em arquivos como uma instância multidimensional, que pode ser pensada a partir da informação em ambientes físicos e digitais. Para Brasil (2004), a barreira nas comunicações e informações são “[...] qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação [...]” e a barreira nas edificações, “[...] as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo [...]” (BRASIL, 2004).

Tal processo caminha no sentido de definir meios pelos quais as informações do arquivo serão apreendidas pelos usuários e de que maneira ocorrerá o acesso em seu sentido *lato*, englobando a acessibilidade a informações dispostas em distintivos meios e ainda a inclusão do público em ações que aproximem os documentos e a sociedade.

A acessibilidade em arquivos é uma questão pensada para que se estabeleça a aproximação do público com o acervo. Está relacionada a múltiplas perspectivas, como à perspectiva da deficiência, ou ausência, ou disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica, etc., podendo englobar também perspectivas política, social, econômica, advindas do analfabetismo letrado e, ou político, ou de recursos financeiros.

Costa, Silva e Ramalho (2010, p. 132) aduzem que a acessibilidade também está relacionada a outros três fatores: social (referente ao combate ao preconceito e à observância de indivíduos com necessidades especiais), físico/institucional (referente à acessibilidade pela sociedade aos edifícios de arquivo e a seus serviços) e formativo-profissional (referente ao ciclo de retroalimentação denominado arquivista, arquivos e público), e que se refere “[...] à condição do acesso aos serviços de informação, comunicação e documentação”.

Nesse sentido, a acessibilidade passa por processos de reconhecimento do público do arquivo, bem como da gama de necessidades que este possui. Por isso, os autores supracitados consideram que, para que os arquivos cogitem a acessibilidade, sejam levados a cabo:

[...] estudos híbridos de uso da informação arquivística [que se voltem] [...] à questão da inclusão, da acessibilidade, ampliando o modelo

arquivos direcionados para os usuários, associando, para tanto, as questões **para quem se destina a informação à para que se destina a informação**. Pois o **para quem**, aqui, referir-se-á não só aos diversos papéis desempenhados pelos usuários, mas também aos seus diversos contextos e necessidades, por vezes “especiais” (de aprendizagem, de mobilidade, de comunicação, etc.), intervenientes no acesso à informação (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2010, p. 137, grifo dos autores).

Segundo os autores, considerar o “para que” e o “para quem” na difusão na Arquivologia demanda algumas estratégias que diferenciam as ações realizadas em ambientes físicos e digitais de guarda e disponibilização da informação. Estes ambientes englobam, principalmente, quatro tipos de acessibilidade – motora, auditiva, visual e cognitiva – que estabelecem relação com a maneira com que cada indivíduo se porta diante de suas limitações e com a informação orgânica, pois, nesta perspectiva, é exigido do arquivista uma percepção global em torno do público e dos arquivos, para promover a desejada aproximação arquivo – público.

Estes ambientes, além das funções de guarda e disponibilização de informações, se convertem em ambientes de pesquisa, que cumprem o objetivo de receber o público visitante, seja num edifício, ou numa interface *web*. A partir da adequação destes espaços, é possível elaborar ferramentas para atingir diretamente os distintos públicos de um arquivo.

Há diferentes decisões que podem ser tomadas para promover a adequação de um arquivo que considerem suas dimensões informacionais e espaciais (quanto ao aspecto arquitetônico). Tais ações podem ser pensadas para que o público seja recebido de forma a facilitar a ocorrência do processo difusor, a fim de que ele possa acontecer como uma inter-relação para a construção de novos conhecimentos em torno das informações. Crianças, jovens e adultos (com diferentes necessidades), de distintas realidades socioeconômicas e procedências étnico-culturais, ou contextos de vida estão incluídos na comunidade que é partícipe na constituição de acervos públicos e que pode usufruir deles, especialmente por meio da difusão na Arquivologia (CHARBONNEAU, 2008).

Em relação à acessibilidade, Vidulli (1998) esclarece que grande parte das instituições que funcionam como bibliotecas (ponderação que

é possível aproximar aos arquivos) não foram construídas para este fim e, muitas vezes, funciona a partir de adaptações realizadas em sua estrutura, para poder receber a documentação e o público. Estas adaptações arquitetônicas, no entanto, não podem partir somente de esforços de um profissional da Arquitetura, mas de projetos conjuntos com um profissional da Arquivologia, para garantir excelência em todo o processo da gestão documental (um trabalho de complexidade elevada).

Romero Tallafigo (1997), em sua obra “*Archivística y archivos: soportes, edificio y organización*”, nutre uma visão muito semelhante à de Vidulli (1998), mas adentra aos aspectos estruturais, especificamente, de instituições e edifícios que têm arquivos incorporados a eles, pontuando características que devem ser consideradas por um arquivista, ao pensar na difusão da informação. Estas características referem-se às coordenadas temporais e espaciais para a construção de um edifício funcional de arquivos, que considera aspectos, tais como: se a construção é recente e independente, ou subordinada à outra antiga, se é a extensão de outro edifício, se é alta em estrutura, qual sua profundidade, quanto de peso sua estrutura suporta.

Uma das alianças que, se realizada conjuntamente, por exemplo, com arquivistas, arquitetos e especialistas em sistemas de informação, une a acessibilidade em seus diferentes ambientes, consiste na criação de plataformas *web* para apresentação de arquivos e de seu acervo, em prol do acesso público.

No Brasil, destaca-se o eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), que se trata de uma versão especializada do WCAG (*Web Content Accessibility Guidelines*), o qual se ocupa de permitir a acessibilidade digital em âmbito governamental, de forma padronizada, coerente com padrões internacionais e as necessidades dos usuários. Para BRASIL (2018, s/p.), “[...] o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) tem o compromisso de ser o norteador no desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais do governo federal, garantindo o acesso a todos”.

As deliberações que ocorrem a partir do âmbito governamental reverberam, em nível nacional, na criação e implementação da Lei n° 12.527, Lei de Acesso à Informação. Também, na Arquivologia, em discussões do CONARQ, corroborando para a idealização de documentos como a Resolução n° 13, de 09 de fevereiro de 2001 (Diretrizes gerais para a construção de *websites* em arquivos) e o e-ARQ

Brasil (Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos).

O documento supracitado “Diretrizes gerais para a construção de *websites* em arquivos” delimita quais espécies de conteúdos devem estar presentes em sistemas *web* que divulguem arquivos e acervos:

[...] **Conteúdo – aspectos arquivísticos. Informações sobre:**

- ❖ Acervo (características gerais, datas-limites, quantidade, tipologia etc.);
- ❖ Instrumentos de pesquisa (instrumentos de pesquisa on-line, instrumento de pesquisa on-line em base de dados, instrumentos de pesquisa não disponíveis on-line, outras bases de dados);
- ❖ Estrutura de funcionamento do atendimento ao usuário: horário de funcionamento, formas de atendimento;
- ❖ Serviços arquivísticos prestados (obtenção de cópias de documentos, p. ex.) tanto no local como via e-mail (não se trata do e-mail do webmaster, mas sim do responsável pelo atendimento ao usuário);
- ❖ Métodos de trabalho arquivístico; arranjo e descrição dos documentos, avaliação e transferência, emprego de tecnologias da informação etc.;
- ❖ Legislação arquivística (regras gerais de acesso, restrições, privacidade, possibilitando o download desses documentos, conforme critérios da instituição), modalidades de atendimento, tempo previsto de resposta etc.;
- ❖ Além das informações anteriores, outros recursos podem ser oferecidos no website: biblioteca virtual sobre temas arquivísticos; glossário de termos arquivísticos; perguntas e respostas (FAQ – Frequently Asked Questions) sobre temas arquivísticos; links arquivísticos (atualizados); publicações arquivísticas (possibilitando o download, conforme critérios da instituição) (BRASIL, 2001).

As adequações pensadas para o espaço físico e para o espaço eletrônico, compreendidos pelos arquivos e para o acesso do público,

influenciam na visibilidade do arquivo como instituição e do acervo, por parte dos usuários frequentes e potenciais. Considerar as particularidades inerentes a cada indivíduo pesquisador é considerar o arquivo como repositório social de informações que, por meio de gestão transparente, é o veículo para a construção de conhecimentos e a comunicação de novas informações, num caminho conjunto com a comunidade.

3.2 O arquivo e a escola: espaços de educação formal e não formal para a difusão na Arquivologia

As práticas de educação apresentam-se aliadas a processos de ensino-aprendizagem, que estão englobados no todo do processo formativo de cada pessoa. Tal processo compreende uma trajetória composta por aspectos inerentes às vivências de cada pessoa em sua individualidade e com seus grupos.

Estes espaços são distintos entre si e dependem dos contextos em que se insere cada espaço de ensino, ou seja, das vivências contextuais, pois para que existam e funcionem no processo de ensino-aprendizagem, precisam considerar os aspectos que o assunto “objeto” leva consigo, as “atividades propostas”, as necessidades que se apresentam em cada grupo, quer seja de famílias, de docentes, de estudantes. Por isso, identifica-se que os lugares para a promoção dos processos formativos nem sempre são físicos, pois tais ações podem se dar em ambientes virtuais, em salas de aula, em quadras de esporte, em centros culturais, feiras livres, em conversas entre avós e netos, como outros espaços também denominados “de formação” (GVIRTZ; PALAMIDESSI, 2006).

Por isso, para explicar sobre os tipos de espaços educacionais, bem como abordar os públicos em que se encaixam nestes espaços, Gohn (2006) sustenta uma visão que ainda não é unânime entre os autores da área da educação, porém é uma perspectiva de divisão de espaços educativos que surgiu em 1960 (FÁVERO, 2007) e que colabora para pensá-los como destinados a fins específicos e complementares no momento do ensino-aprendizagem. São os espaços formais, não formais e informais de educação, que o Quadro 6 exemplifica e sintetiza, a fim de apresentar onde o arquivo está inserido e de que maneira pode acontecer a difusão na Arquivologia, compreendendo os arquivistas e os públicos da informação.

Quadro 6 – Conceituações para educação formal, não formal e informal

	Quem é o educador?	Onde se educa?	Como se educa?	Qual sua finalidade ou objetivos?	Quais são seus principais atributos?	Quais são os resultados esperados?
Educação formal	Os professores.	Em escolas, instituições regulamentadas e organizadas segundo diretrizes nacionais.	Em ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente.	O ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por leis.	Requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de atividades, disciplinamento, etc..	A aprendizagem efetiva, titulação que capacita os indivíduos a seguir para graus mais avançados.
Educação não-formal	O grande educador é o outro, aquele com quem interagimos ou nos integramos.	Territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais.	Em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos.	A transmissão de informação e formação política e sócio cultural. Processo interativo que gera um processo educativo.	Não é organizada por séries / idade / conteúdos. Desenvolve laços de pertencimento e ajuda na construção da identidade coletiva do grupo.	Contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; conhecimento sobre sua própria prática (aprender a ler e interpretar o mundo que os cerca).

	Quem é o educador?	Onde se educa?	Como se educa?	Qual sua finalidade ou objetivos?	Quais são seus principais atributos?	Quais são os resultados esperados?
Educação informal	Os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, as colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa etc..	A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu etc..	Em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados.	A socialização dos indivíduos, o desenvolvimento de comportamentos, segundo valores e crenças de grupos a que pertencem por herança, desde o nascimento.	Não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores. Atua no campo das emoções e sentimentos.	Os resultados não são esperados, acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2018), baseado em Gohn (2006, s/p.).

Observa-se que nas três perspectivas, o objeto, ainda que velado em alguns casos, é o processo de ensino-aprendizagem. Este, porém, é apresentado/desenvolvido de maneiras distintas, cada pessoa pode ser tocada de diferentes maneiras, o que também significa aprender em diferentes ambientes, usuais, ou não.

Nesta perspectiva, pode-se pensar, os docentes em sala de aula (ambiente formal), arquivistas em um arquivo (ambiente não formal) e amigos numa conversa (ambiente informal) emitem e recebem informações que farão parte das percepções e ressignificações que edificam o processo de ensino-aprendizagem de indivíduos, transformando estes ambientes.

Portanto, também a Arquivologia precisa debruçar suas atenções a este processo de ensino-aprendizagem, pois, levar os documentos a um ambiente formal de educação, promover ações de divulgação do arquivo dentro da própria instituição e, também em espaços não formais de educação, em atividades interativas intencionais por meio de exposições, por exemplo, oportunizará inclusive o desenvolver de processos educativos a respeito de temáticas da Arquivologia, do acervo e, ou de seus conceitos e fazeres, em conversas entre irmãos, por exemplo, ao discutir sobre memórias coletivas implicadas em documentos arquivados, que também são lugares e momentos de ensino-aprendizagem, propícios à difusão na Arquivologia, em uma perspectiva dialogada e emancipatória³. Assim, o arquivista pode (inter)atuar na educação formal e não formal e resultados podem ser em prol da educação informal sobre perspectivas da Arquivologia.

Espaços de educação informal não são propícios para a realização da difusão na Arquivologia, devido às características não intencionais que envolvem as práticas nestes ambientes. Levando em conta que a produção documental orgânica é intencional, movimentos acerca da disseminação informacional deste teor carregam também intencionalidade.

Espaços de ensino-aprendizagem, de acordo com esse entendimento, podem ser diversificados e o processo de aprendizagem acontecer mutuamente, pois quem ensina e quem aprende nem sempre têm o título de docente, ou estudante (com diplomas e matrículas institucionalizados), visto que estes processos se dão ao longo da vida,

³ Ver HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.189 p.

independentemente de espaços físicos predeterminados para essas práticas.

No momento em que o arquivo se propõe a preservar as informações orgânicas e a difundir-las ao público, diferentes ações podem aproximar o público do arquivo, ou seja, transformar a documentação conservada, acondicionada, resguardada, mas trancafiada, em informação itinerante, que saído espaço institucional do arquivo e vaia encontro das pessoas, movimentos que fazem com que este repositório de informações se insira em ambientes e contextos também múltiplos. Como espaços de ensino-aprendizagem relacionados à difusão na Arquivologia, Parrela e Koyama (2016) identificam o arquivo como local físico, ou virtual que o público “visita” que, por meio de ações educativas, é concebido como espaço de educação, cuja exploração, para Ortega (2013, p. 156), “pode se dar a partir de abordagens sociológicas (sujeitos informacionais), psicológicas (sujeitos cognitivos), pedagógicas (sujeitos educandos) e outras [...]”.

Aldabalde (2012), paralelamente, aborda que as escolas também podem trabalhar com a documentação orgânica, como recursos para o ensino das disciplinas cotidianas, contribuindoos dois espaços de maneiras distintas, para o mesmo fim. Por isso, essas duas instituições (arquivo e escola) possuem papel fundamental na colaboração para a difusão na Arquivologia e empregam ações específicas, para que logrem o objetivo de tornar o público agente participante nas reapropriações e no cuidado com as informações orgânicas.

Concebida a escola como espaço formal de educação, conforme cita Gohn (2006), faz-se necessário conceituar o arquivo também sob a perspectiva de ambientes não formais. Para isso, Langhi e Nardi (2009), baseados em Marandino *et al.* (2004), defendem que

[...] alguns exemplos de locais que oferecem a educação não formal são: museus, meios de comunicação, agências formativas para grupos sociais específicos, organizações profissionais, instituições não convencionais de educação que organizam eventos tais como cursos livres, feiras e encontros [...] (LANGHI; NARDI, 2009, p. 03).

Aos espaços não formais de educação, como mencionado pelos autores, assim como aos formais, também podem ser incluídos os arquivos, pois estes espaços podem se abrir para uma sala de aula, com o uso de acervos como recurso didático, para o uso deste acervo numa

roda de contação de histórias, ou simplesmente para deleite do público em uma possível exposição em meio a uma praça.

Os autores Parrela e Koyama (2016) e Aldabalde (2012) estabelecem como exemplo dois tipos de ações educativas que podem ser aplicadas, respectivamente, em espaços não formais (arquivos) e formais de educação (escolas), a respeito da difusão na Arquivologia, aproximando em ambos os casos, o arquivo do público: são a educação patrimonial em arquivos e a utilização de documentos orgânicos como recursos em salas de aula, caracterizados por Horta, Grunberg e Monteiro (1999) e Aldabalde (2012), no Quadro 7, conforme o espaço em que são realizadas e o detalhamento e instruções de como proceder para implementar estas ações:

Quadro 7– Ações educativas empregadas junto à informação orgânica

Espaços de ensino-aprendizagem	Ações educativas
Arquivo	Educação patrimonial: Ao investigar sobre os documentos, fazer perguntas sobre: 1) aspectos físicos/materiais; 2) desenho/forma; 3) função/uso; 4) construção/processo; 5) valor/significado. Descobre-se estas características a partir de observação, pesquisa, discussão, conclusões, para encaminhar-se ao conhecimento sobre o documento (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 08).
Escola	Documentos como recursos de ensino-aprendizagem: 1) perceber e conhecer o público-alvo e como atingi-lo, num processo de sistematização da metodologia contida nos processos de interação/aprendizagem entre seu público e o educador; 2) atentar-se às demandas do público, às suas solicitações e expectativas; 3) estabelecer políticas sobre que formato as ações educativas devem adotar; 4) conceber um cronograma para atendimento ao público; 5) delimitar os recursos financeiros e humanos capacitados para realizar atividades educativas; 6) estabelecer estratégias de difusão no tocante à comunicação do arquivo com a sociedade; 7) aplicar recursos tecnológicos para a consecução dos trabalhos e aproximação do público ao arquivo; e 8) identificar qual o objetivo, as funções e atividades do arquivo, bem como a que público está destinado, atentando para a “vocação do arquivo”

(ALDABALDE, 2012, p. 205-206).

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2018), baseado em Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 08) e Aldabalde (2012, p. 205-206).

Ao se praticar o ensino utilizando para isso os documentos de arquivo, é possível que haja contribuições para o desenvolvimento crítico, externalizado na forma de problematização das informações contidas nas fontes documentais (BARBOSA; SILVA, 2012). Tal característica pode corroborar para o senso crítico da comunidade que interage com as informações orgânicas, num constante movimento de crítica das fontes, como aduz Le Goff (2003), colocando em pauta a seleção de fontes e as forças que agem no momento das construções e reconstruções de sentido, a partir de fragmentos de história que se rearranjam, contínua e intencionalmente, como também ressalta Benjamin (2007).

Aproximando o público do arquivo, assumido aqui como instituição que reúne informações orgânicas, as características tais como a estrutura de seu edifício e os processos de gestão das informações orgânicas objetivam a preservação de indícios de memórias e histórias e a disponibilização das informações à comunidade, num jogo em que a sociedade produz, recebe e interage com a informação documental, com a unidade de arquivo na busca de construção de conhecimentos. É possível falar num arquivo que, por meio destas ações, está orientado a políticas educativas, com o fim de contribuir para a qualidade do ensino (da rede escolar e universitária), a estimular a cidadania mais ativa na sociedade (CABRAL, 2012), além de suscitar a emancipação do público, por meio de sua atuação participativa e propositiva no trabalho com os arquivos (BAUMAN, 2001).

Portanto, a Arquivologia e o arquivista se envolvem com pesquisas, ensino-aprendizagem, procedimentos técnicos, etc.. Ao abordar o caráter educativo e cultural do arquivo, Cabral (2012, p. 42) atenta para o papel da Arquivologia enquanto ciência e da formação profissional do arquivista e identifica que são englobadas pela área “[...] as funções técnicas essenciais à prática, como recolhimento, custódia, preservação e organização de fundos documentais, além de uma dimensão mais educativa, social e cultural”.

A atuação do arquivista e a representatividade do arquivo junto à sociedade promovem o descobrimento de contextos diversificados em que estão inseridos e a gestão documental participativa. É o coligar do enfoque da Arquivologia (os procedimentos adotados para a gestão

documental) às intersecções macro (“para que” e “para quem” eles são realizados) (CHARBONNEAU, 2008).

Barbosa e Silva (2012), sobre as ações educativa e editorial, voltam-se para o que Bellotto (2006) afirma sobre as informações em idade permanente e o caráter público que elas contêm, sendo preservadas para que os caracteres memorialístico e probatório sejam resguardados e também para que seja possível dar acesso destas informações, ao público. Afirmam também que a difusão em arquivos não está ligada somente ao usuário que vai buscar a informação de que necessita, pois as informações orgânicas de caráter público devem estar disponíveis, independentemente da intenção de necessidade do usuário, para cuja afirmação Barbosa e Silva (2012) invocam a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que trata da regulamentação do acesso público às informações públicas produzidas em território brasileiro.

A razão de se pensar na promoção da difusão cultural também como serviço promovido por arquivos, caminha no sentido de evidenciar “os contornos sociais” do arquivo, como afirma Bellotto (2006), difusão que se estende pela totalidade das idades corrente, intermediária e permanente e à Arquivologia como um todo (HEREDIA HERRERA, 1991). Recorre-se novamente Barbosa e Silva (2012, p. 46), pois elas indicam ações relacionadas à difusão na Arquivologia, que podem ser realizadas por arquivos públicos. São elas:

[...] a publicação de livros, periódicos e conteúdo de internet, os quais estão ligados ao acervo e à memória que ele preserva; a estruturação de exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras.

Autores como Bellotto (2006), Barbosa e Silva (2012) e Aldabalde (2012) frisam de maneira contínua a relação entre os arquivos, suas informações orgânicas e sua utilização como ferramenta para o ensino de história, matemática, geografia, entre outras disciplinas, principalmente no que compreende o ensino básico, nas escolas, afirmação que pode ser verificada na medida em que se concebe o arquivo como unidade de informação orgânica.

Outras atividades relativas ao ensino, como observam Ribeiro e Torre (2012) e Pegeon (2012), podem ser evidenciadas na prática da inclusão da educação patrimonial como componente curricular em escolas e como ação permanente realizada por arquivos. A educação patrimonial como recurso didático tem o propósito de direcionar a visão dos estudantes para observar os patrimônios e suas concepções diante da questão da memória social, momento em que é dada ênfase ao patrimônio documental, também aos itens compreendidos pelas esferas histórica, geográfica, arqueológica, biblioteconômica e museológica.

Parrela e Koyama (2016) expõem a implementação da educação patrimonial em arquivos públicos do Brasil, momento em que detectam diferentes tipos de atividades, como a elaboração de materiais audiovisuais para auxiliar visitas guiadas ao arquivo, a promoção de palestras, elaboração de publicações que explicam sobre o acervo, dentre diferentes alternativas. Andrade (2016), nesse sentido, frisa que a utilização de jogos, dentro da ação de educação patrimonial é bastante lúdica e propõe uma visão da realidade sobre acervos, por parte de estudantes em idade escolar.

O jogo educativo a que se refere Andrade (2016) foi um protótipo concebido para tornar de conhecimento público o acervo de informações orgânicas do Museu do Ouro (situado em Sabará, Minas Gerais), a fim de criar um ambiente de ensino-aprendizagem aprazível para os estudantes que o visitam. Este protótipo iniciou com ideia e conceito como seguem, a exemplo:

a) **Ideia:** Criar um jogo educativo digital utilizando elementos do acervo arquivístico, a fim de auxiliar no processo aprendizagem dos alunos do ensino fundamental que visitam o museu.

b) **Conceito do jogo:** O título do jogo: “Em busca da lança de São Jorge” / Gênero: RPG (*role playing game*); / Introdução: o jogo iniciaria com a chegada de um jovem estudante ao Museu do Ouro para uma visita. Depois de visitar as várias salas do Museu do Ouro, observando as peças e conversando com funcionários, o rapaz fica curioso com a escultura de São Jorge, que se encontra sem sua lança de prata. Ao ler a descrição da peça, ele descobre que a lança desapareceu misteriosamente, séculos atrás. Ao andar pelo pátio do museu, o rapaz cai em uma



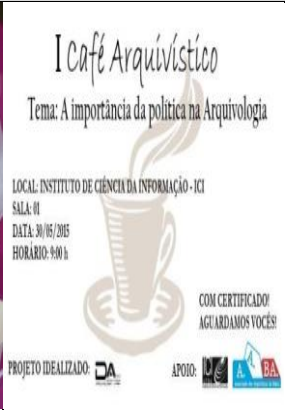
mina abandonada, repleta de seres sobrenaturais, que o levarão a uma aventura em busca de uma maneira de escapar. / Configurações: um jogo que seja disponibilizado online, para as plataformas móveis e fixas (ANDRADE, 2016, p. 90).

A fim de dar vida a ações em arquivos e escolas, aproximando-os, enfatiza Chapron (2003) sobre a necessidade de haver profissionais [arquivistas] que atuem junto ao público escolar, visando promover a autonomia destes sujeitos em relação à informação orgânica, por meio da mediação e serviço de referência:

[...] nós podemos pensar o lugar e as finalidades da informação-documentação dentro do ensino escolar e notadamente dentro do secundário, no quadro de objetivos de formação integrados à formação dos estudantes, de onde decorrem o lugar e o rol dos docentes e então, especificamente os docentes documentalistas. Há urgência em definir um currículo de referência, implementá-lo localmente dentro de uma política documental real das instituições (CHAPRON, 2003, p. 9, tradução nossa).

Para a inserção de “docentes documentalistas”, ou arquivistas educadores, nos sistemas de ensino, bem como da implementação de iniciativas em prol da difusão na Arquivologia, Aldabalde (2012) propõe o que denomina como “pedagogia arquivística”, que trabalha para a concretização de serviços educativos que envolva arquivos, ações que podem ser exemplificadas por iniciativas desenvolvidas em âmbito brasileiro (Quadro 8):

Quadro 8 – Exemplos de ações educativas, utilizando acervos de arquivos, em ambientes formais e não formais de educação

Espaço formal	Espaço não formal	
		
<p>Descrição da imagem: “A Escola de Educação Básica (EEB) Pero Vaz de Caminha, em Florianópolis, [realizou] [...] uma exposição com [...] releituras da carta de Pero Vaz de Caminha [...] ‘Os pais relatam que os filhos chegam até eles para falar sobre a história da escola, quem foi Pero Vaz de Caminha’” (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2013).</p>	<p>Descrição da imagem: Kit pedagógico de conservação, elaborado pelo Arquivo Educativo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (MANSUR, 2016).</p>	<p>Descrição da imagem: “O Diretório Acadêmico de Arquivologia – DAArq, convida a toda comunidade arquivística para o I Café Arquivístico a ser realizado no Instituto de Ciência da Informação, às 09h, na data 30/05/2015. O tema a ser discutido é: A importância da política na Arquivologia” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA BAHIA, 2015).</p>

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (2013), Mansur (2016) e Associação dos Arquivistas da Bahia (2015).

Ações educativas que utilizam os documentos de arquivos como recursos, conforme as propostas por Aldabalde (2012), Parrela e

Koyama (2016), Chapron (2003), Pegeon (2012), entre outros autores mencionados, aplicadas no âmbito do ensino-aprendizagem em ambientes formais e não formais, propõem o fomento de estratégias de trabalho junto aos documentos de arquivo que abranjam os diferentes tipos de públicos possíveis e frequentantes destes ambientes.

3.3 Públicos para os quais é direcionada a difusão na Arquivologia

Ao mencionar o direcionamento da difusão na Arquivologia, pensa-se primeiramente no “para quem” o arquivo funciona. Chega-se então, ao momento de definir quem são estes personagens: o público (CHARBONNEAU, 2008), os usuários (ORTEGA, 2013) e as comunidades de práticas (SANTOS, 2009a), que consideraremos neste trabalho todos como sinônimos.

Para definir quem é o alvo da difusão em arquivos, recorre-se a Ortega (2013, p. 156), que define o termo “usuário”, no âmbito da informação. A autora considera que coexistem duas categorias para usuários, quais sejam “**indivíduos que usam informação**” e “**usuários de informação**”: a primeira categoria (que engloba todos os seres humanos) sugere que os indivíduos podem ser entendidos “[...] a partir de abordagens sociológicas (sujeitos informacionais), psicológicas (sujeitos cognitivos), pedagógicas (sujeitos educandos) [...]”, entre outras; enquanto que a segunda categoria engloba os potenciais usuários e os usuários frequentes de unidades de informação. Explica que “[...] o usuário de informação assim se constitui quando um indivíduo é abordado a partir de certo contexto institucional em situação de uso (real ou potencial) de informação, na perspectiva de ações profissionais, portanto, ações sistemáticas e objetivas”.

Charbonneau (2008, p. 380) também define o termo “usuário/público”, mas agora voltado especificamente para a informação orgânica. Em sua explicação sobre os diferentes tipos de usuários que um arquivo pode ter, dentre potenciais usuários ou usuários leigos e usuários especialistas, relaciona-os e divide-os em: “usuários relacionados à **administração**” e “usuários relacionados à **pesquisa**” (Figura 2).

Ao refletir sobre o papel dos usuários (frequentes e potenciais) da informação orgânica, Charbonneau (2008) considera que o primeiro passo a ser dado, visando à difusão na Arquivologia, é compreender as necessidades do público. Tal reflexão ocorre com vistas a que, após a criação dos registros orgânicos, sejam desenvolvidos serviços que aproximem do público procedimentos como classificação, descrição,

avaliação, preservação e aquisição de acervos. Considera-se aqui, que esta aproximação do público para com as funções da Arquivologia, trata-se de um dos aspectos educativos, de ensino-aprendizagem, pelo qual o arquivista é responsável. Esta aproximação, para o autor, deve conjugar estratégias distintas para usuários distintos e focar nas perspectivas relacionadas ao trabalho do arquivista, considerando esta diversidade de público e a promoção de ações para a formação deste público, visando a sua ótima utilização dos serviços de arquivo e garantindo a preservação informacional.

Neste sentido, o autor também direciona o trabalho do arquivista ao aspecto social, pois, a partir da percepção de cada grupo de usuários, torna mais próximo o arquivo da sociedade, num sentido de pensar que o espaço do arquivo, como de gestão de informações orgânicas de fundos específicos, é construído pela sociedade (ALBERCH I FUGUERAS, 2003) e para a sociedade (CHARBONNEAU, 2008).

O arquivo, para Walter Benjamin, se apresenta como uma grande paisagem e as informações orgânicas, como a multidão em que o pesquisador deve adentrar para reconciliar sua relação com “a cidade e seu modo de vida atribulado” (BENJAMIN, 2007, p. 39). É o espaço onde o pesquisador pode encontrar recursos que respaldem seus problemas de pesquisa, seus anseios por conhecer culturas, arte, ou memórias de seu povo, ou de outros povos. A cidade, neste caso, caracteriza-se também pelo número e natureza das informações orgânicas contidas num arquivo e pelas relações entre o modo de vida do público, como pesquisador, possibilitando indagações às fontes e possíveis conhecimentos gerados a partir destas indagações.

Cabral (2012) menciona que políticas voltadas para o público, com a finalidade de integrá-lo ao arquivo, conferem a esta instituição um caráter mais do que institucional, mas informacional, cultural e educativo, em que as pessoas podem ir abertas à pesquisa e a construir conhecimentos.

Explicando e exemplificando os tipos de usuários definidos por Charbonneau (2008), verifica-se que os usuários do primeiro grupo, da administração, são principalmente os internos a um arquivo de idade corrente e, ou intermediária, que acompanham a implantação de sistemas de gestão de informações orgânicas e realizam as atividades junto a este espaço, diariamente. Estão entre eles os arquivistas e os demais funcionários que trabalham com e em arquivos, porém, são compreendidos por este grupo os usuários externos que, por força de fazer valer seus direitos de acesso à informação pública, utilizam os

arquivos nestas idades para fazer usos/pesquisas pontuais (CHARBONNEAU, 2008).

Contemplados pelo segundo grupo, o dos pesquisadores, está um núcleo maior de usuários que, por consequência, está relacionado à pesquisa em arquivos de idade permanente, momento em que é realizada a maior parte das atividades de difusão, segundo Couture *et al* (2008).

Para Benjamin (2007), o pesquisador adota a posição de *flâneur* diante de um arquivo. A *flânerie*, relacionada ao movimento de pesquisar, caracteriza-se como o olhar desinteressado e ao mesmo tempo atento de um sujeito que pertence a um lugar, mas camufla-se na multidão, buscando encontrar sentido em tudo o que observa. Revelado o ato de pesquisar como um exercício de constante observação, contemplação e busca de sentido, o público de um arquivo adentra este espaço, interage com as informações, absorve-as e as comunica, como os *flâneurs*, de Benjamin.

Inseridos neste grupo de “**usuários relacionados à pesquisa**”, estão os **usuários profissionais**, que são caracterizados por Charbonneau (2008, p. 380-381, tradução nossa) como “[...] as pessoas que efetuam pesquisas dentro do âmbito universitário e as pessoas que realizam pesquisas aplicadas, pelas quais elas são remuneradas”. Neste sentido, afirma que, enquanto os pesquisadores universitários fazem buscas direcionadas às suas pesquisas e encontram-se no arquivo, abertos a conhecer novas fontes informacionais, os pesquisadores de pesquisa aplicadas desejam receber uma informação precisa e rápida. São “usuários profissionais” docentes, discentes universitários, jornalistas, pintores, entre outros que buscarão informações de que necessitam, de maneiras distintas, com intensidades distintas, visto que seus objetivos de pesquisa são distintos, bem como suas habilidades para a pesquisa num arquivo.

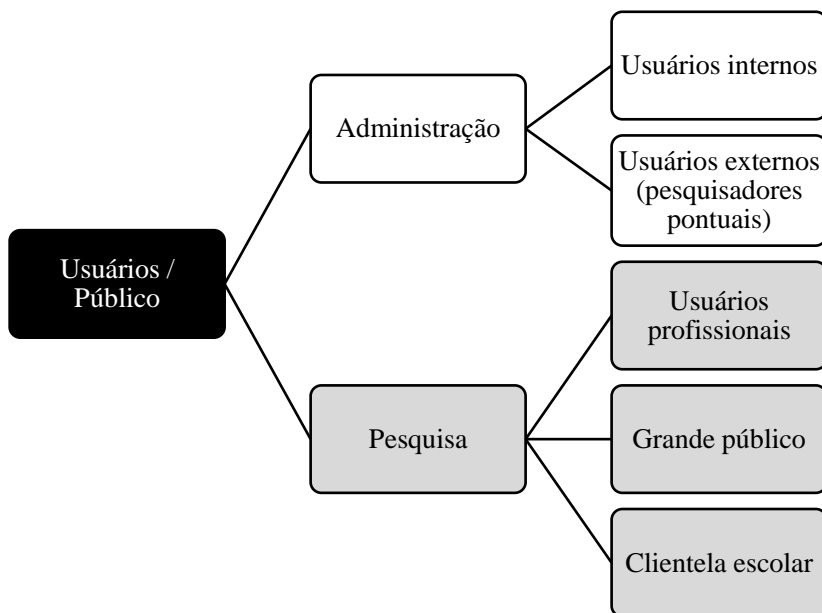
Outro subgrupo que se encontra dentro do segundo grupo “**usuários relacionados à pesquisa**”, é o **grande público**, definido por Charbonneau (2008), como os cidadãos em geral, que têm uma diversidade de objetivos de pesquisa, que vão desde fazer valer seus direitos de acesso à informação, até a busca de informações para construção de genealogias, ou sobre registros notariais, por exemplo.

Como terceiro subgrupo, encontra-se a **clientela escolar**, definida também como parte do grande público e caracterizada por vir de “[...] estabelecimentos de ensino onde buscam estimular o gosto pela história, pelo patrimônio e pela pesquisa” (CHARBONNEAU, 2008, p. 382, tradução nossa). Ainda afirma o autor que a faixa-etária e os níveis de escolaridade, para este subgrupo, são os mais diversificados possíveis,

podendo variar de crianças em idade escolar infantil, quando de seu primeiro contato com a informação orgânica, a técnicos em documentação, interessados e conscientes dos papéis do arquivo e da Arquivologia.

Aldabalde (2012) e Lousada (2015) apontam que, para que os serviços de arquivos sejam realizados de maneira a integrar o público a este cotidiano, faz-se necessário adequar as condições de pesquisa à conscientização do público sobre a conservação informacional e convidar indivíduos leigos a conhecerem um pouco de sua história. Por isso, o arquivista pode atuar como um profissional de referência, direcionando o público ao caminho adequado, em relação à pesquisa que deseja realizar e, além disso, este profissional necessita observar uma série de questões sobre o manejo adequado dos itens documentais, nesse sentido, que atue como mediador da informação orgânica e também como formador, tomando a frente de programas relacionados ao desenvolvimento de competência em informação orgânica, por parte dos usuários, sejam internos, ou externos.

Figura 2: Os tipos de público dos arquivos



Fonte: Charbonneau (2008, p. 380-382, tradução nossa).

Ações relativas ao trato com o usuário da informação, incluindo-o em determinados processos de gestão informacional e identificando-o com papel ativo diante do arquivo, colaboram para que ele conheça mais sobre sua história e ative sua memória “coletiva e histórica” (HALBWACHS, 1990), bem como para que comece a identificar o arquivo público como produtor e coletor de informações que pertencem à comunidade, reconhecendo as atividades que são realizadas e os papéis da Arquivologia e do arquivista na sociedade.

A difusão de ativos informacionais, a partir da gestão da informação consciente, visa ao acesso e uso destes recursos e dá luz ao arquivo como fonte educativa, voltado à ação cultural⁴, como aduz Bellotto (2006), o que coloca em voga o papel do público que, para Cabral (2012), nestas circunstâncias, é evidenciado como ativo no manejo das informações orgânicas e este processo lhe garante autonomia para a construção de conhecimentos, a partir do acesso à informação.

⁴ Conforme a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO, “a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (2002, p. 02).

4 O PROCESSO FORMATIVO EM ARQUIVOLOGIA

Esta seção tem por fim abordar a característica social dos arquivos e da Arquivologia, trazendo a formação do arquivista como campo disciplinar inserido nos ambientes de ensino-aprendizagem. Relaciona, por isso, o estudo do currículo como base para a instrumentalização do ensino-aprendizagem, levando em conta suas características sociais, culturais, políticas e ideológicas.

4.1 Processo formativo e currículo: características gerais

O processo formativo é permeado por ações culturais e sociais, porque passa por diversas instâncias, dentre as quais se apresentam o cotidiano dos indivíduos, os meios em que estão inseridos, ou seja, os contextos que servem para o desenvolvimento social. Contudo, apesar de ser parte de construções sociais, o processo formativo também se constitui de momentos de desenvolvimento pessoal, em que “as relações estabelecidas entre o ensino-aprendizagem e os atores possuem características não de objetos terminados, mas de constantes construções que conformam o interior da formação” (SOUTO, 1999, p. 42, tradução nossa).

Nesse sentido, a formação contempla a sociedade em geral, docentes e discentes e se dá pelo processo de ensino-aprendizagem, que Vasconcelos, Praia e Almeida (2003) afirmam que se constitui de etapas complexas, em que atua o docente como mediador, ao passo em que o estudante é o eixo para o qual se criam condições para seu envolvimento pessoal necessário, pois, ao aprender, cria novas acepções que partem de seu contexto vivencial.

Para que o ensino-aprendizagem seja iniciado e continuado, lança-se mão de instrumentos, como currículos, planos de ensino, projetos pedagógicos, nos quais estejam representadas as informações necessárias para o desenvolvimento deste processo dualístico (VASCONCELOS; PRAIA; ALMEIDA, 2003).

Pinar (2014) e Pinar (2011) invoca o currículo como texto biográfico e autobiográfico. Estes atributos se devem à etimologia da palavra, proveniente do latim “*currere*”, em que o currículo está direcionado à concepção de carreira, trajetória, caminho percorrido que, traduzida ao ambiente de ensino-aprendizagem, estabelece relação com “seguir um programa”, para encaminhar-se a um resultado exitoso. De acordo com o autor, o termo em latim é mais bem empregado, pois faz alusão às experiências envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, considerando os contextos em que está inserido este caminhar, enquanto

que o termo “currículo” alia-se a uma concepção de estipulação e cumprimento de deveres.

Por isso, o autor estabelece que

O correr do curso – *currere* – ocorre por meio de conversas, não só no discurso de sala de aula, mas no diálogo entre alunos e professores específicos, e consigo mesmos, sozinhos. [...] O currículo concebido como verbo – *currere* – privilegia o conceito do **indivíduo** nos estudos de currículo (PINAR, 2016, p. 20-21, grifo nosso).

Para Gvartz e Palamidessi (2006), o currículo provê um modelo que deve se ajustar às práticas de ensino, o que supõe uma distinção importante entre o que é o currículo e o que são os processos de ensino. Ainda que hoje o currículo seja estruturalmente maleável, sua origem e desenvolvimento como instrumento de ensino-aprendizagem foram dados a partir de lógicas mercadológicas, ou seja, a partir da estruturação de conteúdos que unissem aspectos que fossem parte de diretrizes para “formar”.

Esta questão, de forma ampla, tanto no ensino superior quanto no ensino básico, parte da compreensão de que as relações políticas e sociais vividas cotidianamente levam a influenciar os conteúdos planejados para que sejam lecionados *à posteriori* (APPLE, 2008). Por isso, na visão de Moreira (1990), a construção curricular enquanto construção social é englobada pelo campo da Sociologia, denominado Sociologia do Currículo. O encadeamento de conteúdos para a construção de currículos, sejam eles desenvolvidos para o ensino básico, ou superior, é parte de um processo que afirma que instrumentos como projetos pedagógicos, currículos e a educação em geral são campos de produção de conhecimento, onde os estudantes devem participar ativamente (MOREIRA; SILVA, 2008).

Deste modo, ao passo em que o currículo é estabelecido como o centro entre a perspectiva docente e a perspectiva discente, também é um campo de discussões e conflitos no que se refere aos conteúdos planejados em sua base. Portanto, não cabe ao currículo restringir-se a temáticas, somente, ou a conteúdos, mas incluir os diferentes planos pelos quais passa o processo de ensino-aprendizagem, próprios das tarefas de ensino (GVIRTZ; PALAMIDESSI, 2006).

Ao conceber os currículos como instrumentos pertencentes ao processo de ensino-aprendizagem, evidencia-se que eles não são os

únicos instrumentos. Trabalham também, neste processo, os projetos pedagógicos de curso, os programas e os planos de ensino (ANASTASIOU, 2007). Configurado como a representação da informação concebida durante as práticas de ensino-aprendizagem, localiza-se o currículo em um rol contextual, mas também ideológico, em que os conteúdos representam o que se idealiza para a formação discente, apoiados em características sócio-político-culturais (MOREIRA; SILVA, 2008).

Gvirtz e Palamidessi (2006, p. 59, tradução nossa) apontam que “[...] a evolução científica do currículo deve partir da análise da sociedade e da cultura”, visto que a cotidianidade observada na sociedade é o arsenal em que se busca subsídios para a construção dos processos formativos.

Da mesma maneira, segundo Moreira e Silva (2008, p. 7), “[...] o currículo é considerado um artefato social e cultural”, o que significa que ele é uma construção cultural e também instrumento para outras construções culturais. Portanto, a elaboração curricular é parte de processos intencionais, compostos por ideologias que identificam o currículo como instrumento de poder, que não pode ser dissociado de sua constituição social e histórica.

Neste caminho a ser percorrido, a formação discente é delimitada quando da aplicação do currículo que, para os autores, “[...] não é o veículo de algo a ser transmitido e passivamente absorvido, mas o terreno em que ativamente se criará e produzirá cultura” (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 28), pois por meio dos currículos, a prática em sala de aula será delimitada e, numa esfera maior, a área científica estudada também pode ser mais aprofundada.

Contribuindo para a visão de que os currículos são também instrumentos de poder, além do currículo explícito, composto por conteúdos disciplinares, apresenta-se o currículo oculto, “[...] criado para se referir àqueles aspectos da experiência educacional não explicitados no currículo oficial, formal” (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 31). O espaço em que se insere o currículo oculto pode ser comparado à prática de ensino cotidiana, que se apoia no currículo oficial, mas se adequa às necessidades dos discentes e da área, o que estimula a construção de ordens curriculares alternativas, como afirmam os autores supracitados.

Estas ordens curriculares, ainda que possam ser alternativas e ajustáveis aos contextos em que estão inseridas, conformam-se em torno da disciplinaridade e da possibilidade de formar, ou seja, colocar os

estudantes em uma forma almejada, o que reafirma permanências e rupturas em torno do currículo:

A história do currículo tem sido importante na tarefa de questionar a presente ordem curricular em um de seus pontos centrais: **a disciplinaridade**. Apesar de todas as transformações importantes ocorridas na natureza e na extensão da produção do conhecimento, o currículo continua fundamentalmente centrado em disciplinas tradicionais (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 32, grifo nosso).

Os currículos, ambientados nos ensinos básico e superior possuem eixos de ensino comuns entre eles e entre os cursos em que estão envolvidos. No entanto, as características contextuais de cada instituição, também influenciam na concepção dos currículos, marcados por aspectos geográficos e técnicos, mas também políticos e ideológicos. Apple (2008, p. 61), ao refletir sobre currículos nacionais, afirma que “[...] por trás das justificativas educacionais para um currículo e um sistema de avaliação nacionais, está uma perigosíssima investida ideológica”.

As características ideológicas envolvidas na concepção dos currículos, desta maneira, os conformam a partir de perspectivas sociológica e pedagógica. Da Sociologia da Educação, emergente da Inglaterra a partir do século XIX, obtiveram como foco de estudo os currículos escolares, fazendo emergir o que foi denominado Sociologia do Currículo (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 8).

Parte dessas perspectivas a noção de que o currículo é a representação da prática de ensino-aprendizagem. Por isso, a partir da perspectiva pedagógica, este instrumento se estabelece como um modelo da prática (currículo adequado ao que é desejado para o estudante, ao longo de sua trajetória) e também como um projeto prático de elaboração coletiva (currículo adequado aos contextos em que o ensino, os estudantes e os docentes estão inseridos).

A perspectiva sociológica, no entanto, vai além da representação da informação neste instrumento e sua aplicação; relaciona-se ao cotidiano escolar que não necessariamente envolve conteúdos planejados no currículo, mas que influencia as relações interpessoais dos estudantes e dos docentes, bem como o comportamento intelectual destes no processo de ensino-aprendizagem. Diante desta perspectiva, o

currículo é abordado como “uma complexa realidade socializadora” (GVIRTZ; PALAMIDESSI, 2006, p. 62).

Como instrumento complexo composto por conteúdos formadores e estrutura imbuídos de ideologias e relacionados ao contexto sócio-político-cultural de sua elaboração, o currículo se volta à representação do ensino-aprendizagem, identificado em espaços formais e não formais de ensino. Nestes ambientes, foca-se principalmente nas interações dos sujeitos, que apreendem as informações e as reverberam como conhecimento.

Angulo Rasco (1994) afirma que as distintas concepções de currículo podem ser agrupadas em três classes fundamentais: currículo como conteúdo, currículo como planificação e currículo como realidade interativa.

Quando se define o currículo como conteúdo (e especialmente como uma seleção de conteúdo cultural), estamos situando mencionado conceito na dimensão da **representação**. Quero dizer que, então, o currículo como seleção de uma cultura, projeta uma representação concreta e determinada da cultura que uma sociedade crê valiosa [...]. O currículo como planificação, especifica e estabelece uma representação, não somente dos elementos que cremos vitais para atuar nas escolas e nas salas, mas do “conteúdo” que queremos adotar e realizar com respeito a mencionados elementos ou fatores da ação. Neste caso podemos falar claramente do currículo como **“representação da ação”**. Por último, adotar a ideia de currículo como realidade interativa, significa que colocamos mencionado conceito na própria ação e na prática docente. Aqui o currículo é, essencialmente, a ação e a prática educativa (p. 09, tradução nossa).

Como “elemento discursivo da política educativa” (SILVA, 1998, p. 62, tradução nossa), as relações estabelecidas entre as disciplinas planificadas no currículo, juntamente à ação docente na sala de aula e à interação discente formam um processo interativo e comunicacional que pode propor a modificação, ou adequação contínua deste instrumento às realidades destes atores sociais. Por isso, o encadeamento das disciplinas consiste em perceber seus graus de isolamento e agregação, em relação

a seus pares, para que a proposta formativa evidenciada pelo currículo não se torne truncada, ou repetitiva.

Harden (2000), numa tentativa de identificar as características que, se incorporadas às disciplinas podem identificá-las como parte de um currículo mais, ou menos integrador, propõe 11 degraus, que compõem a Escada de Harden, uma escada de integração, que é ferramenta para o planejamento e a avaliação de currículos, dividida em: do primeiro ao quarto degrau, é dado ênfase nos assuntos, ou disciplinas (1. Isolamento, 2. Consciência, 3. Harmonização, 4. Aninhamento); os próximos seis degraus se relacionam à integração por meio de de várias disciplinas (5. Coordenação temporal, 6. Compartilhamento, 7. Correlação, 8. Complementar, 9. Multidisciplinar, 10. Interdisciplinar); e no último degrau, o estudante recebe ferramentas para ser parte da integração (11. Transdisciplinar).

Diante das definições e métodos que podem ser incorporados ao currículo, como instrumento de comunicação, constata-se, portanto, sua responsabilidade social, diante das práticas realizadas a partir do que nele se registra. As concepções expostas, ou ocultas à sociedade representadas e transmitidas pelo currículo, além de ensinar, comprometem-se com a função de aprender e formar sujeitos críticos, ou acrílicos.

4.2 Os arquivos e a formação em Arquivologia

Historicamente, a Arquivologia manteve-se em certa distância da sociedade, segundo Araújo (2013), por conta de sua trajetória custodial, mas com recente aproximação com o grande público. Devido à emergência das correntes integradoras do ciclo de vida da informação orgânica, reflete-se sobre um emaranhado de situações nas quais o arquivista deve atuar, em diálogo com a sociedade.

Os arquivos, como afirma Delgado Gómez (2010), não são reflexos exatos da realidade, pois nascem de construções cotidianas e sociais que estão em constante mudança e que se estabelecem em diferentes contextos. Estabelecendo-se a sociedade como **construtora** neste processo, ela também se encontra como **receptora** destas informações e **detentora** dos acervos documentais, que são fontes indiciárias de cotidianos, não reflexos exatos. Por serem indiciárias de construções e reconstruções, de permanências e rupturas, é primordial o acesso a elas.

Araújo (2013) aborda a Arquivologia, construção social, cujo estudo se desenvolve a partir de registros produzidos por meio das

relações da sociedade e disponibilizados para a sociedade; Alberch i Fugueras (2003) trata do caráter cultural e pedagógico dos arquivos, também Bellotto (2006) apresenta as práticas cotidianas com arquivos, em comunidades distintas.

Estas discussões aproximam o objeto da ciência em Arquivologia, a informação orgânica, de seu significado próprio diante da sociedade da informação e do conhecimento em rede, pois, conforme Castells (2016), a informação se encontra como insumo básico para o desenvolvimento das atividades humanas, o que, no caso da Arquivologia, coloca em pauta a interação entre o público e as informações orgânicas.

Para Couture (2008, p. 4, tradução nossa), a Arquivologia “[...] passou de uma Arquivologia de serviço a uma Arquivologia de intervenção estruturada e articulada”. A informação orgânica, nesse sentido, comunga com o público, pois se observa que ele não tem uma posição de receptor das informações somente; sua posição é de interferência. As relações estabelecidas entre o público e as informações orgânicas evidenciam o arquivo público como um lugar de construções sociais, onde são realizados todos os processos de gestão em relação à documentação, visando que o público possa conhecer estas informações e projetar em conjunto com a comunidade, novos conhecimentos. O arquivo e a comunidade são próximos, no sentido de que a comunidade é a razão de ser do arquivo (DELGADO GÓMEZ, 2010).

A criação dos registros demanda cada vez mais aproximação do público e isso ocorre, principalmente, por conta do aumento de disposições legais e normativas para a adequação da produção documental a regras, a fim de conferir autenticidade e publicidade às informações geradas e especialmente, aos atos e fatos que as geraram, ou seja, que elas registram.

Duranti (1994), a partir de uma concepção que diferencia os registros dos demais tipos de informação, discute sobre as características inerentes a ela que estabelecem correlação com os princípios designados pela Arquivologia, para a preservação e acesso aos registros. A **imparcialidade**, como primeira característica, refere-se à veracidade contida no documento de arquivo, pois ele reflete as funções e atividades de seu produtor; a **autenticidade** se refere a como as informações orgânicas são criadas, mantidas e custodiadas; a **naturalidade** se refere à espontaneidade da produção documental; o **inter-relacionamento** estabelece que o documento de arquivo depende de um grupo e forma um conjunto indivisível de relações intelectuais; e

a **unicidade** caracteriza o documento de arquivo como único em seu contexto e conteúdo.

As características mencionadas, que contribuem para a preservação da informação orgânica perpassam também o acesso. Na visão de Gagnon-Arguin (2008), elas são acompanhadas pela perspectiva do acesso, a partir das constantes transformações promovidas pela informática e pela elaboração de leis para acesso à informação pública, que atribuem ao arquivo os valores de custodiador e de disponibilizador de informações.

As ações referentes à classificação, avaliação e descrição, contribuem para maior proximidade entre o público e a informação orgânica, mas são precedidos pela criação, que influencia todos os procedimentos seguintes, como a custódia e a preservação das informações. A partir da criação, as informações surgem como resposta às funções e atividades de seu produtor, movimento caracterizado pela necessidade administrativa e não pela intencionalidade de produzir registros para o futuro (COUTURE *et al.*, 2008).

O estudo sobre os arquivos prescinde de conhecimento sobre as estruturas contextuais que cercam as informações orgânicas. Características como o ambiente em que se produzem as informações, as razões pelas quais foram criadas e suas condições de manutenção são alguns dos pontos levados em conta quando se observa um arquivo (DURANTI, 1994). São justamente estas características que o diferem de uma biblioteca, ou de um museu, como salienta Charbonneau (2008), pois o trabalho dos arquivos e de seus gestores converge para conciliar estratégias de gestão distintas, para informações distintas, em contextos distintos, para públicos distintos.

A Lei n. 6.546, de 04 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, estabelece que:

Art. 2º - São atribuições dos Arquivistas:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;

- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978).

Cumprir, frisar, que esta Lei não faz menção às atribuições do arquivista no tocante ao acesso, ou difusão informacional explicitamente, momento em que se pode refletir sobre a antiguidade de sua publicação e a necessidade de novas disposições legais que adequem às atribuições do arquivista com respaldo teórico no que tange à difusão na Arquivologia.

Os contextos variados de produção informacional demandam que os arquivistas conheçam os espaços de inserção dos arquivos, que podem ser observados também em legislação mais recente, que regulamenta o ensino de Arquivologia no Brasil. Segundo o Ministério da Educação, os arquivistas devem estar preparados para:

[...] enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural (BRASIL, 2001, p. 35).

Como outra das atribuições inerentes ao arquivista, apresenta-se a de gerir as informações orgânicas, preservá-las e dar acesso a elas de

maneira íntegra (RONCAGLIO; SZVARÇA; BOJANOSKI, 2004). Assim sendo, este profissional desempenha um duplo papel em relação a sua formação, à qual são dados os direcionamentos da gestão informacional (que se relaciona à informação orgânica) e da mediação informacional (que se relaciona ao público), para viabilizar o acesso às fontes de informação orgânicas, por usuários internos e externos a um arquivo.

Levando-se em conta o que o Ministério do Trabalho e Emprego institui como atribuições dos arquivistas, destacam-se atividades, tais como:

[...] [organizar] documentação de arquivos institucionais e pessoais, [dar] acesso à informação, [conservar] acervos. [Preparar] ações educativas ou culturais, [planejar] e [realizar] atividades técnico-administrativas, [orientar] implantação das atividades técnicas. [Participar] da política de criação e implantação de [...] instituições arquivísticas (BRASIL, 2018).

Tornar o trabalho dos profissionais da informação mais transparente, em relação a todo o processo e à imparcialidade que lhes é requerida (conforme as características expostas por Durante (1994)), possibilita ao público compreender o dia-a-dia do arquivo, com visibilidade aos serviços oferecidos pela instituição arquivo e também à profissão do arquivista.

Ao abordarmos as atividades inerentes ao ofício do arquivista, podemos inferir que, em diferentes proporções, todas as sete funções da Arquivologia contribuem para os processos intrínsecos à difusão. Nota-se que, por razão de seus processos, além da própria difusão, também cumprem papéis consistentes junto ao público: a criação, que se desenvolve a partir das relações sociais; a classificação, que segue parâmetros para promover a usabilidade do arquivo para o público interno e externo; a avaliação, que se envolve na decisão sobre as informações perpetuadas, ou eliminadas e que favorece a revisão constante de prazos de guarda e reafirmação da relação dos documentos com a sociedade; a descrição, que se envolve com a representação da informação e estabelece mecanismos de pesquisa e recuperação do acervo para públicos interno e externo; a preservação, a qual cumpre o papel de resguardar a integridade documental, para sua manutenção e consulta, desde o nascimento do documento (independentemente do

suporte); e a aquisição de acervos por arquivos (intermediários, ou permanentes), em que estão presentes as características dos acervos nas três idades documentais, que possibilitam a aproximação de diferentes tipos de público.

Esta máxima da difusão presente em todo o ciclo de vida da informação orgânica e em diálogo com as demais funções, porém, não é confirmada explicitamente pela literatura, visto que as publicações desenvolvidas sobre a temática englobam, majoritariamente, a idade permanente do arquivo, focando nas funções de difusão, descrição e preservação, principalmente. As funções de criação, avaliação, aquisição e classificação ainda não são motivo de estudos relacionando-as à difusão, espaço aberto, para que haja mais estudos que contemplem as temáticas propostas.

Couture, Ducharme e Rousseau (1988) afirmam que uma nova perspectiva para o arquivista, como profissional, começa a surgir:

A Arquivística e o arquivista não são mais vistos como simples guardiões da memória histórica e institucional. Eles participam, agora, do momento de criação dos documentos ativos e semi-ativos, garantindo também uma racionalização da informação e de seus processos. A contribuição dos arquivistas para a gestão da informação, e a união das profissões em um só profissional “constituem a base da identidade moderna da disciplina” (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 53, tradução nossa).

No sentido de caracterizar as habilidades que o arquivista pode dispor para realizar as tarefas cotidianas junto a um arquivo, Blundell (2013) destaca que compreender como as informações orgânicas se comportam quanto a suas características físicas e intelectuais é o passo básico a ser dado rumo a levar a cabo a gestão documental, que compreende a difusão da informação.

No Brasil, estas habilidades são estudadas pelos futuros arquivistas a partir do ensino universitário de graduação em Arquivologia, que se respalda no que está representado nos conteúdos curriculares. Neste caso, os estudantes precisam vivenciar ao máximo as instituições de arquivos como espaços estratégicos nas vertentes da administração, da cultura e de construções sociais. Estas características demandam que o arquivista esteja preparado para interagir com o

público, com a comunidade interna e externa a este espaço, juntamente com o acervo documental.

Identificar nos espaços curriculares da Arquivologia possibilidades para interagir com o público, seguindo as prerrogativas da competência em informação, da mediação da informação e das funções da Arquivologia, abre um campo de domínio para o arquivista, como profissional da informação. A realização destas iniciativas faz com que ele se encontre como agente educador e invista em ações junto à comunidade e ao arquivo em que está inserido, auxiliando no acesso e na apropriação das informações pelo público.

As iniciativas associadas a serviços educativos em arquivos, que sucedem a formação de cunho humanístico e social prevista por Aldabalde (2012), Bellotto (2006), Araújo (2013), Marques (2011) e Alberch i Fugueras (2003), em suas ponderações sobre as características culturais e educativas de arquivos, convergem para um sentido comum, de considerar o papel da sociedade na construção e como público das informações orgânicas.

Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76), quando delineiam características temáticas para o ensino e a pesquisa em Arquivologia, apontam o tópico temático “arquivos e sociedade”, que prevê a situação próxima entre a tríade profissional, informação orgânica e público. Para os autores e com o complemento de Hernández Olivera *et al.* (2012), subtemas como: “papel social e lugar da arquivística na sociedade”, “arquivística como disciplina”, “arquivística como profissão”, “ética”, “direito e legislação” deveriam estar incorporados em conteúdos curriculares que abordassem o arquivo sob uma perspectiva social.

A apropriação destes conteúdos pelos currículos dos cursos de Arquivologia ainda é incipiente, mesmo que certas características dessas já tenham sido bastante discutidas nos ambientes de ensino (BELLOTTO, 2014).

Não existe currículo mínimo proposto para os cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, mas normativas relacionadas aos itens que devem estar contidos no currículo e no projeto pedagógico do curso, conforme, respectivamente, o Parecer CNE/CES 492/2001 e a Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Arquivologia do Brasil.

Para Brasil (2001, p. 35-36), os currículos devem conter tópicos referentes a: a) perfil dos formandos; b) competências e habilidades gerais e específicas; c) conteúdos curriculares de formação geral e

específica; d) estágios e atividades complementares; e) estrutura do curso; e f) critérios estabelecidos para a avaliação periódica.

Além disso, “[...] as IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para ministrar matérias comuns; promover ênfases específicas em determinados aspectos do campo profissional; ampliar o núcleo de formação básica; complementar conhecimentos auferidos em outras áreas”, ou seja, a partir da parceria com outros cursos, oferecer disciplinas que possam complementar o processo formativo em Arquivologia, dada a característica contextual que envolve o estudo da informação orgânica.

Quanto à composição do projeto pedagógico do curso, Brasil (2002) menciona que, quase como no caso dos currículos, deve constar neste instrumento:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico;
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica;
- d) o formato dos estágios;
- e) as características das atividades complementares;
- f) as estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação (BRASIL, 2002).

No intuito de categorizar as disciplinas dos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, Silva, Arreguy e Negreiros (2015) propõem, com base em Couture, Martineau e Ducharme (1999), doze categorias, das quais nove pertencem a temas específicos e três – “Temas diversos/tópicos – Arquivologia”, “Estágios” e “Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia” – a temas transversais ao ensino de Arquivologia (Quadro 9).

Para os autores, estas categorias apresentam-se como basilares para o ensino de Arquivologia no século XXI, pois representam “[...] os conteúdos e as competências necessárias à formação do arquivista [...]” (SILVA; ARREGUY; NEGREIROS, 2015, p. 79).

Quadro 9 – Escopo categorial em que está englobado o ensino de Arquivologia

Categorias	Definição
ESPECÍFICAS	Disciplinas que abordam:
1. Fundamentos da Arquivologia	<p>1.1. História dos arquivos e da Arquivologia;</p> <p>1.2. Epistemologia da Arquivologia (origem, estrutura, fundamentos, métodos e conhecimento arquivístico);</p> <p>1.3. Objeto(s) da Arquivologia (arquivo / documento arquivístico / informação arquivística) e suas definições, características, funções e utilidades;</p> <p>1.4. Arquivologia enquanto ciência, técnica ou disciplina;</p> <p>1.5. Disciplinaridade e interdisciplinaridade da Arquivologia;</p> <p>1.6. Desenvolvimento e consolidação dos princípios, teorias e bases da Arquivologia;</p> <p>1.7. Papel social e lugar da Arquivologia na sociedade;</p> <p>1.8. O ensino da Arquivologia; perspectivas da Arquivologia;</p> <p>1.9. Impactos sociais, econômicos, tecnológicos etc. sobre a teoria arquivística.</p>
2. O profissional de Arquivologia	<p>2.1. Profissão de Arquivista; ética profissional;</p> <p>2.2. Regulamentação da profissão;</p> <p>2.3. O papel social e o lugar do arquivista na sociedade;</p> <p>2.4. O campo profissional dos arquivistas (instituições públicas e privadas, instituições de ensino e pesquisa, instituições religiosas, arquivos pessoais etc.);</p> <p>2.5. Análise do mercado de trabalho e demandas profissionais;</p> <p>2.6. Estratégias de formação voltadas para o campo de atuação dos arquivistas.</p>
3. Gestão de documentos	<p>3.1. Funções, rotinas e serviços arquivísticos nas fases corrente e intermediária, tais como: diagnóstico, produção, protocolo, classificação e ordenação, tramitação e uso, arquivamento, acondicionamento e armazenamento, empréstimo e consulta, avaliação, destinação;</p> <p>3.2. Organização de massas documentais acumuladas.</p>
4. Gestão de documentos eletrônicos e digitais	<p>4.1. Uso das tecnologias e dos documentos eletrônicos e digitais;</p> <p>4.2. Fundamentos, princípios e teorias arquivísticas no ambiente eletrônico e digital;</p> <p>4.3. Estudos sobre a autenticidade, confiabilidade e</p>

Categorias	Definição
ESPECÍFICAS	Disciplinas que abordam:
	<p>integridade dos documentos eletrônicos e digitais;</p> <p>4.4. Gestão dos arquivos e documentos eletrônicos e digitais;</p> <p>4.5. Sistemas Informatizados de Gerenciamento Arquivístico de Documentos (SIGAD);</p> <p>4.6. GED; estudos sobre a migração de dados oriundos de outros suportes (digitalização, microfilmagem etc.);</p> <p>4.7. Modelos de requisitos para SIGAD; recuperação da informação dos documentos sob a forma eletrônica e digital.</p>
5. Arquivo permanente	<p>5.1. Funções, rotinas e serviços arquivísticos na fase permanente, tais como: recolhimento;</p> <p>5.2. Arranjo físico e intelectual, consulta;</p> <p>5.3. Descrição; disseminação;</p> <p>5.4. Reprodução;</p> <p>5.5. Ação cultural e educação patrimonial;</p> <p>5.6. Serviços de referência;</p> <p>5.7. Organização de massas documentais acumuladas.</p>
6. Preservação / conservação / restauração	<p>6.1. Técnicas, ações, métodos, procedimentos e políticas que visam preservar, conservar e restaurar os documentos arquivísticos tradicionais, eletrônicos e digitais, e suas informações;</p> <p>6.2. Processo de degradação de documentos arquivísticos;</p> <p>6.3. Fatores e agentes que contribuem na degradação de documentos arquivísticos.</p>
7. Planejamento e projetos arquivísticos	<p>7.1. Teoria e práticas da planificação arquivística de: rotinas; serviços; instituições ou organizações; métodos; projetos; políticas; sistemas e redes; programas; gestão; marketing e relações públicas; e captação de recursos.</p> <p>7.2. Auditoria arquivística.</p>
8. Usuários	<p>8.1. Estudos de usos e usuários de arquivos;</p> <p>8.2. Tipos e categorias de usuários de arquivos;</p> <p>8.3. Serviços destinados aos usuários de arquivos;</p> <p>8.4. Demandas e necessidades dos usuários de arquivos;</p> <p>8.5. Difusão e acesso.</p>
9. Políticas e legislação arquivística	<p>9.1. Execução e avaliação de políticas arquivísticas;</p> <p>9.2. Legislação, diretrizes e orientações arquivísticas (provenientes dos conselhos) no cenário municipal, estadual e nacional.</p>

Fonte: Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 79-80).

Para tornar mais profícua a relação do público com o arquivo, evidencia-se, a partir das habilidades e valores atribuídos aos arquivistas, o papel mediador deste profissional, que propõe o fomento a serviços de difusão na Arquivologia, para desencadear a apropriação da informação pelo usuário. A competência em informação, neste caso, o movimento de externalização de conhecimentos do profissional para o público, possui peculiaridades que convergem com a perspectiva de ensino-aprendizagem no ambiente de arquivos, que por sua vez se volta à comunidade, caracterizando os serviços de referência em Arquivologia, aspectos necessários ao processo formativo dos arquivistas.

A aproximação da sociedade à Arquivologia, nesse sentido, contribui para afirmar a ciência e seu compromisso com as comunidades que movimentam dia-a-dia os arquivos, em ciclos de trabalho para além da custódia, fomentando as possibilidades de reconhecimento de histórias e memórias sociais, por meio da interação com o público que as vivencia.

4.2.1 O ensino em Arquivologia

Marques e Rodrigues (2008) apontam que os arquivos nacionais corroboram para o desenvolvimento do ensino da Arquivologia, pois dentro destas instituições, surgiram principiantes cursos de formação técnica, cursos de graduação em Arquivologia, cursos de graduação em Ciência da Informação e cursos de graduação em Documentação, consideradas suas distintas nomenclaturas. Como expõem as autoras, a trajetória do ensino da Arquivologia no Brasil passa por seu Arquivo Nacional.

O processo formativo em Arquivologia, evidenciado no continente europeu, foi estudado, primeiramente, dentro da referência *École des Chartes*, em Paris, no ano de 1821 e da Escola de Viena, no ano de 1854 que, embora tratassem de uma mesma doutrina – a de ensinar o ofício do arquivista e os melhores métodos para gerir a informação – prestavam-se a orientações distintas: a primeira, tinha orientação voltada “à erudição histórica” e a segunda, era ligada à “administração e aos arquivos estatais” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 54).

Marques (2011) assevera que orientações de estudos foram determinantes para o ensino da Arquivologia durante todo o seu

desenvolvimento e consolidação, porque, sobre estas bases foram construídos os planos de estudo que norteiamos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação do Brasil, desde então. Na América Latina, o ensino de Arquivologia tomou forma a partir do espaço europeu e os primeiros apontamentos deste fato foram evidenciados durante a colonização espanhola e portuguesa, tomando como base as práticas da Arquivologia europeia e norte-americana (TANODI, 1985).

Com o intuito de ampliar o estudo e a prática da Arquivologia e da gestão documental mundialmente, reuniões e conferências trataram de estabelecer parâmetros para sua execução dentro deste espaço. Em conferência realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris no ano de 1972, foram apresentados projetos de resolução sobre os arquivos da Ásia, África e América Latina, desencadeando ciclos de reuniões e programações voltadas a estudar o ensino da Arquivologia nestes meios e principalmente, o avanço da ciência, evidenciados por meio de pesquisas científicas e conferências socializadas em congressos (OPORTO ORDÓÑEZ, 2009).

Em ambiente latino-americano, reuniões acerca da Arquivologia, com o objetivo de cooperação científica e tecnológica, também foram realizadas, como a Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (PRIA), ocorrida em 1961. Surge, então, a necessidade de unificar a voz dos profissionais de arquivo na América Latina, o que se concretizou a partir da criação da Associação Latino-americana de Arquivos (ALA), cujo início se deu em Lima, Peru, na data de 6 de abril de 1973, constituindo-se importante representante da América Latina no Conselho Internacional de Arquivos (ICA) (SZLEJCHER, 2007).

Oporto Ordóñez (2009) afirma que a PRIA promoveu o encontro de teóricos de diversos países, objetivando a cooperação interamericana e mundial da Arquivologia e desencadeando outras reuniões para tratar do desenvolvimento da Arquivologia latino-americana. Estiveram presentes Theodore Schellenberg (Estados Unidos da América), Vicenta Cortes Alonso (Espanha), Aurelio Tanodi, (Argentina), Guillermo Durand Flores (Peru) e Gunnar Mendoza (Bolívia). Para o autor, “[...] a Primeira Reunião Interamericana de Arquivos rompeu com os antigos esquemas de Jenkinson, e revolucionou a práxis arquivística na Espanha e América, graças em grande medida à difusão e ampla acolhida da obra de T. R. Schellenberg” (OPORTO ORDÓÑEZ, 2009, p. 23, tradução nossa).

Recentemente, sob o tema “Arquivos, Cidadania e Interculturalismo”, a Conferência Anual do ALA-ICA, em 2017, ocorreu em continente americano, depois de alguns anos sendo realizada na Europa e Ásia. Levou-se a cabo na Cidade do México, em novembro de 2017 e contou com a presença de Anna M. Guasch (Espanha), Frank La Rue (Guatemala), Luciana Duranti (Canadá), Vinton G. Cerf (Estados Unidos da América), Miguel León-Portilla (México), José M. Muriá (México), entre outros teóricos da Arquivologia (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2017).

Em contexto brasileiro, atualmente, outras reuniões também são realizadas neste âmbito e algumas com o intuito de discutir especificamente sobre o ensino de Arquivologia no Brasil. É o caso da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) que, criada no ano de 2010, “tem por objetivo fortalecer o seu campo de conhecimento e é formada por docentes e pesquisadores da área” (SCHMIDT, 2012, p. 33). Sua primeira edição ocorreu na Universidade de Brasília, de 06 a 09 de junho de 2010 (REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2010).

Diante dos estudos realizados e das diversas reuniões relacionadas à área da Arquivologia na Europa e também desenvolvidos na América Latina, observa-se linha tênue no que tange ao estudo da Arquivologia em escolas especializadas e à constante atualização da área.

Seguindo essa corrente, o primeiro curso de graduação em Arquivologia constituído na América Latina encontra-se na Argentina, data do ano de 1959 e está inserido na *Universidad Nacional de Córdoba*, em província homônima, dentro da denominada *Escuela de Bibliotecarios y Archiveros* (MARQUES, 2011). No Brasil, a criação do primeiro curso de Arquivologia em nível de graduação e em esfera pública, se deu em 1973, a partir de negociações entre o Arquivo Nacional e a então Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para onde, inicialmente, foi transferido o Curso Permanente de Arquivos (CPA), com a posterior denominação de Curso de Arquivologia (BRASIL, 1977).

A fim de sintetizar a discussão sobre os arquivos, a Arquivologia e seu ensino no Brasil, apresenta-se o Quadro 10, que reúne, cronologicamente, o que foi abordado:

Quadro 10 – Linha temporal sobre o ensino da Arquivologia no Brasil

Ano	Lugar	Fato
1911	Arquivo Nacional	Instituído, por meio do Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro, o Curso de Diplomática.
1923	Biblioteca Nacional e Museu Histórico Nacional	Curso Técnico, criado pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922.
1930	Universidade do Rio de Janeiro e Arquivo Nacional	O então diretor do AN “pleiteia a inclusão do curso de arquivo [...] à Universidade”.
1960	Arquivo Nacional	Instalação do Curso Permanente de Arquivos (CPA).
1973	Arquivo Nacional e Universidade Federal do Rio de Janeiro	Confere mandato universitário ao CPA.
1976	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Criação do curso de graduação em Arquivologia da UFSM.
1977	Arquivo Nacional e Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro	Transferência do CPA para a FEFIERJ, com a denominação de Curso de Arquivologia (BRASIL, 1977).
1979	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Criação do curso de graduação em Arquivologia da UFF.
1990	Universidade de Brasília (UNB)	Criação do curso de graduação em Arquivologia da UNB.
1997	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Criação do curso de graduação em Arquivologia da UFBA.
1998	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Criação do curso de graduação em Arquivologia da UEL.
1999	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Criação do curso de graduação em Arquivologia da UFES e da UFRGS.
2003	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Criação do curso de graduação em Arquivologia da UNESP.
2006	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Criação do curso de graduação em Arquivologia da UEPB.
2007	Brasil	Instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): possibilitou a expansão de cursos de

Ano	Lugar	Fato
		graduação no Brasil, entre eles, de Arquivologia e também novas configurações no que tange ao ensino de Arquivologia no país.
2010	Brasília	I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ)

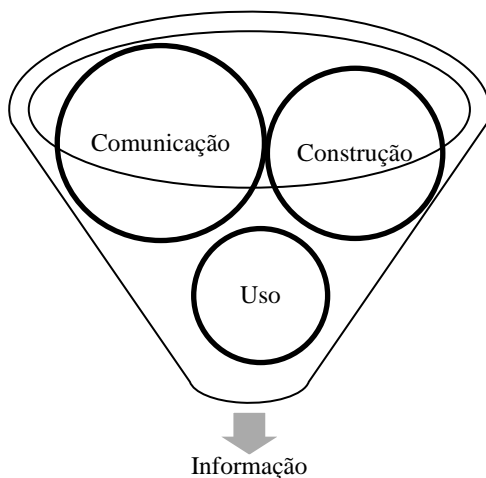
Fonte: Marques e Rodrigues (2008, p. 105-108), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018), Brasil (1977), Brasil (2007) e REPARQ2010 (2010).

A constituição dos arquivos nacionais e a criação de cursos de Arquivologia no Brasil desencadearam a promulgação de leis como a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, denominada Lei de Arquivos, que estabelece as diretrizes para a gestão e preservação dos arquivos públicos e privados, pontuando a relevância do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) para o desenvolvimento da Arquivologia no país. Leis antecedentes e sucessoras, como a Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978, que trata das atribuições do arquivista e do técnico de arquivo e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sobre o acesso à informação pública, também são norteadoras para que sejam delineadas as habilidades do profissional arquivista, visando à difusão na Arquivologia.

4.2.2 O arquivista, a competência e a mediação da informação

A partir da reflexão do papel da informação diante dos temas conhecimento e comunicação e voltando a mencionar a Ciência da Informação, Le Coadic (1996) pressupõe que o objeto desta ciência precisa ser comunicado, uma vez que, com a informação ocorre o fenômeno de transmissão, decodificação e recepção por quem adquire a informação depois de emitida pelo primeiro sujeito. Também identifica, baseado no sistema econômico, que o percurso da informação é gerenciado a partir de um conjunto de componentes em movimento constante, como se observa na Figura 3:

Figura 3: Tríade construção, comunicação e uso



Fonte: Le Coadic (1996, p. 11).

Este esquema envolve a informação em uma tríade que se complementa, pois, primeiramente há a construção desta informação, para sua posterior comunicação e uso a quem lhefor permitido o acesso. Os movimentos de criação e transmissão da informação partem de um sujeito e direcionam-se a um outro que a decodifica, processa e guarda e, ou transmite outras vezes, atribuindo novas características à informação inicial, tornando-se este ciclo sempre retroalimentado.

O autor ainda aborda que, inerentemente a este pensamento, apresenta-se a Ciência da Informação como uma ciência social aplicada, cujo objeto é a informação, de caráter dinâmico, pois se relaciona com seu produtor e seu usuário, de maneira cíclica. Na medida em que se relaciona com seu receptor, desenvolve-se o momento da transmissão da informação, em que se torna necessário imbuir-se de mecanismos que possam adequar a transmissão aos tipos de público, que é intersubjetivo.

Dentro deste contexto, desenvolve-se a ideia de que a Ciência da Informação é, então, uma ciência comunicacional e que, as maneiras com que os profissionais da informação farão sua gestão, para posterior disseminação adequada, dependem da busca por compreender a quem os serviços de informação são direcionados, propondo para tal, a concepção de mediação da informação (LE COADIC, 1996).

Conceituada por Almeida (2008, p. 3), como “[...] as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações (individuais e/ou coletivas) [...]”, a mediação, de maneira geral, cumpre o sentido de transmitir algo a alguém, utilizando para tal um meio de transmissão. No âmbito informacional, a mediação é característica de alguns processos relacionados à transmissão da informação, contextualizada, ou seja, levando em conta de onde sai esta informação e a quem é destinada, considerando os distintos usuários receptores e o teor das informações transmitidas.

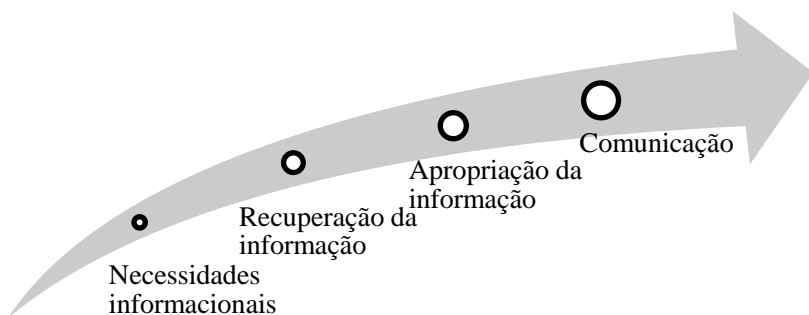
Nesse sentido, a mediação é estabelecida de diferentes maneiras nos distintos lugares transmissores da informação, como arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação. Com diferentes enfoques e destinados a distintos públicos, estes lugares produzirão e emitirão as informações de acordo com as regras inerentes a cada área, identificando o usuário por meio de necessidades específicas e próprias para serem solucionadas diferentemente em cada um destes lugares. Desvendando o caráter mediador dos profissionais da informação, recorre-se a Almeida (2008, p. 3), novamente, pois estabelece que:

[...] de um ponto de vista impressionista – e, portanto, passível de engano – pode-se afirmar que foi essa perspectiva que se generalizou no campo de estudos da informação, qual seja, a idéia de que um “profissional da informação” (independentemente dele eventualmente preferir ser chamado de bibliotecário, arquivista, museólogo ou outra definição profissional) cumpriria, na prática do trabalho, uma função de “mediador”.

As atividades de mediação, nesse sentido, reafirmam o caráter comunicacional da Arquivologia e da Ciência da Informação, como ciências. Para Ortega (2013, p. 153), “[...] a mediação tem como alvo a comunicação – que se dá via informação – entre a representação do objeto e o sujeito que a interpreta”. Por isso, a partir da documentação e do público com os quais se envolve, pode-se delimitar a relação entre o fazer do profissional da informação com os processos de transmissão, decodificação e recepção da informação, inseridos no macroespaço da construção, comunicação e uso, que estão presentes desde a concepção/produção da informação até sua gestão e difusão orientada ao público.

Ortega (2013) aponta também que a trajetória pela qual o usuário passa, permeada pelo processo de mediação da informação implica em alguns passos, para que ele se sinta parte do contexto das informações que pesquisa (Figura 4). Para isso, deve passar pela experiência de ter necessidades, buscar a informação de que necessita, recuperá-la, apropriar-se de seu significado, momento em que ocorrerá a comunicação entre o emissor e o público, ou, no caso do arquivo, com seu acervo e o público:

Figura 4: Processo comunicacional na Arquivologia



Fonte: Figura elaborada pela autora (2018), baseada em Ortega (2013, p. 155).

Ferreira e Almeida Júnior (2013) atentam para o fato de que a mediação está inserida na Ciência da Informação e na Arquivologia em todos os processos decorrentes das práticas destas ciências, ou seja, que também a produção do conteúdo informacional, bem como sua gestão estão orientadas por procedimentos e normas que padronizam a comunicação da informação entre os usuários internos e externos ligados a fontes de informação, não deixando esta tarefa a cargo, somente, da etapa de recepção e uso.

Gama e Ferneda (2010, p. 155) identificam que coexistem a mediação implícita e a mediação explícita: “[...] a mediação implícita ocorre no momento em que as ações são desenvolvidas sem a presença física imediata dos usuários; enquanto a mediação explícita ocorre nos espaços onde a presença do usuário, quer seja física ou à distância, é inevitável”. Traduzindo para a prática em Arquivologia, Lousada (2015), baseada nas ideias de Ferreira e Almeida Júnior (2013) e de Almeida Júnior (2009), apresenta as atividades relacionadas à mediação implícita e à explícita na Arquivologia (Quadro 11):

Quadro 11 – A mediação implícita e explícita na Arquivologia

	Mediação implícita	Mediação explícita
Atividades	Técnicas de organização e tratamento documental.	Pensar a respeito dos usuários; promover o acesso à informação.
Contribuições	É possível constatar a progressão: documento (suporte), para organização documental, para pesquisador/usuário, para apropriação da informação e para produção / modificação / alteração de conhecimento.	Tornar públicas e acessíveis as informações disponíveis que compõem os acervos documentais. Materializa-se, necessariamente, com a participação do usuário e apenas no momento em que se dá a relação deste com o suporte, que torna possível sua existência.
Exemplos	Criação de instrumentos de pesquisa, elaboração de plano de classificação, organização física, ou virtual dos documentos, entre outras tarefas de contato indireto com o público.	Serviços de referência, visitas guiadas ao arquivo, ou acesso guiado a <i>websites</i> de arquivos, programas de educação patrimonial, entre outras tarefas de contato direto com o público.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2018), baseado em Lousada (2015, p. 95-96).

Na Arquivologia, essas duas faces da mediação dizem respeito às atividades, na Arquivologia, que mantêm contato direto com o público e às que tangenciam este contato, como menciona Lousada (2015) quanto às atividades de gestão englobadas pela organização do acervo e elaboração de metadados para a localização de conjuntos documentais, ou pela atribuição de classes aos fundos que fazem parte de um acervo, ou mesmo pela organização espacial da documentação, pois são procedimentos que interferem na pesquisa documental e no entendimento do arquivo por parte de gestores (usuários internos) e pesquisadores (usuários externos).

Os serviços de referência, caracterizados pelo Arquivo Nacional (2005, p. 153) como o “[...] conjunto de atividades destinadas a orientar o usuário quanto aos documentos relativos aotema de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso [...] e de reprodução”, voltam-se também aos usuários internos e externos. Estes tipos de serviços se referem à usabilidade dos serviços de arquivo para o

acesso às informações orgânicas, a fim de que o público se sinta pertencido pela história que o acervo traz consigo e consciente das informações que são apresentadas e do seu papel na preservação destes ativos informacionais. Rocha (2016, p. 71), no sentido de discorrer sobre a mediação explícita, relacionada aos serviços de referência, explica que

[...] para o usuário (em especial o não iniciado), a busca, necessariamente, exigirá ajuda do arquivista, ou atividades de mediação explícita, entendidas como atividades de interação conversacional (seja presencial em contexto face a face ou mediadas por aparatos tecnológicos) usuário-instituição que propiciam o acesso às informações e documentos. Seria praticamente impossível a autonomia do usuário completa em sua busca (ou a realização de busca sem mediação explícita do profissional arquivista) [...].

Em relação à atividade e não passividade do público para com o acervo, identificando sua participação no uso da informação, a partir das maneiras como é comunicada, Silva (2010) propõe duas outras visões para a mediação, quais sejam a da mediação custodial, em que os processos e práticas de arquivo estão voltados à preservação e à guarda documentais e a da mediação pós-custodial, cuja ênfase se dá ao acesso à informação pelo público. De acordo com a característica contextual da Arquivologia e a preocupação com o acesso à informação pública, Brandão e Borges (2016, p. 120) enfatizam um cenário recente, em que:

[...] começa-se a discutir sobre uma mediação voltada para o usuário ativo – chamada de mediação pós-custodial – que reconhece sua necessidade informacional, busca informações para satisfazê-la, que critica e avalia a informação recebida e não mais para o usuário passivo que esperava seu problema ser resolvido pelo profissional da informação.

A mediação pós-custodial opera no sentido de dar as ferramentas para que o público também possa participar do dia-a-dia do arquivo e seja considerado o centro do processo, momento em que seu contexto de vida e suas aspirações individuais são levados em conta, ao planejar

serviços de arquivo (RIBEIRO, 2010). A participação ativa do público é evidenciada a partir de seu anseio por informações que supram suas necessidades e o uso de tecnologias da informação e da comunicação podem torná-lo mais familiarizado com serviços de disponibilização de informações, o que faz com que os sistemas, sejam de arquivos, ou de outras fontes, tenham que se adequar às limitações e possibilidades de acesso do público que “[...] procura, avalia e usa a informação de que necessita” (BRANDÃO; BORGES, 2016, p. 122).

Desta maneira, o acesso à informação possibilita dois tipos de reflexão: acerca da disponibilização da informação e acerca da apropriação da informação pelo público, duas vertentes compostas por atores distintos, dentre eles os profissionais de arquivo e o público. O arquivista cumpre o papel de mediador entre o acervo e o público, pois planejará estratégias de aproximação, para que o arquivo se torne mais presente no cotidiano da sociedade, podendo esta acessar as informações e conhecer mais de sua história. Silva (2010) reafirma o papel do arquivista no âmbito da mediação pós-custodial institucional, que

[...] [se enquadra] dentro das tradicionais instituições culturais, como são as Bibliotecas e os **Arquivos**, é exercida pelos mediadores especializados, como são os bibliotecários e os **arquivistas**, mas, ao mesmo, tempo é partilhada com informáticos e designers de informação, de quem depende a feitura do website através do qual são disponibilizados os acervos em depósito (SILVA, 2010, p. 31, grifo nosso).

Portanto, no âmbito da Arquivologia Contemporânea, que se centra na informação como conjunto de relações intelectuais, os indivíduos que fazem parte deste processo influenciam nos processos de concepção da informação, de disponibilização e interação entre os recursos informacionais, reafirmando a mediação pós-custodial como um processo que, na visão de Brandão e Borges (2016, p. 127), “[...] tem seus pilares centrados no usuário e, por essa razão, coloca-o na condição de receptor ativo – influenciado pelos aspectos psicológicos, emocionais etc. – e que analisa e avalia a informação de acordo com suas necessidades”. As autoras ainda afirmam que, para o exercício da mediação pós-custodial da informação orgânica, o arquivista deve prover de competência em informação, como conjunto de habilidades, conhecimentos e valores, além dos conhecimentos técnicos e

instrumentais historicamente estudados (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

Para desenvolver as habilidades relacionadas à competência em informação orgânica, o arquivista, além de participar do processo formativo oferecido ao longo do curso de graduação, deve estar atento a aspectos complementares, tais como: “[...] a importância dos documentos orgânicos para a narrativa da competência em informação e a ampliação da utilidade potencial do arquivo ou coleção especial além do físico (por exemplo, o reino digital) para outras necessidades do usuário” (BLUNDELL, 2013, p. 1, tradução nossa).

Acerca do cerne da questão mediacional – o usuário da informação – Rocha (2016) afirma que alternativas relacionadas à mediação da informação orgânica e, portanto, ao serviço de referência e ao desenvolvimento de competência em informação em arquivos podem ser colocadas em prática a partir de ações educativas, como a educação patrimonial e, baseada em Davallon (2007), assevera que “[...] a chave para o sucesso da gestão da informação e de documentos é que o profissional seja capaz de se colocar no lugar dos usuários potenciais e reais” (ROCHA, 2016, p. 71).

As ações relacionadas à difusão na Arquivologia, que demandam que o arquivista atue como profissional de referência, como mediador da informação orgânica e como desenvolvedor de planos e programas voltados à competência em informação orgânica, promovem a aproximação de potenciais usuários e a manutenção da confiança dos usuários frequentes, criando uma relação mútua de ensino-aprendizagem entre o arquivo e a sociedade/comunidade à qual pertence, em torno da informação orgânica, enfatizando os papéis das mencionadas sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta seção se dedica à explanação dos aspectos metodológicos desta pesquisa. Compreende as definições dos enfoques e estratégias metodológicas utilizadas, bem como o detalhamento de sua aplicação na literatura brasileira e nos currículos dos cursos em Arquivologia do Brasil.

5.1 Caracterização da pesquisa

Dados os objetivos da pesquisa focados em analisar as abordagens, da difusão na Arquivologia, na literatura científica e suas expressões nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, tem-se como universo da pesquisa: a literatura (constituída por artigos inseridos na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, área do conhecimento Comunicação e Informação, subárea Ciência da Informação e especialidade Arquivologia e na grande área de Ciências Humanas, área do conhecimento Educação e subárea Educação) e os currículos de todos os cursos de Arquivologia no Brasil, pontos de partida para a coleta de dados.

Derivados deste objetivo geral, os objetivos específicos auxiliam a pormenorizar as etapas que devem ser seguidas para que a pesquisa seja completa em sua finalidade. Por isso, 1) identificar a abordagem da difusão na Arquivologia no escopo da literatura em Arquivologia, Ciência da Informação e Educação; 2) caracterizar a abordagem da difusão na Arquivologia nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil; e 3) apontar possíveis categorias de uso para o termo “difusão” no âmbito pesquisado, são três categorias de objetivos que prescindem de aspectos metodológicos que forneçam ferramentas que cumpram este papel.

Esta gama de objetivos direciona-se a finalidades distintas que compõem uma categoria macro, de analisar a difusão na Arquivologia, o que caracteriza esta pesquisa sob o enfoque qualitativo.

A pesquisa qualitativa se baseia nas concepções filosóficas pautadas pelo construtivismo, em que “[...] a intenção do pesquisador é extrair sentidos dos (ou interpretar) significados que os outros atribuem ao mundo” (CRESWELL, 2010, p. 31). Refere-se também a prospectar resultados que explorem fenômenos em profundidade (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2010).

A maneira a partir da qual este enfoque coadunará com a pesquisa proposta provém de sua definição original. Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2010, p. 07, tradução

nossa) aduzem que o enfoque qualitativo “[...] utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou afinar perguntas de pesquisa no processo de interpretação” e também “[...] se foca em compreender e aprofundar os fenômenos, explorando-os desde a perspectiva dos participantes num ambiente natural e em relação com o contexto” (p. 364, tradução nossa).

Por isso, este tipo de pesquisa traz ao trabalho uma visão multifacetada que agrega valor à interpretação final dos dados, pois o estudo se confronta com os atores participantes da pesquisa (literatura e currículos), observando-os de maneira holística (conteúdo e contexto) e enriquecendo o escopo pesquisado.

De maneira sintética, o objetivo geral da pesquisa norteia a mesma para a caracterização do ensino de Arquivologia e para a perspectiva da difusão na Arquivologia dentro deste escopo, incluindo atores sociais como: usuários de informação, arquivistas, educadores e os arquivos. Para tanto, recorre-se à revisão de literatura e à análise de conteúdo, explicadas mais adiante.

Os objetivos específicos que seguembuscam organizar etapas para que seja possível chegar ao micro espaço do ensino de Arquivologia, necessitando, para tanto, de estratégias metodológicas norteadoras. O Quadro 12 a seguir apresenta cada um dos três objetivos específicos, seguidos das estratégias metodológicas competentes a eles:

Quadro 12 – Detalhamento da coleta de dados

Objetivos Específicos:	Identificar a abordagem da difusão na Arquivologia no escopo da literatura em Arquivologia, Ciência da Informação e Educação	Caracterizar a abordagem da difusão na Arquivologia nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil	Apontar possíveis categorias de uso para o termo “difusão” no âmbito pesquisado
Enfoque:	Qualitativo		
Estratégias metodológicas:	Revisão de literatura.	Análise de conteúdo.	Revisão de literatura; e Análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

5.2 Estratégias metodológicas: conceituação

Apresenta-se os conceitos inerentes às estratégias metodológicas de revisão de literatura e análise de conteúdo, para fins de consecução da pesquisa na literatura científica e nos currículos dos 16 cursos de graduação em Arquivologia presentes no Brasil.

5.2.1 Revisão de literatura

Uma das etapas para a consecução de uma pesquisa científica consiste na realização da revisão de literatura, que parte da relação das ideias propostas nos objetivos da pesquisa, de acordo com publicações antecedentes de autores de pesquisas sobre a temática. Esta etapa, que colabora para a construção do marco teórico da pesquisa, deve ser seletiva e “[...] implica detectar, consultar e obter a bibliografia (referências) e outros materiais que sejam úteis para os propósitos do estudo, de onde se deve extrair e recompilar a informação relevante e necessária para marcar [o] problema de pesquisa” (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2010, p. 53, tradução nossa).

Esta estratégia metodológica é compreendida por três etapas: a) recuperação da literatura; b) consulta da literatura; e c) extração e compreensão de informações das referências, que englobam quatro outras etapas: a) eleição de metadados para a pesquisa bibliográfica; b) detecção de bibliografia; c) consulta de bibliografia; e d) obtenção de bibliografia.

As informações extraídas a partir da revisão de literatura giram em torno de teorias que, se são capazes “[...] de descrever, explicar e prever o esboço do fenômeno sob estudo de maneira lógica, completa, profunda e coerente [são] a melhor estratégia para construir o marco teórico [...]” (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2010, p. 60, tradução nossa).

Tendo em vista as etapas compreendidas por esta estratégia metodológica, as respostas ao primeiro objetivo específico não servem somente para subsidiar as questões da pesquisa, mas também para dar base ao referencial teórico, construído como alicerce para as afirmações posteriormente feitas.

5.2.2 Análise de conteúdo

Caracterizada pelo tipo de análise que verifica os conteúdos de mensagens a serem passadas de um emissor a um receptor por diferentes vias de transmissão, a análise de conteúdo é “[...] um conjunto de

técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2011, p. 31) que propõe inferir significados, a partir de estratégias previamente estabelecidas, dada a diversidade de mensagens com as quais o pesquisador pode se deparar com seu objeto de estudo. A autora, por isso, afirma que tal conjunto de técnicas requer sempre a readequação de seus passos, visto que as formas de comunicação estão constantemente em mutação.

As mensagens, que são o objeto da análise de conteúdo, podem ser disseminadas de diferentes maneiras e uma destas maneiras é por meio dos documentos escritos (FRANCO, 2012). Uma das características da pesquisa que envolve documentos, aduz Cellard (2008), é a incorporação da dimensão do tempo à compreensão que se faz das informações analisadas. Este tipo de análise favorece a observação social de elementos que estejam relacionados às informações presentes nos documentos.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 04), por isso, afirmam que

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos.

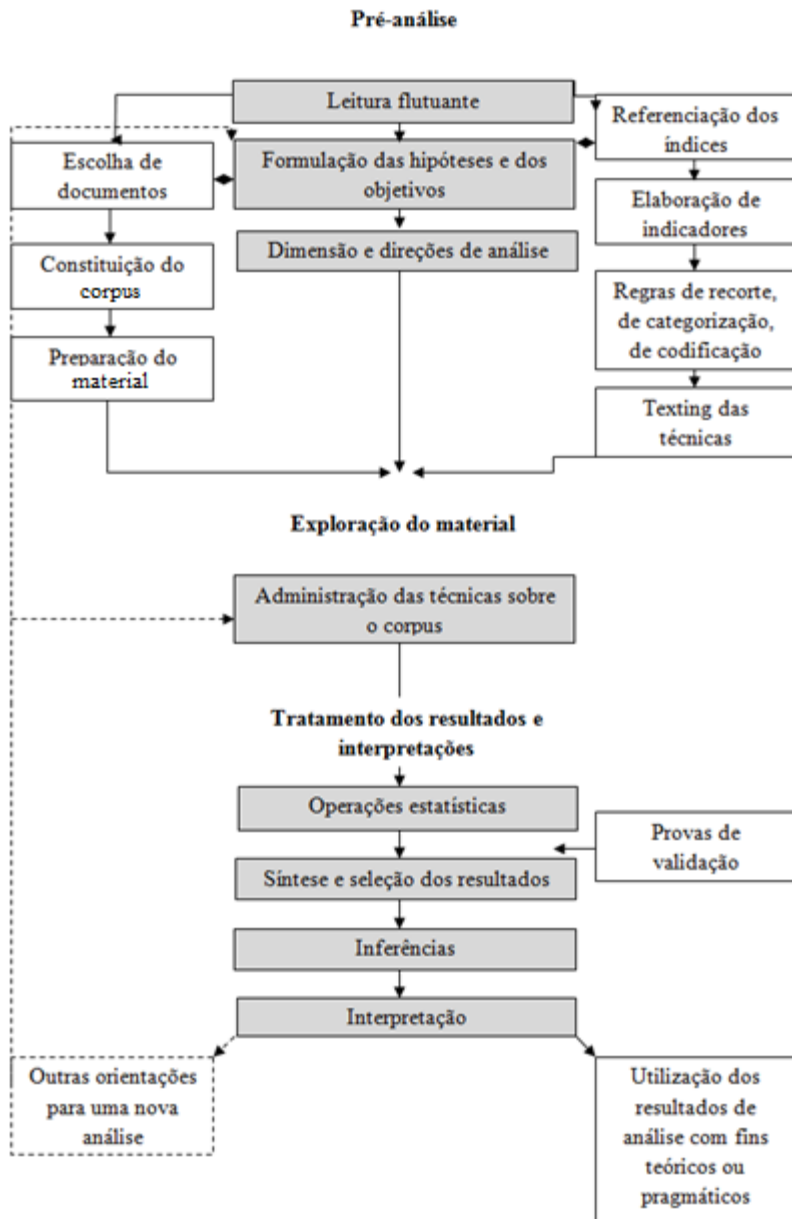
Corroborando com o que mencionam os autores supracitados e com os objetivos da presente pesquisa, identifica-se as mensagens que se deseja analisar. A fim de investigar sobre a difusão na Arquivologia no ensino de Arquivologia no Brasil, é necessário identificar os atores que formam parte do processo de emissão e recepção de mensagens, quais sejam, os docentes e os discentes, conformando uma relação de troca informacional.

Em se tratando de ensino superior, para Moreira e Silva (2008), o principal instrumento que fornece mensagens no ambiente de ensino universitário, é o currículo de curso, pois dispõe dos conteúdos que são o eixo do processo formativo do estudante, os quais sofrem influências dos contextos em que estão inseridos.

Por isso, este instrumento se apresenta como fonte comunicadora entre o estudante e o docente, de onde deriva o diálogo docente-discente, compreendido por aulas, por práticas em sala de aula, pelas respostas dos estudantes, por mudanças no processo formativo, etc.. Deste lugar vêm as mensagens a serem analisadas por esta pesquisa: as disciplinas.

As etapas que completam a análise de conteúdo direcionam o pesquisador a fragmentar a informação conseguida a partir das mensagens, buscando compreendê-las em sua integralidade, bem como decifrar as influências exercidas sobre elas, que advêm de características contextuais presentes no entorno comunicacional. Para contemplar estas perspectivas e conseguir uma análise de conteúdo profunda e exitosa em suas inferências, Bardin (2011) propõe etapas que norteiam as decisões a serem tomadas pelo pesquisador antes de encontrar o objeto de sua análise, até proceder com ela e finalizá-la (Figura 5):

Figura 5: Etapas da análise de conteúdo



Fonte: Bardin (2011, p. 102).

Cada uma das etapas evidenciadas na Figura 5 faz parte de conjuntos, quais sejam o conjunto da pré-análise, o da exploração do material e o do tratamento dos resultados e interpretações. Bardin (2011) afirma que tais conjuntos são compreendidos respectivamente por (Quadro 13):

Quadro 13 – Definição dos blocos/etapas da análise de conteúdo

Pré-análise	- Seleção de documentos que constituirão o corpus de pesquisa - Formulação de hipótese e objetivos da análise - Elaboração de indicadores
Exploração do material	- Leitura do <i>corpus</i> de análise - Criação de categorias
Tratamento dos resultados obtidos e interpretação	- Estabelecimento de polo de análise e variáveis de inferência

Fonte: Bardin (2011).

As etapas da análise de conteúdo conformam um total de ações que se complementam, para que seja possível identificar: a) a partir da leitura flutuante, qual a ideia principal da mensagem; b) ao escolher as unidades de registro e de contexto, se determinam os conteúdos e tipos de mensagens que serão evidenciados na análise, bem como o entorno que envolve estas mensagens; c) ao determinar os documentos que farão parte da análise, os critérios de escolha se remetem diretamente ao objetivo da pesquisa, ou seja, a análise destes documentos é o caminho para que se rememore o objetivo da pesquisa; d) ao formular hipóteses, prospecta-se o que pode acontecer com a pesquisa, muitas das vezes confirmando-se, ou não as afirmações previamente feitas; e) para que todas as etapas anteriormente mencionadas ocorram, se encontra necessário criar categorias de análise que se referirão pontualmente ao que se deseja descobrir (BARDIN, 2011).

As tomadas de decisões, com base nestes passos, buscam mapear todos os pontos das informações analisadas, ou seja, faz com que se identifique: o que se deseja investigar, por que se deseja investigar, a qual efeito tal processo levará, quem comunica e para quem o faz, no sentido de fazer inferências e tirar conclusões sobre o objeto pesquisado.

6 RESULTADOS

Como visto anteriormente, para cada um dos objetivos específicos foi aplicada uma estratégia metodológica diferente, dada a diversidade dos objetos pesquisados (literatura e currículos). Para o terceiro objetivo específico, foram adotadas duas estratégias em paralelo, pois levou-se em conta seu escopo. Por isso, a pesquisa será constituída por etapas que vão desde diálogos com a literatura científica até análise com o ensino de Arquivologia propriamente dito, por meio dos currículos.

6.1 Aplicação da revisão de literatura

Para realizar a revisão de literatura nesta pesquisa, escolheu-se bases de dados compreendidas por duas áreas, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (2017): a área do conhecimento Comunicação e Informação e a área do conhecimento Educação, por entender que esta pesquisa corre por estes dois caminhos teóricos.

Para a grande área de Ciências Sociais Aplicadas, a pesquisa foi realizada na área do conhecimento Comunicação e Informação, subárea Ciência da Informação e especialidade Arquivologia e para a grande área de Ciências Humanas foi utilizada a área do conhecimento Educação e subárea Educação. A pesquisa em bases de dados destas áreas foi viabilizada pelo acesso promovido pela rede da Universidade Federal de Santa Catarina.

Levando em conta os totais de 32 bases de dados compreendidas pela subárea Ciência da Informação e especialidade Arquivologia e de 60 compreendidas pela subárea Educação (PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, 2017), foi decidido interpor alguns critérios de escolha.

Nesse sentido, as bases de dados escolhidas para a pesquisa foram aquelas em que estão indexados todos os periódicos *online* de classificação A1 das áreas do conhecimento determinadas anteriormente, isto é, os periódicos impressos (ou *print*) não foram considerados para a escolha de bases de dados. Também foi necessário que estes periódicos estivessem disponíveis no Portal de Periódicos CAPES, visto que a partir deste repositório é possível verificar em que bases de dados os periódicos estão indexados.

Cumpre afirmar que, tendo em vista os estratos que incorporam as publicações periódicas, segundo a CAPES (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5e C), não é possível tirar conclusões generalizadas sobre a presença de publicações sobre a difusão na Arquivologia, posto que nem todos os

periódicos das áreas de conhecimento Comunicação e Informação e Educação estão estratificados como A1.

Durante esta etapa, temos o seguinte: a área do conhecimento Comunicação e Informação apresenta 55 periódicos científicos dispostos no sistema Qualis Periódicos, mas deste total, 10 são periódicos em formato impresso e 08 não estão disponíveis no Portal de Periódicos CAPES, restando para a pesquisa 37 periódicos. A partir deste total, foi verificado em que bases de dados estes periódicos estão indexados, o que resultou em 11 bases de dados, das quais 03 apresentaram problemas relacionados às interfaces de seus sistemas no momento da pesquisa (*Duke University Press, Gale Cengage Academic OneFile e Highwire Press Free*), totalizando 08 bases de dados aptas para a pesquisa.

Por sua vez, para a pesquisa na área do conhecimento Educação foi adotado um critério a mais, visto que algumas especialidades inseridas nesta área não condizem com o escopo da pesquisa. Por isso, dentro do total de periódicos A1 incorporados por esta área do conhecimento, foram considerados aqueles que possuem em seu título os termos “sociedade” e, ou “pedagogia” e, ou “política”.

Em total para esta área encontrou-se 12 periódicos científicos dispostos no sistema Qualis Periódicos, dos quais 02 são periódicos em formato impresso, restando para a pesquisa 10 periódicos. A partir deste total, foi verificado em que bases de dados estes periódicos estão indexados, o que resultou em 02 bases de dados. As bases de dados das áreas do conhecimento Comunicação e informação e Educação utilizadas para a pesquisa são apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14 – Bases de dados das áreas do conhecimento Comunicação e informação e Educação

Comunicação e informação	Educação
Directory of Open Access Journals (DOAJ)	Directory of Open Access Journals (DOAJ)
EBSCO (Ebscohost Academic Search Premier, Ebscohost Computers and Applied Sciences Complete, Ebscohost Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA) e Ebscohost Socindex)	Scielo
Elsevier ScienceDirect Journals	
Emerald insight	

Project Muse Premium Collection	
Sage Premier	
Scielo	
Wiley Online Library	

Fonte: Portal de Periódicos CAPES (2017).

Os resultados obtidos a partir 08 bases de dados totais (entre Comunicação e informação e Educação) foram gerenciados de duas maneiras: os resultados provenientes de 07 bases de dados foram gerenciados pela plataforma EndNote, que cumpre a função de contar os registros, além de excluir possíveis duplicações de artigos. A base de dados Directory of Open Access Journals (DOAJ), porém, não possui possibilidade de exportação de seus resultados para a plataforma EndNote, por isso estes foram gerenciados manualmente neste caso.

De acordo com os critérios de pesquisa para cada uma das bases de dados, buscou-se pesquisar somente em artigos de periódicos revisados por pares das grandes áreas, subáreas e especialidade compreendidas por esta dissertação.

Nesse sentido, as combinações de termos para as pesquisas foram as seguintes: “difusão + arquiv*”, “difusión + archiv*” e “diffusion + archiv*”. Estas combinações de termos fazem referência aos idiomas português (primeira combinação), espanhol (segunda combinação), francês e inglês (terceira combinação) e se justificam pela incidência de autores de Arquivologia, Ciência da Informação e Educação provenientes de países cujos idiomas são os citados acima.

A Tabela 1, a seguir, expõe numericamente os resultados encontrados nas 08 bases de dados pesquisadas na área do conhecimento Comunicação e informação e nas 02 bases de dados pesquisadas na área do conhecimento Educação, já excluídas possíveis duplicações de registros:

Tabela 1 – Resultados encontrados nas bases de dados de Comunicação e informação e Educação – primeira busca

Bases de dados	Quantidade de registros encontrados em Comunicação e informação	Quantidade de registros encontrados em Educação
DOAJ	29	14
EBSCO	1099	Não se aplica
Elsevier ScienceDirect Journals	1154	Não se aplica
Emerald insight	22	Não se aplica
Project Muse Premium Collection	123	Não se aplica
Sage Premier	0	Não se aplica

Scielo	07	07
Wiley Online Library	80	Não se aplica
Total recuperado: 2514		

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Estes totais de resultados, porém, precisaram ser refinados, pois muitos dos artigos encontrados a partir dos termos de busca poderiam não tratar sobre a difusão na Arquivologia. Este fato pode ser confirmado a partir da leitura dos títulos dos artigos encontrados. Após este refinamento, apresenta-se a quantidade de artigos contidos nas bases de dados pesquisadas, que possivelmente tratam sobre a difusão na Arquivologia (Tabela 2):

Tabela 2 – Resultados encontrados nas bases de dados de Comunicação e informação e Educação – segunda busca

Bases de dados	Quantidade de registros encontrados em Comunicação e informação	Quantidade de registros encontrados em Educação
DOAJ	05	0
EBSCO	20	Não se aplica
Elsevier ScienceDirect Journals	05	Não se aplica
Emerald insight	02	Não se aplica
Project Muse Premium Collection	01	Não se aplica
Sage Premier	0	Não se aplica
Scielo	02	0
Wiley Online Library	01	Não se aplica
Total recuperado: 36		

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebeu-se considerável diminuição nos resultados observados entre as Tabelas 1 e 2 (de 2514 para 36 resultados), o que nos permite inferir, primeiramente, que há escassa literatura sobre o assunto da difusão na Arquivologia na literatura da área. Além disso, dos 36 artigos recuperados, 02 deles não se apresentam acessíveis e outros 03 dispõem de acesso somente ao resumo, o que dificulta sua análise (artigos provenientes da EBSCO e da Emerald insight). Sendo assim, restaram 31 artigos para análise, provenientes de 06 bases de dados, visto que os artigos da Emerald insight foram excluídos da análise, devido à razão mencionada.

O Quadro 15 a seguir apresenta os resultados encontrados somente para a área do conhecimento Comunicação e informação, visto que a área do conhecimento Educação não gerou resultados, após aplicação dos critérios já referidos.

Quadro 15 - Resultados encontrados para a área do conhecimento Comunicação e informação

Nº de ordem	Bases de dados	Título	Autor(a/es/as)	Ano de publicação
1	DOAJ ⁵	Acercando los archivos a los ciudadanos: una experiencia desde el Portal de Archivos Españoles (PARES) del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte	SÁNCHEZ MAIRENA, A.	2014
2		Apropiación social del conocimiento: una nueva dimensión de los archivos	MARÍN AGUDELO, S. A.	2012
3		Proyectos de digitalización y nuevas perspectivas tecnológicas en el archivo histórico del Congreso de los Diputados de España: conservación de la historia del parlamentarismo y derecho constitucional español en soporte digital	VILLAREJO SÁNCHEZ, N.	2006
4		Internet, entre archivage et mémoire	DUMONT, M.	2005
5		Bancos de imágenes y sonido y motores de indización en la www	CODINA, L.; DEL VALLE PALMA, M.	2001
6	EBSCO ⁶	Uma perspectiva sobre a difusão nos arquivos	ALMEIDA, B. C. D.;	2017

⁵ Os periódicos indexados no DOAJ, cujos artigos foram analisados, são: Revista Española de Documentación Científica, EspacesTemps.net, Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura, Revista Interamericana de Bibliotecología e Revista Española de Documentación Científica.

⁶ Os periódicos indexados na EBSCO, cujos artigos foram analisados, são: Bid Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació, Ibersid, El Profesional de la Información, Sessões do Imaginário, Journal of Digital Imaging, Bulletin des Bibliothèques de France, Revista Reflexiones, Archives, Revista Interamericana de Bibliotecología, Revista Ciência em Extensão e Journal of the American Society for Information Science and Technology.

Nº de ordem	Bases de dados	Título	Autor(a/es/as)	Ano de publicação
		universitários de instituições com cursos de Arquivologia no Brasil	MEDEIROS, R. P.	
7		Imagens e sensações: o acesso à informação em acervos fotográficos	SARAIVA, N. de L.; PEREIRA, T. M. de M; LOPEZ, A. P. A.	2017
8		Degree of compliance with the Laws of Transparency, access, and good governance and of the Reuse of procurement data from the Spanish central government	BELTRÁN-ORENES, P.; MARTÍNEZ-PASTOR, E.	2016
9		Centros de documentação: entre pesquisa, ensino e difusão	VIOTTI, A. C. C.	2014
10		El CollectiveAccess, un sistema de gestió i difusió de colleccions de museus, arxius i biblioteques	ALCARAZ MARTÍNEZ, R.	2014
11		Políticas universitarias de difusión de la información a través de la propia web institucional	PÉREZ-MONTORO, M.	2014
12		Uso de tecnologías 3D en la digitalización y difusión de documentos de alto valor patrimonial	PEREIRA-UZAL, J. M.; ROBLADANO-ARILLO, J.	2013
13		Reflexões sobre o acesso aos arquivos de telejornais brasileiros	BRASIL, A.; FRAZÃO, S. M.	2012
14		Canales alternativos de acceso a la prensa española en internet: La noticia fuera del periódico	IVARS-NICOLÁS, B.	2012
15		Acceso a los datos públicos y su reutilización: open data y open government	FERRER-SAPENA, A.; PESET, F.; ALEIXANDRE-	2011

Nº de ordem	Bases de dados	Título	Autor(a/es/as)	Ano de publicação
16		La diffusion d'archives, un plaisir démocratisé	BENAVENT, R. LECOMPTE- CHAUVIN, A.	2011
17		Picture, Archiving and Communication System in the Italian NHS: A Primer on Diffusion and Evaluation Analysis	BUCCOLIERO, L. <i>et al.</i>	2009
18		Archivage et diffusion électroniques des thèses et mémoires à l'université Cheikh-Anta-Diop de Dakar: un pas vers le désenclavement scientifique de l'Afrique	DIOUF, D.	2009
19		L'accessibilité et la diffusion des documents visuels et sonores de la communauté lesbienne, gaie, bisexuelle, transgenre et «queer» ou en questionnement (LGBTQ): le cas des Archives gaies du Québec	FERRON, M.-J.	2009
20		Fundamentos tecnológicos del acceso abierto: Open Archives Initiative y Open Archival Information System	SILIÓ, T.	2005
21		Adoption and diffusion of Encoded Archival Description	YAKEL, E.; KIM, J.	2005
22		Los archivos universitarios. El procesamiento de sus fondos documentales y la difusión de sus contenidos	RIVAS FERNÁNDEZ, J. B.	2004

Nº de ordem	Bases de dados	Título	Autor(a/es/as)	Ano de publicação
23	Elsevier ScienceDirect Journals ⁷	El libre acceso a la información, las innovaciones tecnológicas y la publicidad de los actos Procesales	PERLINGEIRO, R.	2013
24		Acceso a la información gubernamental: estudios y tendencias	SÁNCHEZ VANDERKAST, E. J.	2013
25		The regulation of diffusion of public sector information via electronic means: Lessons from the Spanish regulation	CERRILLO-I-MARTÍNEZ, A.	2011
26		Communities, knowledge creation, and information diffusion	LAMBIOTTE, R.; PANZARASA, P.	2009
27		Public access to government information: The position in France	BOISARD, G.	1982
28	Project Muse Premium Collection ⁸	Channeling the Undercurrents: Fūsetsudome, Information Access, and National Political Awareness in Nineteenth-Century Japan	FUJIWARA, G.	2017
29	SciELO ⁹	Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G. M.	2015
30		Proposição de um conjunto de metadados para descrição de arquivos fotográficos considerando a Nobrade e a Sepiades	PAVEZI, N.; FLORES, D.; PEREZ, C. B.	2009

⁷ Os periódicos indexados na Elsevier ScienceDirect Journals, cujos artigos foram analisados, são: Government Publications Review, Government Information Quarterly, Journal of Informetrics, Boletín Mexicano de Derecho Comparado e Investigación Bibliotecológica.

⁸ O periódico indexado na Project Muse Premium Collection, cujo artigo foi analisado, é: The Journal of Japanese Studies.

⁹ O periódico indexado na SciELO, cujos artigos foram analisados, é: TransInformação.

Nº de ordem	Bases de dados	Título	Autor(a/es/as)	Ano de publicação
31	Wiley Online Library ¹⁰	The Reuse of Public Sector Information in Europe and Its Impact on Transparency	CERRILLO-I-MARTÍNEZ, A.	2012

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir da leitura integral dos 31 artigos, constatou-se que 03 deles não abordam sobre a difusão de informações orgânicas, mas sobre a difusão de informações de outro teor, quais sejam: “*Internet, entre archivage et mémoire*”, de Dumont, ano 2005; “*Fundamentos tecnológicos del acceso abierto: Open Archives Initiative y Open Archival Information System*”, de Silió, ano 2005; e “*Communities, knowledge creation, and information diffusion*”, de Lambiotte e Panzarasa, ano 2009. Por isso, estes artigos foram excluídos da análise, restando 28 que efetivamente abordam sobre o acesso e a difusão na Arquivologia.

Dando início à análise dos artigos, levou-se em consideração alguns aspectos, que foram observados mais atentamente nos artigos: o ano de publicação, o país de proveniência dos(as) autores(as), o conteúdo e os termos utilizados como sinônimos de difusão na Arquivologia. O detalhamento desta análise está apresentado no Quadro 16 seguinte, já excluídos os 03 artigos mencionados anteriormente:

¹⁰ O periódico indexado na Wiley Online Library, cujo artigo foi analisado, é: European Law Journal.

Quadro 16 – Detalhamento da análise dos 28 artigos

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
1	Espanha	Apresentar o <i>Portal de Archivos Españoles del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte</i> , que consiste na criação de um portal especializado em arquivos históricos, para sua difusão na internet.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”, que será dado por meio de exposições virtuais e de atenção ao usuário. “[...] PARES é uma plataforma destinada a favorecer todas as estratégias de difusão possíveis. [É] um repositório para a criação, gestão e difusão dos arquivos históricos; [...] Encontra-se em processo de transformação para se adequar aos conceitos de ‘arquivos abertos’ [...] e aos pressupostos da <i>Web 2.0</i> ” (SÁNCHEZ MAIRENA, 2014, p. 01, tradução nossa).
2	Colômbia	Mostrar de que maneira os arquivos e sua difusão contribuem para a apropriação social do conhecimento e a identifica como uma nova dimensão dos arquivos.	Identifica a difusão como instrumento que permite a construção de sentido de identidade e cidadania. “Em tal sentido, a difusão de arquivos deve ser entendida como a função missional última dos arquivos no que se refere à sociedade e à cultura. [...] É, de igual maneira, a comunicação dos atos culturais e das relações que se interligam na sociedade” (MARÍN AGUDELO, 2012, p. 59, tradução nossa).
3	Espanha	Evidenciar projeto de digitalização levado a cabo no <i>Archivo Histórico del Congreso de los Diputados de España</i> .	Identifica a difusão como sinônima de “consulta”. “[...] 50.000 páginas foram as que se digitalizou, que são as que compõem a coleção do Arquivo. Não é permitida a consulta do material original, salvo exceções nas que seja necessário estudar as características extrínsecas dos documentos: tipo de tinta, tipo de suporte, entre outros aspectos físicos do acervo [...]” (VILLAREJO SÁNCHEZ, 2006, p. 592, tradução nossa).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
5	Espanha	Identificar a disseminação de conteúdo audiovisual (informação orgânica e não orgânica) na <i>web</i> e relacioná-los com os instrumentos de indexação utilizados.	Identifica a difusão como sinônima de “distribuição”. “É de se esperar que novos atores, como museus, filmotecas e arquivos, se agregarão ao setor da produção e distribuição dos bancos de imagem e som” (CODINA; DEL VALLE PALMA, 2001, p. 251, tradução nossa).
6	Brasil	Apresentar o acesso à informação em acervos fotográficos de duas instituições: Arquivo Nacional (Brasil) e Instituto Moreira Sales.	Identifica a difusão como sinônima de “utilização” e “marketing”. “As ações de difusão nas instituições de arquivo são importantes e visam levar aos usuários conhecidos ou potenciais a oportunidade de conhecer o acervo, além de valorizar, transmitir e também tornar acessíveis as informações contidas nos documentos. Nos arquivos públicos a difusão pode ser realizada tanto por meio de instrumentos de pesquisa e outras publicações, quanto por meio da promoção de eventos como exposições, palestras e visitas guiadas, que têm como público-alvo o cidadão. Neste sentido, a difusão se torna uma ferramenta relevante de aproximação do arquivo com a sociedade” (ALMEIDA; MEDEIROS, 2017, p. 264).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
7	Brasil	Analisar de que maneira ocorre a difusão nos acervos custodiados pelos arquivos centrais das universidades federais do Brasil que ministram o curso de graduação em Arquivologia.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”, “utilização”, “relação com o público”, “promoção de ações educativas”. “Sobre agregar novos usuários, a maioria possui essa pretensão, estando os externos [e] os estudantes de ensino médio. Além disso, identificou-se que nenhuma unidade possui um departamento específico para a difusão do acervo, porém, quatro possuem programas que abrangem a temática de difusão, com atividades que envolvem estágios para os acadêmicos, cursos de capacitação para os servidores, palestras, publicação de instrumentos de pesquisa, entre outros” (SARAIVA; PEREIRA; LOPEZ, 2017, p. 95).
8	Espanha	Apresentar panorama do grau de cumprimento das leis de transparência, na administração central espanhola.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”. “Dois anos depois da entrada em vigor da <i>Ley</i> 19/2013, de 09 de dezembro, de transparência, acesso à informação pública e bom governo (LTBG), a estruturação do acesso à informação [...] segue sendo uma matéria pendente” (BELTRÁN-ORENES; MARTÍNEZ-PASTOR, 2016, p. 558, tradução nossa).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
9	Brasil	Apresentar o trabalho que vem sendo realizado pelo Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica (CEDAPH) da UNESP/campus Franca, no trato com a documentação orgânica.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso” e “consulta”, em relação a um acervo de idade permanente. “Foi a partir de duas grandes questões – a ausência de um acervo permanente significativo e/ou inédito e os desafios impostos pelas novas demandas de informação, nomeadamente as mídias digitais/virtuais e a necessidade de acesso cada vez mais rápido aos meios de pesquisa – que o Centro elaborou estratégias e metodologias próprias para fomentar, ao mesmo tempo, formação discente, apoio e incentivo à pesquisa e difusão dos resultados de seus projetos ao mais variado público.” (VIOTTI, 2014, p. 134-135).
10	Espanha	Evidenciar políticas universitárias de difusão da informação por meio da <i>web</i> institucional.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso” e “consulta”. “Em termos gerais, a função principal da <i>web</i> institucional de uma universidade é a difusão da informação relacionada e gerada nessa organização” (ALCARAZ MARTÍNEZ, 2014, p. 191, tradução nossa).
11	Espanha	Apresentar o CollectiveAccess, sistema de gestão e difusão de coleções de museus, arquivos e bibliotecas.	Identifica a difusão como relacionada a instrumentos de pesquisa. “[...] O CA é composto por dois componentes de programação independentes: o Providence e o Pawtucket, encarregados respectivamente das partes de gestão e difusão dos conteúdos” (PÉREZ-MONTORO, 2014, p. 01, tradução nossa).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
12	Espanha	Explicar de que maneira ocorreria o uso de tecnologias 3D na digitalização e difusão de documentos orgânicos e não orgânicos.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”, “utilização” e relacionada a “ações educativas”. “[As tecnologias 3D] [...] são de utilidade para as tarefas de difusão dos documentos, ao público geral o no âmbito da educação e aprendizagem, por ser atrativo e oferecer uma aproximação maior à materialidade do documento. [...] A informação 3D relaciona esse conteúdo com o espaço, apresentando-se como uma solução ideal para melhorar a compreensão do documento como objeto e não como um mero detentor de informação” (PEREIRA-UZAL; ROBLEDANO-ARILLO, 2013, p. 216, tradução nossa).
13	Espanha	Identificar os canais alternativos para acesso a conteúdos da imprensa espanhola, na internet.	Identifica a difusão como sinônima de “utilização”. “[...] o leitor quer compartilhar informação e a difunde em outras plataformas ou dispositivos com opções para compartilhar, em sua rede social, importar códigos, etc.” (BRASIL; FRAZÃO, 2012, p. 397, tradução nossa).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
14	Brasil	Apresentar a situação de acesso aos arquivos de telejornais brasileiros.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”. “Verificou-se em todos os sites a presença de vídeos disponibilizados de programas variados, inclusive os de cunho jornalístico. Em grande parte, no entanto, os arquivos não estão disponíveis para download, ficando disponíveis por tempo determinado. Casos extraordinários acontecem quando se trata de cobertura especial sobre fato de grande repercussão, ou de cunho institucional – quando do aniversário da emissora ou telejornal, por exemplo – estando na página dos sites por anos, inclusive” (IVARS-NICOLÁS, 2012, p. 17).
15	Espanha	Evidenciar os pontos-chave relacionados ao governo aberto na Espanha.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”. “Descreve-se projetos <i>open data</i> que facilitam o acesso aos dados da administração de acordo com as recomendações do W3C. a estrutura e formatos abertos permitem que os dados possam ser reutilizados proporcionando novos serviços a cidadãos e empresas” (FERRER-SAPENA; PESET; ALEIXANDRE-BENAVENT, 2011, p. 260, tradução nossa).
16	Canadá	Evidenciar a difusão de arquivos como um serviço essencial prestado por arquivos.	Identifica a difusão como sinônima de “utilização”. “De fato, uma transformação ocorre na forma como o público acessa os documentos de arquivos; o usuário dos arquivos se transforma em consumidor de arquivos, ou seja, aquele que não se contenta mais em somente consultar os arquivos, mas que os consome como um produto cultural” (LECOMPTE-CHAUVIN, 2011, p. 21, tradução nossa).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
17	Canadá	Apresentar as ações de difusão levadas a cabo nos <i>Archives Gaiés du Québec</i> .	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”, “consulta”, “utilização”. “A questão do acesso e da difusão de arquivos visuais e sonoros tem aqui um significado maior para estas comunidades de pessoas que, paradoxalmente, sobreviveram até agora justamente porque sabem se tornar discretas, secretas, invisíveis” (BUCCOLIERO <i>et al.</i> , 2009, p. 04, tradução nossa).
18	Senegal	Apresentar o sistema “Cyberdocs”, para a difusão de documentos orgânicos provenientes de centros de ensino subordinados à <i>Université Cheikh-Anta-Diop</i> , localizada em Dakar, capital do Senegal e também de documentos bibliográficos custodiados por esta instituição.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”. [...] o projeto de digitalização visa, por meio da publicação online de documentos universitários, um acesso mais amplo e mais rápido aos conteúdos científicos, uma melhor valorização dos resultados de pesquisa e a promoção de uma literatura muitas vezes conhecida e explorada por docentes-pesquisadores e estudantes nacionais e internacionais (DIOUF, 2009, p. 85, tradução nossa).
19	Itália	Apresentar e discutir sobre o sistema de arquivamento e comunicação de imagem no <i>Italian National Healthcare System</i> (NHS).	Identifica a difusão como sinônima de “consulta”. “O Departamento de Radiologia reivindica a redução do pessoal que trabalha nos arquivos ([...] arquivos físicos serão gradualmente eliminados com a introdução do processo de digitalização)” (FERRON, 2009, p. 40, tradução nossa).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
21	Estados Unidos da América	Verificar a adoção da <i>Encoded Archival Description</i> (EAD) por repositórios arquivísticos e coleções nos Estados Unidos da América.	Identifica a difusão como relacionada à criação de instrumentos de pesquisa, a processos culturais e comunicacionais. “[...] A comunidade arquivística nos Estados Unidos da América forma um sistema social composto por arquivistas, repositórios arquivísticos em vários locais (ex.: faculdades e universidades, governos, empresas, organizações religiosas), organizações profissionais, e sindicatos. Aumentar o acesso aos serviços de arquivo tem sido um objetivo compartilhado nesta comunidade” (YAKEL; KIM, 2005, p. 1427, tradução nossa).
22	Costa Rica	Discutir sobre a difusão dos fundos documentais de arquivos universitários e a criação de um sistema de arquivos universitários.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”. “A missão do sistema de arquivos universitários será conformar um sistema integrado de gestão de documentos, que garanta um fácil acesso à informação institucional, com o fim de [...] coordenar [...] as atividades dos diferentes arquivos da <i>Universidad de Costa Rica</i> , garantir o livre acesso à informação [...], preservar e difundir a memória institucional, velar pela [...] segurança documental, propiciar uma cultura de informação institucional e facilitar o uso dos documentos aos usuários interessados” (RIVAS FERNÁNDEZ, 2004, p. 127, tradução nossa).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
23	México	Apresentar discussões sobre o acesso à informação governamental.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso” e “utilização”. “Ter acesso à informação não é somente ter disponibilidade, mas também acesso à informação semanticamente relevante para ser interpretada pela comunidade, pelos grupos e pelas organizações de toda a sociedade” (PERLINGEIRO, 2013, p. 182-183, tradução nossa).
24	Brasil	Identificar, com base legal, de que maneira está sendo discutido o livre acesso a atos processuais.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”. “O princípio constitucional da publicidade dos atos processuais possui duas dimensões, uma que se refere ao direito de acesso à informação sobre os processos e à atuação dos órgãos jurisdicionais, por parte da sociedade em geral e outra, que trata, a respeito da garantia de acesso aos dados dos processos pelos diretamente interessados nas demandas” (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2013, p. 223, tradução nossa).
25	Espanha	Explicar sobre a regulação da difusão de informações públicas por meios eletrônicos, na Espanha.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso” e “utilização”. “[...] a difusão da informação permite que os cidadãos saibam antecipadamente e em tempo real sobre as ações de administrações públicas” [...] (CERRILLO-I-MARTÍNEZ, 2011, p. 189, tradução nossa).

Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
27	França	Apresentar a posição da França sobre o acesso público à informação governamental.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”. “Finalmente, o direito do acesso à informação é considerado tanto um instrumento de poder como meio de recursos efetivos. É essencial ter acesso a documentos elaborados pelo governo tanto para propósitos práticos e para assuntos cotidianos, para decisões em questões sociais ou econômicas, bem como para a pesquisa científica” (BOISARD, 1982, p. 206, tradução nossa).
28	Canadá	Dissertar sobre como se deu o acesso a documentos de arquivo, no Japão do século XIX, após a Restauração Meiji ¹¹ , que estão inseridos em compilações denominadas <i>fūsetsudome</i> (compilações de documentos políticos).	Identifica a difusão como sinônima de “acesso” e “consulta”. Durante o governo autoritário de Tokugawa, o acesso a informações denominadas politicamente sensíveis havia sido proibido até quase o final de seu mandato, mas nos primeiros anos de Restauração Meiji, as informações políticas e os documentos oficiais se tornaram mais acessíveis ao público, fazendo com que estas informações pudessem ser readequadas em seus graus de sigilo correspondentes (FUJIWARA, 2017, tradução nossa).

¹¹ “A Restauração Meiji designa um período de renovações políticas, religiosas e sociais profundas que ocorreram no Japão entre 1868 e 1900. É também chamado de ‘Renovação’ posto que transformou o Império do Japão num estado-nação moderno, o que resultou no fim do governo teocrático, ditatorial e feudal da Era Xogunato Tokugawa (que começou a partir de 1600) e também dos famosos guerreiros, os Samurais” (TODA MATÉRIA, 2017).

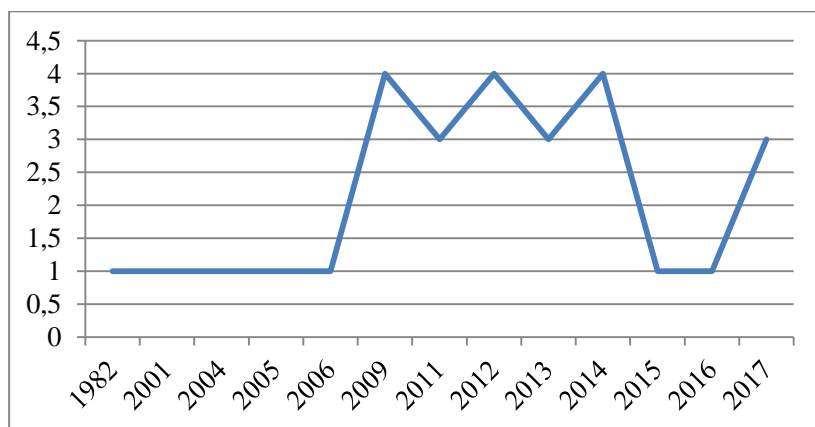
Nº de ordem	País(es) e autores(as)	Objetivo do artigo (elaboração própria)	Concepção de “difusão na Arquivologia” utilizada
29	Brasil	Identificar ações de mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Brasil).	Identifica a difusão como sinônima de “utilização”, apropriação da informação e “comunicação”. “O caso do APEES ocorre no contexto de uma instituição arquivística pública pensada para além das suas prerrogativas administrativas e jurídicas, isto é, no território de influência sobre os comportamentos de fruição cultural da população. Na perspectiva do arquivo como lugar de cultura, pensa-se na sua função de aproximar a sociedade do patrimônio arquivístico, o qual, por sua vez, compreende os bens materiais artísticos, históricos, linguísticos, estéticos e científicos” (ALDABALDE; RODRIGUES, 2015, p. 257).
30	Brasil	Apresentar como se comporta a aplicação da NOBRADE e da Sepiades, na descrição de acervos fotográficos e propor metadados para esta atividade.	Identifica a difusão como relacionada a instrumentos de pesquisa. “O acesso aos arquivos é estimulado e facilitado ao usuário através de um instrumento de pesquisa que pode oferecer informações resumidas ou detalhadas sobre o conteúdo documental do seu acervo” (PAVEZI; FLORES; PEREZ, 2009, p. 198).
31	Espanha	Discutir sobre a reutilização de informação pública na Europa e seu impacto na transparência.	Identifica a difusão como sinônima de “acesso”. “[...] A reutilização de informação não deve ser considerada somente em termos econômicos, uma vez que a informação pública também pode ser explorada levando em conta seu valor social na promoção da transparência, bem como facilita a sua difusão e conhecimento” (CERRILLO-I-MARTÍNEZ, 2012, p. 773, tradução nossa).

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dentre o conteúdo recuperado nas bases de dados pesquisadas, é possível notar que, mesmo sendo reduzido na perspectiva numérica, há riqueza bibliográfica. A pesquisa em torno da Ciência da Informação, Arquivologia e mesmo Educação, relacionada à difusão na Arquivologia apresenta-se incipiente, porém existe e é plurilíngue e pluriétnica, tendo em vista os trabalhos publicados em periódicos pertencentes a instituições localizadas no hemisfério ocidental, em 10 países, ou seja, as bases teóricas em que está alicerçada a Arquivologia e, portanto, o começo das discussões sobre a difusão não são estanques, mas se reproduzem no mundo todo.

Há 03 publicações do ano de 2017 e destas, 02 trabalham sobre a difusão na Arquivologia ambientada no Brasil e 01 no Japão. Chama a atenção também que todas as publicações foram realizadas após os anos 2000, exceto uma delas, publicada em 1982, década em que se começa a discutir sobre a Arquivologia Contemporânea, a corrente Integrada da Arquivologia e junto a isso, sobre o papel do público no arquivo e o papel do acesso às informações para a democratização dos usos de acervos de arquivo (SCHMIDT, 2012). O Gráfico 1 a seguir exemplifica a quantidade de publicações relacionadas à difusão recuperada (28), por ano.

Gráfico 1 – Quantidade de publicações recuperadas sobre a “difusão na Arquivologia”, por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com o volume e teor dos artigos encontrados, pode-se estabelecer que, até o ano de 2006, permaneceu estagnada a publicação

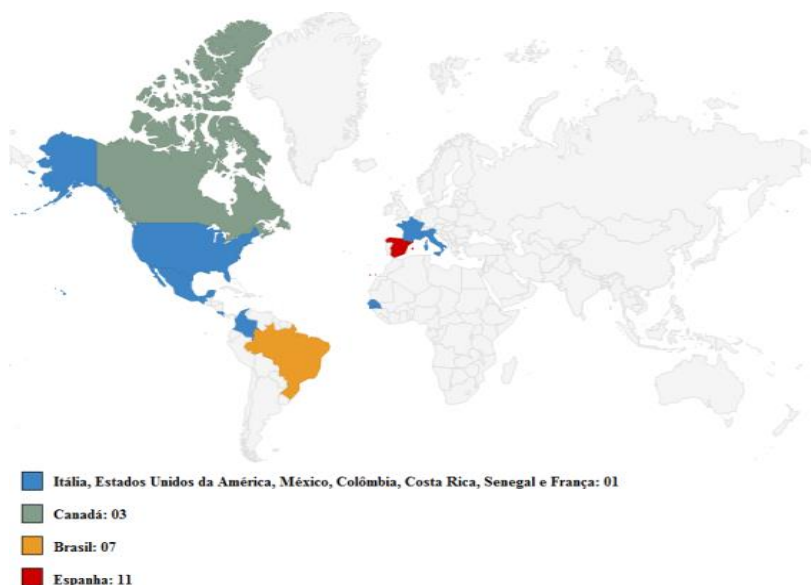
de artigos relacionados ao escopo deste trabalho. Já em 2009, houve um salto nas publicações, que permaneceram oscilando entre 03 e 04 por ano, até o ano de 2014. Esta alta de publicações, porém, não permaneceu nos anos seguintes e, somente de 2016 para 2017, voltou a aumentar.

Em relação ao conteúdo dos 28 artigos encontrados, eles apresentam a difusão na Arquivologia, mas tratam-na de diferentes maneiras, visto que seus objetos de pesquisa são distintos. As diferentes interpretações sobre a difusão ao redor do mundo fazem com que se possa observar como a Arquivologia, o acesso à informação e os usuários da informação vêm sendo tratados e como vêm sendo teorizados, em busca da democratização das práticas em arquivo, como um todo.

Ao relacionar os países de proveniência dos autores de cada artigo, evidencia-se a proporção territorial que a difusão na Arquivologia vem tomando ao longo do tempo. Ao considerar que esta pesquisa foi realizada somente em bases de dados em que estão indexados periódicos de estrato A1, ainda assim, identificamos que é uma porção pequena de artigos analisados, tendo em vista o total geral de 32 bases de dados de Comunicação e Informação, relacionadas à subárea Ciência da Informação e de 62 de Educação, conforme o Portal de Periódicos CAPES (2017).

No entanto, quando se delimita o espaço de pesquisa, observa-se a situação da difusão na Arquivologia no mundo, desde duas perspectivas: que a quantidade de 28 artigos demonstra incipiência na discussão da temática, escopo deste trabalho; e que, pouco a pouco e em diferentes proporções, pesquisas sobre a difusão na Arquivologia vêm sendo realizadas e este conteúdo debatido, em diversos países do Ocidente (extensão territorial identificada, a partir das publicações analisadas). No intuito de expressar graficamente a abrangência territorial compreendida pelos 28 artigos, a Figura 6 a seguir relaciona a quantidade de artigos analisados, por país.

Figura 6: Mapa da extensão territorial alcançada pelos 28 artigos analisados



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em relação aos países a que os autores dos artigos estão vinculados, pode-se dizer que há concentrações bastante diferentes de publicações: sete destes países vêm com 01 publicação cada um, distribuídas pelas Américas, Europa e África; o montante restante se refere ao Canadá, com o terceiro maior número; em seguida o Brasil, com 07 publicações sobre o tema; e em primeiro à Espanha, com 11 publicações.

A produção científica, sobre difusão na Arquivologia, se revela nos países descritos, na forma de artigos publicados sobre o tema e suas possíveis aplicações em distintas realidades. O fato de que haja uma, ou mais publicações sobre a temática nestes países pode denotar que arquivos, por meio de profissionais que trabalhem nestes espaços realizam, ou buscam realizar ações para a difusão de acervos.

Os 28 trabalhos apresentados versam sobre múltiplas faces da difusão como serviço intrínseco ao ambiente de arquivo, mas também como atividade cultural, educativa, como meio para adequar tecnologias à informação, para sua melhor visualização, como prática diária no âmbito do acesso à informação governamental e pública, ou seja, como

atividade que também muda o perfil do arquivista dia-a-dia, levando-o a conviver com o público, diretamente.

É preciso levar em conta, quando mencionamos o processo de difusão na Arquivologia, que uma transição ocorre entre momentos anteriores e posteriores à implementação de leis de acesso à informação pública em diferentes países que, embora não tratem especificamente de informações orgânicas, significam um momento de câmbio paradigmático também para a Arquivologia.

Esta dissertação não se ocupará de comparar a presença de publicações, ou projetos acerca da difusão na Arquivologia antes e depois da implementação destas leis, porém considera-se fulcral mencioná-las (Quadro 17), pois, das leis e políticas de transparência, há aspectos contributivos que podem ser potencializados e discutivos sob diferentes perspectivas. Também há problemas e críticas no que tange à implantação, acompanhamento e, ou controle a partir de leis de acesso e transparência. Todavia, não é objetivo da presente pesquisa discuti-los.

Quadro 17 – Leis de acesso à informação pública, nos países identificados

País	Legislação	Ano de criação
Costa Rica	Não possui	-
Senegal	Não possui	-
Colômbia	Lei de ordenação da publicidade de atos e documentos inativos	1888
Estados Unidos da América	Lei sobre o direito à informação	1966
França	Lei de acesso aos documentos administrativos	1978
Canadá	Lei sobre o direito à informação	1982
Colômbia	Lei de direito à informação	1985
Espanha	Lei sobre as regras para a informação pública	1992
Itália	Leis sobre direito de acesso à informação	1990 / 2005
México	Lei de transparência e acesso à informação pública	2002
Brasil	Lei de acesso à informação	2011

Fonte: Adaptado de Marques (2011, p. 97-100), GobiernoCR (2018) e PressAfrik (2018).

Frente ao quadro, há movimentos de acesso à informação pública, difusão orientada e arquivistas mediadores. Diferentes ações são

realizadas, em nível continental, para levar à luz projetos e ações cotidianas realizadas por e dentro de arquivos, a fim de que se tornem conhecidos em meio a diferentes tipos de público.

Para a Iberoamérica, existe um programa de difusão denominado “Sinergia ALA”, iniciativa nascida em 2014, cuja função é a de “[...] desenhar e implementar estratégias de difusão entre os arquivos da Iberoamérica” (ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ARQUIVOS, 2018, tradução nossa). Nesse sentido, o projeto se desenvolve divulgando conteúdos e serviços de arquivos de 11 países¹², em seus canais de divulgação no *Youtube*, *Facebook* e *Twitter*, fazendo menção a três categorias de divulgação: efemérides (#CuentanLosDocumentosQue), comemorações (#Conmemoraciones) e notícias (#Noticias), além de promover ações massivas de divulgação em dias comemorativos para a Arquivologia mundial, como o dia do arquivista, ou o Dia Internacional dos Arquivos (Figura 7).

Figura 7: Uso da expressão #ArchivosVivos pelo Archivo Nacional de Costa Rica, em comemoração ao Dia Internacional dos Arquivos, em 2015



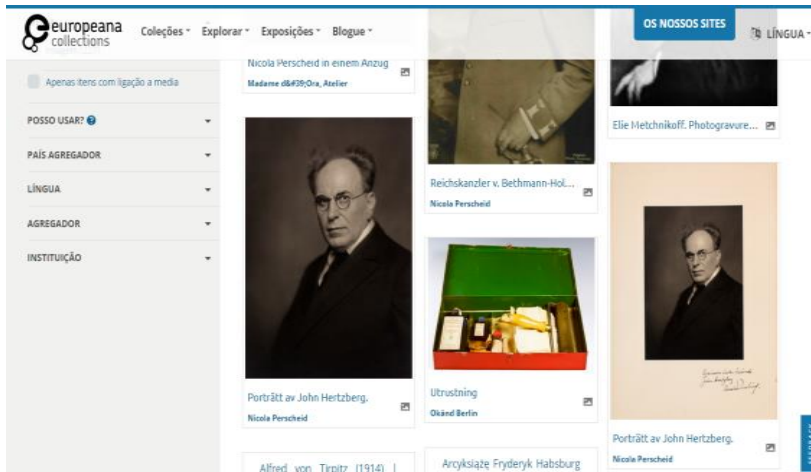
Fonte: Associação Latino-americana de Arquivos (2018).

Em relação somente ao continente europeu, foi desenvolvida a “Europeana”, repositório para difusão de documentos de arquivos,

¹² As instituições arquivísticas que participam atualmente do projeto Sinergia ALA estão localizadas nos países Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

bibliotecas e museus, que fornece acesso eletrônico a mais de 50.000 itens digitalizados, dentre livros, músicas, obras de arte, etc., “para partilhar o patrimônio cultural, constituindo-se num espaço educativo, de prazer e numa fonte de investigação” (EUROPEANA, 2018). A Figura 8 a seguir apresenta a tela do *website* da Europeana, com enfoque no arquivo pessoal de Nicola Perscheid, fotógrafa alemã:

Figura 8: Arquivo pessoal de Nicola Perscheid



Fonte: Europeana (2018).

No território africano (composto por África Setentrional, Ocidental, Central, Oriental e Meridional), ações de difusão na Arquivologia também vêm ocorrendo dentro de seus países, levadas a cabo a partir de seus arquivos nacionais. Segundo reportagem do jornal *Le Monde Afrique* (2015, tradução nossa) “[...] o patrimônio arquivístico, na África Ocidental por exemplo, não se limita aos papéis amarelos de administrações coloniais [...]”, mas a múltiplos fundos de arquivo, que representam a história da sociedade africana e também de seus descendentes.

A partir dos anos 2000, houve a criação do *Nouveau partenariat pour le développement de l’Afrique* (Nepad)¹³ e um de seus objetivos versava sobre investir em novas tecnologias de informação e comunicação, para o desenvolvimento dos trabalhos de gestão de

¹³ Nova parceria para o desenvolvimento da África (Nepad).

arquivos, o que fomentou a microfilmagem de acervos de todo o continente, promovendo também sua difusão.

O Senegal, um dos países de que proveio a publicação recuperada por esta pesquisa, é considerado a “Meca sagrada” dos arquivos na África Ocidental e os arquivos em Dakar são considerados patrimônio mundial documental pela UNESCO:

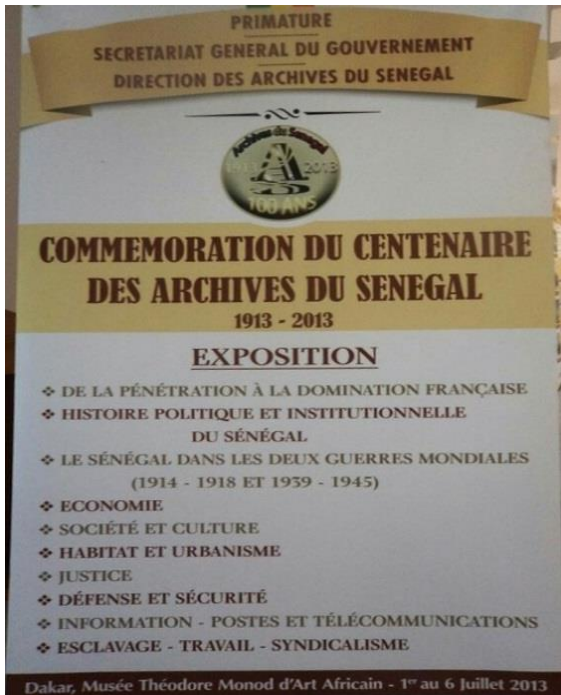
Enquanto os arquivos da Indochina, de Madagascar, da AEF¹⁴, ou da Algéria, por conta do princípio de soberania nacional, são encontrados hoje no *Archives Nationales d’Outre-Mer* (ANOM) [...], os arquivos da AOF¹⁵ ficam localizados em Dakar. Estes fundos constituem um patrimônio comum [e] [...] a digitalização total protegeria e salvaria esta “memória compartilhada” entre a França e a África. [...] Na década de 2000, vários países fizeram o esforço de microfilmar o todo ou parte dos arquivos relativos à sua história conservados no fundo AOF, [como] Guiné, Mauritânia, Níger, Burkina Faso, Mali e Côte d’Ivoire (LE MONDE AFRIQUE, 2015, tradução nossa).

A seguinte figura (Figura 9) mostra como o *Archives du Sénégal* promoveu a difusão de seu acervo, para comemorar seu centenário de existência (1913-2013):

¹⁴ África Equatorial Francesa.

¹⁵ África Ocidental Francesa.

Figura 9: Exposições, por motivo de comemoração do centenário do Archives du Sénégal



Fonte: Banque de pret Archives du Sénégal (2018).

Em razão das bases de dados pesquisadas, temos que este total auxilia a perceber as potências mundiais também em programas e projetos de difusão e, por conseguinte, a fomentar o reconhecimento do profissional arquivista e da profissão, pois, por meio de serviços de difusão, o arquivista se faz ver no dia-a-dia do arquivo, como mediador, educador.

A partir da análise dos artigos recuperados, parafrasea-se Sousa (2009) e afirma-se que a difusão também é uma função matricial, para o arquivo e a Arquivologia, pois ela é um dos objetivos da criação de arquivos e se ramifica em diferentes tipos de ações que podem ser identificadas como, por exemplo, em ações para difusão de informações orgânicas em *websites*, a partir de digitalização, em acervos físicos, ou em resposta a demandas de informações públicas pela sociedade. O Quadro 18 seguinte, apresenta as principais temáticas encontradas nesses 28 artigos:

Quadro 18 – Temáticas dos 28 artigos analisados

Temática	Artigo (conforme seu nº de ordem)
Artigo com abordagem essencialmente teórica	2 e 16.
Disponibilização de informações orgânicas em portal/web	1, 5, 10, 11, 13, 18, 22 e 25.
Digitalização	3, 12, 14 e 19.
Arquivo/acervo físico	6, 7, 9, 17, 21, 28, 29 e 30.
Acesso à informação governamental pública	8, 15, 23, 24, 27 e 31.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As publicações apresentadas têm diferentes enfoques e se relacionam aos múltiplos sentidos que podem ser conferidos à difusão na Arquivologia, podendo trazer o público para mais perto dos serviços de arquivo, e promover a democratização de acervos públicos e o sentido de pertencimento, de reconhecimento a partir destes diferentes públicos, de sua história e memória. Pudemos identificar que esta relação está em expansão pelo mundo e as discussões sobre o tema não se encontram isoladas em determinados países, mas se unem em redes de cooperação no âmbito da Arquivologia.

6.2 Aplicação da análise de conteúdo

Bardin (2011) sugere que a análise de conteúdo possui três etapas a serem seguidas: de pré-análise, de exploração do material e de tratamento dos resultados e interpretações, especificados nas subseções que seguem.

6.2.1 Pré-análise

Para que fosse possível eleger os cursos de graduação em Arquivologia presentes em território brasileiro, como componentes da pesquisa e pertinentes para a análise de conteúdo, recorreu-se ao *website* do CONARQ, onde estão dispostos os dados das universidades que ministram cursos de graduação em Arquivologia¹⁶. A partir daí, inferiu-

¹⁶ O Centro Universitário Assunção (UNIFAI), universidade privada, possui o curso de graduação em Arquivologia e edital para inscrições de estudantes, a fim de abrir turmas para o ano letivo de 2018. No entanto, desde que o curso foi criado nesta universidade, não houve abertura de turmas (conforme contato

se que as dezesseis universidades encontradas são de gestão pública, tanto de esfera estadual como federal. São elas, apresentadas no quadro a seguir (Quadro 19):

telefônico realizado em outubro de 2017). Marques (2007, p. 113) já afirmava a mesma situação em sua dissertação. Por esta razão, o UNIFAI não fará parte da pesquisa.

Quadro 19 – Cursos de graduação em Arquivologia no Brasil pesquisados

Universidade	Ano de criação do curso	Estado do Brasil	Data da atualização curricular mais recente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	1973	Rio de Janeiro	2013
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1976	Rio Grande do Sul	2004
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1979	Rio de Janeiro	2003
Universidade de Brasília (UNB)	1990	Brasília	2006
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1997	Bahia	2010
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1998	Paraná	2010
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1999	Espírito Santo	2017
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG)	1999	Rio Grande do Sul	2014
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)	2003	São Paulo	2012
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	2006	Paraíba	2016
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2007	Amazonas	2009
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	2008	Rio Grande do Sul	2017 ¹⁷
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2008	Paraíba	2008
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2009	Minas Gerais	2015
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2009	Santa Catarina	2016
Universidade Federal do Pará (UFPA)	2011	Pará	2014

Fonte: Dados da pesquisa (2018), baseados em Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018), Universidade Federal de Santa Maria (2018), Universidade Federal Fluminense (2018), Universidade de Brasília (2018), Universidade Federal da Bahia

¹⁷ Segundo o *website* da FURG, não há menção à data da última atualização curricular realizada, porém o denominado “Quadro de Sequência Lógica” das disciplinas do curso foi atualizado pela última vez em 2017.

(2018), Universidade Estadual de Londrina (2018), Universidade Federal do Espírito Santo (2018), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018), Universidade Estadual Paulista (2018), Universidade Estadual da Paraíba (2018), Universidade Federal do Amazonas (2018), Universidade Federal do Rio Grande (2018), Universidade Federal da Paraíba (2018), Universidade Federal de Minas Gerais (2018), Universidade Federal de Santa Catarina (2018) e Universidade Federal do Pará (2018).

A análise de conteúdo, proposta para identificar, ordenar e interpretar as mensagens emitidas pelos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia, prescinde de etapas que dependem dos conteúdos e das características contextuais presentes nestes instrumentos utilizados para o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, todo o passo a passo para aplicação desta estratégia metodológica segue uma ordem proposta, do espaço micro das disciplinas para o espaço macro das inferências a partir das mensagens transmitidas, o que, para a análise de conteúdo, significam os passos de pré-análise, de exploração do material e de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que são entendidos como interpretações a partir das características de cada curso de graduação participante da análise. A seguir, são apresentadas estas características:

Na UFAM, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras e vinculado ao Departamento de Biblioteconomia. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.640 (duas mil, seiscentas e quarenta) horas aula, sendo 2.430 (duas mil, quatrocentas e trinta) horas aula destinadas às disciplinas obrigatórias, 60 (sessenta) horas/aula destinadas às disciplinas optativas a serem integralizados no mínimo em 4,5 (quatro e meio) anos letivos, 240 (duzentas e quarenta) horas de estágio supervisionado, 90 (noventa) horas/aula destinadas ao trabalho de conclusão de curso e 150 (cento e cinquenta) horas destinadas às Atividades Acadêmico Científico Culturais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2018).

Na UFPA, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.790 hora(s), a serem integralizadas no mínimo em 4 anos letivos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2018).

Na UFSC, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Centro de Ciências da Educação e vinculado ao Departamento de Ciência da Informação. Seu currículo é composto por um núcleo comum (integrado aos cursos de Ciência da Informação e Biblioteconomia) e por um núcleo específico (pertencente somente à Arquivologia) e está distribuído na carga horária total de 2.880 horas de atividades, distribuídas em oito fases (semestres). O estudante necessita

cursar 148 créditos (2.664 h/a) em disciplinas obrigatórias e 12 créditos (216 h/a) em disciplinas optativas, integralizando 160 créditos (2.880 h/a). A soma de créditos da carga horária em disciplinas optativas faculta o aproveitamento dos créditos em atividades complementares e/ou disciplinas de interesse para formação discente nos conteúdos e aplicações das atividades visando o desenvolvimento de habilidades e competências relativas à atuação profissional, cursadas no período de integralização curricular (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018).

Na UNB, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado à Faculdade de Ciência da Informação e vinculado ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.400 horas (160 créditos). Do total de créditos, 96 compreendem as disciplinas obrigatórias. Os demais créditos podem ser obtidos nas seguintes modalidades: disciplinas optativas (sem limite mínimo ou máximo de créditos), disciplinas do Módulo Livre (limitadas ao máximo de 24 créditos), Atividades de Extensão (limitadas ao máximo de 16 créditos) e Atividades Complementares (limitadas ao máximo de 16 créditos) (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018).

Na UNIRIO, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Centro de Ciências Humanas e Sociais e vinculado à Escola de Arquivologia. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2400 horas a serem integralizados em, no mínimo 08 semestres e, no máximo 12 semestres. O Curso de Arquivologia mantém articulado teoria e prática, por meio dos estágios curriculares, prática de organização em arquivos e iniciação à pesquisa, visando a consolidação do perfil desejado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Na UEPB, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.871 horas de aula e constitui-se por um regime escolar semestral, funcionando nos turnos diurno e noturno. O curso diurno possui duração de 4 a 6 anos. Já o curso noturno possui duração mínima de 4 anos e meio e duração máxima de 7 anos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, 2018).

Na UEL, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Departamento de Ciência da Informação. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.424 (duas mil quatrocentos e vinte e quatro) horas relativas à matriz curricular proposta, incluindo as destinadas ao cumprimento de atividades acadêmicas complementares. A duração mínima e máxima prevista para o curso é de 4 (quatro) e 8 (oito) anos, respectivamente (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2018).

Na UFRGS, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado à Faculdade de Biblioteconomia e Documentação e vinculado ao Departamento de Ciências da Informação. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.550 horas, assim divididas: 1.695 horas de disciplinas obrigatórias, 240 horas de disciplinas eletivas, 300 horas de estágio, 30 horas referentes à Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso, 150 horas dedicadas ao Trabalho de Conclusão do Curso e 135 horas de Atividades Complementares. O tempo médio de integralização é de 4 anos ou 8 semestres, aceitando a legislação que seja feito em um mínimo de 3 e máximo de 8 anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Na UFF, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Instituto de Arte e Comunicação Social e vinculado ao Departamento de Ciência da Informação. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.660 horas/aula, sendo que desta, 2.250 horas/aula correspondem a disciplinas obrigatórias, 150 horas/aula a disciplinas optativas e 260 horas/aula a atividades complementares. O tempo para integralização do curso, em semestres letivos, varia entre 8 e 12 semestres (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2018).

Na FURG, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.445 horas/aula, sendo que desta, 1.800 horas/aula correspondem a disciplinas obrigatórias, 525 horas/aula a disciplinas optativas e 120 horas/aula a atividades complementares. O tempo para integralização do curso, em semestres letivos, varia entre 8 e 12 semestres (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2018).

Na UFSM, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.550 horas/aula, sendo que desta, as cargas horárias mínimas e máximas por período são, respectivamente 255 horas/aula e 540 horas/aula. O tempo para integralização do curso, em semestres letivos, varia entre 6 e 10 semestres (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018).

Na UNESP, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado à Faculdade de Filosofia e Ciências e vinculado ao Departamento de Ciência da Informação. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.850 horas (190 créditos), sendo que desta, 2.310 horas (154 créditos) correspondem a disciplinas obrigatórias, 240 horas (16 créditos) a disciplinas optativas e 210 horas (14 créditos) a estágio curricular. O tempo para integralização do curso, em anos letivos, é de 4 anos (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, 2018).

Na UFBA, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Instituto de Ciência da Informação. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.445 horas divididas em: 1.343h de conteúdos obrigatórios, 374h optativos, 150h de atividades complementares, 306h de estágio supervisionado e 272h para TCC. O tempo para integralização do curso, em anos letivos, varia entre 3 e 5 anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2018).

Na UFES, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e vinculado ao Departamento de Arquivologia. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, sendo que desta, 1.380 (mil, trezentas e oitenta) horas estão voltadas às disciplinas obrigatórias, 420 (quatrocentos e vinte) horas para as disciplinas optativas, 240 (duzentas e quarenta) horas para atividades complementares, 180 (cento e oitenta) horas para estágio obrigatório e 180 (cento e oitenta) horas para trabalho de conclusão de curso. O tempo para integralização do curso, em semestres letivos, varia entre 8 e 12 semestres (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2018).

Na UFMG, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado à Escola de Ciência da Informação. Seu currículo está

distribuído na carga horária total de 2.400 h/a, distribuídas em oito períodos semestrais: o núcleo comum é constituído por 960h, distribuído em dezessete (17) atividades acadêmicas e o núcleo específico é constituído por 10 atividades, que somam 570h, além de 240h de estágio curricular. O curso é integralizado em, no mínimo, oito (8) e, no máximo, quatorze (14) períodos letivos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2018).

Na UFPB, o curso de graduação em Arquivologia está subordinado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e vinculado ao Departamento de Ciência da Informação. Seu currículo está distribuído na carga horária total de 2.760 (duas mil, setecentas e sessenta) horas-aula e o estágio supervisionado terá duração de 300 (trezentas) horas, distribuídas em 04 (quatro) períodos. O curso é integralizado em, no mínimo, 08 (oito) e no máximo de 12 (doze) períodos letivos no turno da tarde e em no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) no turno da noite (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2018).

As particularidades que envolvem as cargas-horárias de cada um dos 16 cursos influenciam nas horas-aula conferidas a cada disciplina, inclusive àquelas referentes à difusão. No entanto, fatores como razões políticas, de tempo e espaço podem ser motivo para que as disciplinas durem mais, ou menos tempo durante os semestres e anos letivos. Os departamentos/centros a que estão vinculados os cursos podem também fazer com que as disciplinas ministradas se voltem aos objetivos destas proveniências, sejam elas voltadas à Educação, à Ciência da Informação, à Arquivologia, às Ciências Sociais Aplicadas, ou a outras.

Os dados relativos às cargas horárias, que cada universidade propõe para seu curso de graduação em Arquivologia norteiam esta pesquisa no sentido de compreender quais são as especificidades de cada currículo, no tocante ao período de estudos que cada disciplina toma, também focando na procedência institucional de cada curso, que pode influenciar no teor das disciplinas ministradas.

Tanus (2013, p. 92, grifo nosso) afirma que

[...] sabe-se que mais da metade dos cursos de Arquivologia (UNB, UFBA, UFRGS, UFSC, UFMG, UFPB, FURG, UEL, UNESP, UFSC, UFF e UFPA) estão localizados em departamentos, institutos ou escolas de Ciência da Informação, Documentação, Informação ou

mesmo em departamentos de Biblioteconomia, como ocorre na UFAM. **Do ponto de vista institucional, essa configuração reflete, de modo geral, uma proximidade da Arquivologia com o campo da Ciência da Informação [...].** Dos três cursos restantes, um deles está abrigado no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (UEPB), os outros dois cursos estão em espaços próprios da Arquivologia: UNIRIO (Escola de Arquivologia) e UFES ([...] Departamento de Arquivologia).

Dadas algumas características contextuais ligadas às universidades utilizadas para a pesquisa, evidencia-se agora os elementos que fazem parte da análise de conteúdo, tomando como base para tal discussão, Bardin (2011). Estes elementos delinham todo o escopo da pesquisa, ou seja, representam os 16 cursos de graduação em Arquivologia abordados e estão demonstrados no Quadro 20 a seguir:

Quadro 20 – Etapas da análise de conteúdo aplicadas à pesquisa

Características da análise de conteúdo	Desenvolvimento da pesquisa
Unidades de registro	Títulos e ementas das disciplinas das 16 universidades que possuem o curso de graduação em Arquivologia.
Unidades de contexto	Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Arquivologia do Brasil, dispostos pelo Ministério da Educação (suas resoluções e pareceres).
Categorias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Difusão, divulgação, disseminação, marketing; 2. Acesso, utilização, consulta; 3. Educa*¹⁸, pedago*; 4. Cultura*; 5. Descr*, representação; 6. Mediação, competência, comunicação; 7. Arquivo permanente / Arquivos permanentes; 8. Estudo de usuário / Estudo de usuários / Estudos de usuários, público.

Fonte: Dados da pesquisa (2018), baseados em Bardin (2011).

¹⁸ O asterisco (*) presente em alguns dos termos indica que a busca categorial no texto das disciplinas engloba termos derivados dos prefixos citados.

As unidades de registro, que para Bardin (2011, p. 104) são compostas pela “[...] unidade de significação a codificar e corresponde[m] ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base [...]”, apresentam-se compostas pelos títulos e ementas das disciplinas ministradas, porque são estes os dois tipos de “mensagens” aqui eleitos que integram o elo discente-docente e, por meio destas unidades, será possível investigar a presença, ou a ausência da difusão na Arquivologia no ensino de Arquivologia no Brasil.

Levando em conta o entorno em que se estabelece o ensino de Arquivologia no Brasil, tem-se em comum que todas as universidades em território brasileiro possuem as mesmas diretrizes básicas para a conformação curricular deste curso de graduação. Elas são dispostas pelo Ministério da Educação, por meio da Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002, do Parecer CNE/CES 492/2001 e do Parecer CNE/CES 1363/2001.

Estes dados contextuais pertencem ao que Bardin (2011, p. 107) denomina como unidade de contexto, pois, para a autora, “[...] torna-se necessário fazer (conscientemente) referência ao contexto próximo ou longínquo da unidade a registrar. Se vários codificadores trabalham num mesmo corpus, torna-se imprescindível um acordo prévio”, como o que ocorre com o objeto de pesquisa – o ensino de Arquivologia no Brasil – pois a criação dos cursos de graduação no país se baseia em diretrizes comuns a todos eles às especificidades dadas pelos núcleos de disciplinas que devem fazer parte de seu rol disciplinar. A individualidade destes cursos, no entanto, se dá a partir da institucionalização dos mesmos, quando as características das universidades a que estão subordinados, o corpo docente e o entorno sociopolítico e cultural determinam atributos para o ensino-aprendizagem que resultam mais efetivos para determinados tipos de público estudantil.

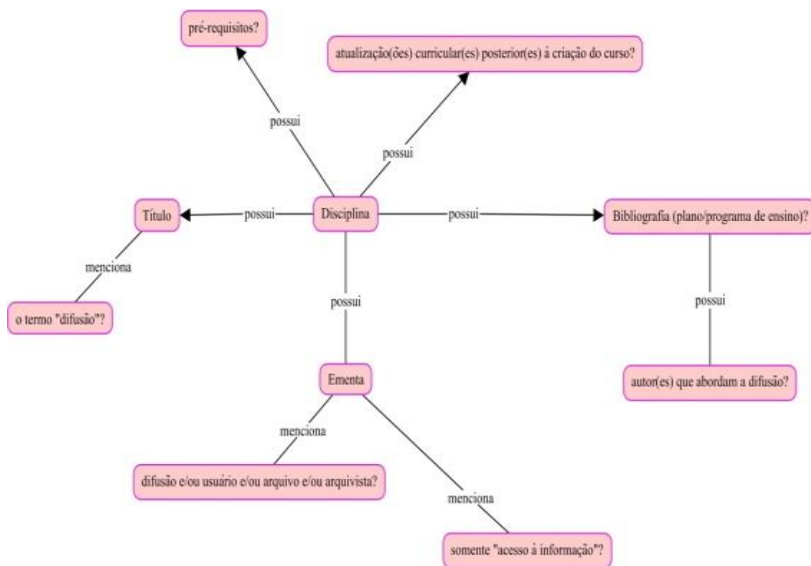
Nesse sentido, pretende-se que algumas questões sejam trazidas à tona – para serem confirmadas, ou refutadas – sobre as características curriculares destes cursos, a fim de analisar de que forma acontece, ou não a incorporação da difusão na Arquivologia nestes espaços.

Dentro do escopo de objetivos específicos, o primeiro objetivo específico – identificar a abordagem da difusão na Arquivologia no escopo da literatura em Arquivologia, Ciência da Informação e Educação – já foi abarcado pela revisão de literatura. Por esta razão, a seguir apresentar-se-á um mapa mental (Figura 10), cujo objetivo é o de listar questões que nortearão a análise dos conteúdos presentes nas

disciplinas pesquisadas, de acordo com o segundo objetivo específico – caracterizar a abordagem da difusão na Arquivologia nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil.

Observar-se-á que, além dos títulos e ementas das disciplinas, foi incluída a bibliografia utilizada pelo docente que ministra a disciplina, considerando para tanto os planos/programas de ensino mais recentes de que a universidade dispunha (preferencialmente aqueles relacionados a disciplinas ministradas no segundo semestre de 2017). As inferências a partir da listagem da bibliografia utilizada na prática docente em sala de aula auxiliarão também a perceber, a relação das disciplinas com a difusão na Arquivologia, por meio dos autores utilizados.

Figura 10: Questões propostas para as disciplinas da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As questões propostas para o segundo objetivo específico, assim como a revisão de literatura levada a cabo anteriormente, contribuirão para a consecução do terceiro objetivo específico, que busca “apontar possíveis categorias de uso para o termo ‘difusão’, no âmbito pesquisado”. Por isso, a análise de conteúdo também tem o intuito de identificar de que maneira os cursos de graduação em Arquivologia, pelo Brasil, abordam a difusão na Arquivologia em suas disciplinas, o

que reflete no ensino e no processo formativo do profissional que atuará ativamente em arquivos.

6.2.2 Exploração do material

A escolha categorial respeita o que Bardin (2011, p. 119) define como categorização feita por caixas, em que “[...] é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados”. Neste caso, as categorias são decididas previamente, ou seja, antes da análise propriamente dita das mensagens presentes nos currículos. Estas categorias foram criadas a partir da fundamentação teórica e da revisão de literatura realizadas nesta dissertação, o que fez com que elas se detivessem nos termos que a literatura científica apresenta como sinônimos para a difusão na Arquivologia (Quadro 21):

Quadro 21 – Categorias de análise e suas justificativas

Categorias de análise	Justificativa	Autores
Difusão	[...] a difusão é a ação de fazer conhecer, de por em valor, de transmitir ou de deixar acessíveis uma ou várias informações contidas em documentos de arquivos a seus usuários (pessoas ou organismos) conhecidos ou potenciais para responder a suas necessidades específicas. A difusão dos arquivos é ainda uma atividade de múltiplos aspectos, pois compreende todas as relações mantidas pelo pessoal do centro de arquivos com sua clientela interna ou externa, e isso, nas três idades dos documentos.	Charbonneau (2008, p. 374, tradução nossa).
Divulgação	[...] conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos [...], por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências.	Arquivo Nacional (2005, p. 72).
Disseminação	[...] fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação.	Arquivo Nacional (2005, p. 71).
<i>Marketing</i>	[...] se trata de uma ferramenta de	Almeida,

Categorias de análise	Justificativa	Autores
	reconhecida importância para a gestão documental em sua interface com os usuários, já que tem como principal objetivo conhecer e atender às necessidades dos usuários.	Silva e Freire (2010, p. 235).
	Marketing é a visão da unidade de informação como um negócio, baseado na troca, buscando equilibrar oferta e demanda, a partir do conhecimento dos interesses da clientela para desenvolver produtos e serviços adequados a esses interesses.	Amaral (2000, p. 2).
Acesso	1. Possibilidade de consulta a documentos e informações; 2. Função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização.	Arquivo Nacional (2005, p. 15).
Utilização	[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.	Brasil (2004).
Consulta	Acesso: 1. Possibilidade de consulta a documentos e informações.	Arquivo Nacional (2005, p. 15).
Educa*	A fonte educativa propiciada pelo arquivo pode ser uma grande aliada no processopedagógico das escolas, auxiliando no ensino de matérias como História, Português, Ciências, ao oferecer uma gama de documentos.	Andrade (2016, p. 87).
Pedago*	[...] programas de capacitação voltados ao uso de novas ferramentas tecnológicas, tendo como pano de fundo o uso do hipertexto ¹⁹ , poderão	Silva Neto, Lima e Maciel (2010, p. 131).

¹⁹ O artigo se refere aos arquivos digitais e sua relevância para o ensino da Arquivologia.

Categorias de análise	Justificativa	Autores
	proporcionar o engrandecimento intelectual na formação pedagógica do arquivista, visando sempre ao acesso otimizado da informação [...].	
Cultura*	Na ótica da informação enquanto gênero da prática social, os percursos de pesquisa com abordagem socioantropológica tiveram início com a observação da escola como um campo de praticas simbólicas e vetor de uma “cultura informacional” – entendida como aquela que classifica os sujeitos como produtores, mediadores e receptores de conhecimentos e informações, de acordo com os seus <i>habitus</i> e a posse de determinados capitais culturais e familiares.	Marteleto (2017, p. 43).
Descri*	A descrição arquivística, por sua vez, juntamente com a avaliação e classificação, são funções cruciais para a organização dos arquivos. Tratam-se das principais metodologias de difusão e acesso à informação, em que consiste a Representação em Arquivos.	Barros e Martins (2015, p. 142).
Representação	[...] depois de criado um Comitê de Normas de Descrição no Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1989, é que a representação das informações arquivísticas, tendo em vista o controle e o acesso, passou a ser, efetivamente, encarada como uma das etapas essenciais do trabalho arquivístico.	Rodrigues (2003, p. 214).
Mediação	[...] começa-se a discutir sobre uma mediação voltada para o usuário ativo – chamada de mediação pós-custodial – que reconhece sua necessidade informacional, busca informações para satisfazê-la, que critica e avalia a informação recebida e não mais para o usuário passivo que esperava seu problema ser resolvido pelo profissional	Brandão e Borges (2016, p. 120).

Categorias de análise	Justificativa	Autores
	da informação.	
Competência	[...] a importância dos documentos orgânicos para a narrativa da competência em informação e a ampliação da utilidade potencial do arquivo ou coleção especial além do físico (por exemplo, o reino digital) para outras necessidades do usuário.	Blundell (2013, p. 1, tradução nossa).
Comunicação	A primeira fase corresponde à produção, difusão e acesso à informação orgânica, onde a informação é concebida de maneira estruturada e inteligível. É registrada em um suporte adequado, sendo posteriormente inserida no canal de difusão apropriado, a fim de ser facilmente acessível e de permitir uma comunicação máxima que tenha em conta tudo quanto do ponto de vista legal, cultural e tecnológico [...].	Rousseau e Couture (1998, p. 68).
Arquivo permanente / Arquivos permanentes	A enorme quantidade de documentos que caracteriza o arquivo permanente público <i>versus</i> a necessidade urgente da pesquisa e da divulgação motiva o estabelecimento de políticas de descrição que se concretizam em programas descritivos viáveis e eficazes.	Bellotto (2006, p. 219).
Estudo de usuário /	[...] o usuário de informação assim se constitui quando um indivíduo é abordado a partir de um certo contexto institucional em situação de uso (real ou potencial) de informação, na perspectiva de ações profissionais, portanto, ações sistemáticas e objetivas.	Ortega (2013, p. 156).
Estudo de usuários / Estudos de usuários, público	[...] para a Arquivologia as contribuições resultantes do estudo de usuários vão muito além da sistematização dos processos de recuperação e disponibilização da informação em uma unidade informacional; elas englobam a estruturação de políticas de acesso à informação a partir da necessidade do usuário e perpassam a inserção de tecnologias para a melhoria de serviços.	Cavalcante, Galo e Vendramini (2017, p. 392).

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2018), baseado em Charbonneau (2008), Arquivo Nacional (2005), Almeida, Silva e Freire (2010), Amaral (2000), Brasil (2004), Ortega (2013), Andrade (2016), Silva Neto, Lima e Maciel (2010), Marteleto (2017), Barros e Martins (2015), Rodrigues (2003), Brandão e Borges (2016), Blundell (2013), Rousseau e Couture (1998), Bellotto (2006) e Cavalcante, Galo e Vendramini (2017).

A fim de reunir os dados da pesquisa, as categorias supracitadas foram agrupadas conforme a similaridade de seu significado para a literatura em Arquivologia, totalizando oito categorias, apresentadas como:

Categoria 1: Difusão, divulgação, disseminação, *marketing*;

Categoria 2: Acesso, utilização, consulta;

Categoria 3: Educa*, pedago*;

Categoria 4: Cultura*;

Categoria 5: Descrí*, representação;

Categoria 6: Mediação, competência, comunicação;

Categoria 7: Arquivo permanente / Arquivos permanentes;

Categoria 8: Estudo de usuário / Estudo de usuários / Estudos de usuários, público.

A utilização destas categorias se confronta com o objeto curricular, que possui informações particulares sobre cada universidade e cada curso de graduação em Arquivologia, já que estes aspectos dependem das características contextuais dos entornos a que estão atrelados.

Nesta perspectiva, o currículo delinea o que o curso de graduação deseja do estudante egresso e possui como um de seus componentes as disciplinas, ou seja, conteúdos curriculares que compõem o processo formativo, no ensino superior. Dentro do escopo das disciplinas é possível identificar dois elementos-chave: seus títulos e ementas, que são complementares, pois, somente com um deles não é possível identificar de que se tratam os conteúdos curriculares referidos anteriormente.

Nesse sentido, as oito categorias são aplicadas diretamente às disciplinas dos currículos dos dezesseis cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, seguindo determinadas etapas, quais sejam: a) busca de cada uma das categorias dentro dos textos dos títulos e ementas, do total de disciplinas que compõem cada currículo; b) extração das disciplinas que possuem os termos pesquisados.

Em seguida, é aplicada uma nova categorização, com vistas a eliminar da pesquisa possíveis disciplinas que tenham sido recuperadas pela primeira categorização, mas que não tenham como objetivo de ensino a difusão na Arquivologia. Esta segunda parte das categorizações observa: a) se o objetivo da disciplina é o ensino da difusão na Arquivologia; e em segunda instância, b) se o título e, ou a ementa da disciplina contemplam os termos “arquivo” e seus derivados, “unidade(s) de informação”, “acervo”, “informação” e, ou “instrumento(s) de pesquisa”, como maneira de confirmar o direcionamento da disciplina para a difusão na Arquivologia.

Após passar por estes dois filtros categoriais, realiza-se a análise das disciplinas incluídas na pesquisa, por meio da análise de conteúdo. A maneira com que estas disciplinas são analisadas relaciona-se às temáticas que estão incorporadas nelas, por isso, para caracterizar os currículos pesquisados, foi identificado que estes instrumentos deveriam possuir ao menos dois dados obrigatórios: menção ao título e à ementa de cada uma das disciplinas. Quanto às disciplinas pesquisadas, incorporaram a pesquisa todas as disciplinas gerais e específicas, obrigatórias e optativas ministradas pelos 16 cursos de graduação em Arquivologia. Para o caso das optativas, considerou-se para a pesquisa aquelas que foram mencionadas pelos currículos dos cursos, pois, caso não houvesse menção a optativas, não fariam parte da pesquisa.

Depois da realização da análise de conteúdo, ocorreu uma paralelização entre as disciplinas analisadas e a bibliografia que os docentes utilizam para ministrá-las, no intuito de relacionar os autores utilizados e inferir se essas disciplinas estão mais, ou menos próximas da temática da difusão na Arquivologia.

A abrangência para o estudo, buscada com a análise de conteúdo, está relacionada ao anseio de verificar de que maneira a difusão na Arquivologia é expressa no ensino de Arquivologia no Brasil. Também procura, por meio desta constatação, observar se as universidades que contemplam esta temática estão voltadas para a formação do arquivista como responsável socialmente pelas informações que administra.

6.2.3 Tratamento dos resultados e interpretações

As características contextuais que pervagam o ensino de Arquivologia no Brasil dependem de algumas diretrizes legais que foram sendo construídas ao longo do tempo, de acordo com o que se entende por Arquivologia e pelo trabalho do arquivista nos arquivos. Temos, então, a já mencionada Lei n. 6.546/1978, dispondo sobre as

atribuições do arquivista e do técnico de arquivo, que foi precedida por resolução do então Conselho Federal de Educação (CFE) – Resolução n. 28, de 1974 – a qual estabelecia o currículo mínimo de Arquivologia,

[...] cujo conteúdo seria [...]: Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Arquivo I-IV, Documentação, Introdução à Administração, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Paleografia e Diplomática, Introdução à Comunicação, Notariado e uma língua estrangeira moderna (ARQUIVO NACIONAL, 1979 *apud* MARQUES, 2011, p. 237).

Esta proposta de currículo mínimo, no entanto, não encontra mais viabilidade desde os anos 2000, momento em que “a [...] LDB [...], inciso II do artigo 53, cria a necessidade de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e **permite a eliminação dos chamados currículos mínimos**, tornando os currículos de graduação mais flexíveis [...]” (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 73, grifo nosso). Dadas as mudanças legislativas, a demanda de mercado por um arquivista que domine arquivos em meio eletrônico, que leve em consideração as disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), que considere a preservação e a difusão das informações orgânicas, independentemente de suportes informacionais, colabora para que, cada vez mais, os currículos de Arquivologia respeitem as características contextuais intrínsecas aos documentos de arquivo, sem esquecer, contudo, das características basilares deste processo formativo, constituído, por exemplo, pelas funções da Arquivologia.

No intuito de esclarecer as características curriculares para cursos de graduação em Arquivologia, com base em Couture, Martineau e Ducharme (1999), Negreiros, Silva e Arreguy (2012) apresentam metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular destes cursos, pois asseveram que, “[...] desde meados dos anos 1990, os cursos de Arquivologia implantados no país vêm passando por ajustes, de modo a adequar os currículos à ideia da flexibilização curricular e ao fim dos chamados currículos mínimos” (p. 1104). Os conteúdos e habilidades necessários ao processo formativo do arquivista, na visão destes autores foi demonstrado detalhadamente na subseção 4.2.

Tomados como base para o ensino de Arquivologia no Brasil, a Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002, o Parecer CNE/CES 492/2001 e o Parecer CNE/CES 1363/2001 contribuem para delinear e delimitar o que deve conter nos projetos pedagógicos e nos currículos de ensino superior, com enfoque nos cursos de graduação em Arquivologia.

Quando menciona o perfil dos formandos em Arquivologia, o Parecer CNE/CES 492/2001 dispõe que, dentre as habilidades que o arquivista deve ter quando da conclusão do curso, é necessária a aproximação com a difusão:

a) Gerais

[...]

- ❖ gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- ❖ formular e executar políticas institucionais;
- ❖ elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- ❖ desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- ❖ traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;

[...]

b) Específicas

- ❖ planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
- ❖ realizar operações de arranjo, descrição e difusão (BRASIL, 2001).

Tendo visto que as habilidades propostas para o arquivista reúnem aspectos que são de possível correlação com a difusão, se espera que os currículos dos cursos também estejam em sintonia e ofereçam disciplinas aos estudantes que contemplem as temáticas propostas. Nota-se que, também nos textos legais, a difusão é tratada como processo complexo que envolve o arquivista, a informação orgânica e o público, além de considerar que características como cultura, identidade, percepção da sociedade devem ser levadas em conta, para o processo formativo deste profissional.

Recentemente, evidenciado pela Lei n. 12.343, de 02 de dezembro de 2010, foi elaborado o Plano Nacional de Cultura (PNC), como um

[...] conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. [...] Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil (BRASIL, 2010).

Inserido neste projeto com vigência de 10 anos – válido até 02 de dezembro de 2020 – está o Plano Setorial de Arquivos, criado a partir da instituição, em 2012, do Colegiado Setorial de Arquivos, subordinado ao Conselho Nacional de Políticas Culturais, do Ministério da Cultura. Este Plano busca fomentar políticas públicas voltadas a perceber os arquivos como unidades de informação e entidades promotoras de cultura, promovendo sua aproximação com a sociedade da informação.

O Plano Setorial de Arquivos 2016-2026 que aqui se apresenta é um instrumento que propõe ações de curto, médio e longo prazo visando criar um arcabouço básico para cumprimento da legislação arquivística e dos dispositivos legais acima referenciados. As medidas propostas envolvem, crucialmente, uma política integrada do Governo Federal com o Distrito Federal, Estados e Municípios (COLEGIADO DE ARQUIVOS, 2016).

Este documento está situado em três eixos norteadores, quais sejam: Eixo 1. Interação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) com o Sistema Nacional de Cultura (SNC); Eixo 2. Arquivos, cidadania, diversidade e direitos culturais; e Eixo 3. Arquivos, consolidação da economia da cultura e desenvolvimento socioeconômico. Seu conteúdo expressa proximidade com a difusão na Arquivologia como processo necessário para tomar conhecimento sobre acervos como insumos para tomadas de decisões e para reconhecimento, por parte da sociedade, de sua identidade.

O Colegiado de Arquivos (2016) indica que, para que haja proximidade entre o SINAR e o SNC, deve haver a contratação de recursos humanos que vislumbrem uma nova perspectiva para a Arquivologia, a qual engloba e relaciona preservação, acesso, difusão cultural e educação patrimonial. Em um dos objetivos propostos para o Eixo 1, é mencionada a difusão como participante de um programa anual dentro dos arquivos: “META 19. Até 2020, 100% das instituições arquivísticas estaduais e distrital e 100% das instituições arquivísticas municipais das capitais com pelo menos duas atividades anuais de difusão de seus acervos e de mediação cultural”.

Dentre as estratégias e ações para a difusão, propostas pelo Plano, destacam-se:

Incentivar iniciativas de difusão de acervos arquivísticos em diferentes linguagens e suportes; [...] ampliar a divulgação dos acervos arquivísticos nos meios de comunicação, potencializando o uso dos canais alternativos e estimulando as redes públicas (incentivando programas pela rádio, televisão e internet); [...] criar iniciativas integradas de capacitação de profissionais de arquivo com foco em ações educativas; [...] aprofundar a relação entre arquivos e turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores; e como meta, [...] conceder, até 2025, pelo menos 50 bolsas de pesquisa em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação sobre temas que contemplem a diversidade cultural de povos e comunidades tradicionais e indígenas [...], grupos de cultura popular, LGBT ou de pessoas com deficiência.

É neste contexto de integração entre o ciclo de vida documental, a preservação informacional e sua difusão para a sociedade, dadas as especificidades deste público, que está embasada a análise de conteúdo dos currículos das 16 universidades brasileiras que possuem o curso de graduação em Arquivologia. Nota-se que, em contexto brasileiro, há caminhos no sentido de incorporar a difusão com mais veemência como um processo fundamental da gestão de documentos e observar-se-á se, nesse sentido, os currículos também acompanham esta nova perspectiva para a Arquivologia.

Quanto à análise propriamente dita, a primeira parte da busca categorial, que englobou as oito categorias propostas pela pesquisa, de um total de 997 disciplinas integrantes dos 16 cursos de graduação em Arquivologia, recuperou 331, retiradas as possíveis disciplinas repetidas entre duas ou mais categorias. A partir desses dados, é possível calcular a frequência de ocorrência das categorias e, para Bardin (2011, p. 22), no momento em “[...] que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência [...], toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações” (Tabela 3). Para esta pesquisa, na presença de registros duplicados, identificou-se, com base na leitura das ementas, qual a temática predominante.

Tabela 3 – Frequência de ocorrência das categorias (primeira parte da busca categorial)

Categoria	Frequência de ocorrência das categorias
Categoria 1: Difusão, divulgação, disseminação, <i>marketing</i> ;	33
Categoria 2: Acesso, utilização, consulta;	31
Categoria 3: Educa*, pedago*;	18
Categoria 4: Cultura*;	89
Categoria 5: Descrí*, representação;	62
Categoria 6: Mediação, competência, comunicação;	61
Categoria 7: Arquivo permanente / Arquivos permanentes;	22
Categoria 8: Estudo de usuário / Estudo de usuários / Estudos de usuários, público.	15
Total de disciplinas recuperadas (após retiradas as duplicações)	331

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao observar que de 997 disciplinas totais que se tinha inicialmente, 331 restaram após a primeira parte da busca categorial, temos que aproximadamente 33% das disciplinas dos 16 cursos pesquisados foram encontradas, a partir dos termos buscados.

Este dado, porém, não significa em um primeiro momento que todas as 331 disciplinas mantenham relação direta com a difusão na Arquivologia, o que será confirmado, ou não a partir da verificação sobre se o objetivo das disciplinas é o ensino da difusão na Arquivologia e se o título e, ou a ementa das disciplinas contemplam os termos “arquivo” e seus derivados, “unidade(s) de informação”, “acervo”, “informação” e, ou “instrumento(s) de pesquisa”.

Alguns dos entraves encontrados, ou seja, as razões pelas quais algumas das disciplinas foram excluídas da análise após passar pela segunda parte da busca categorial, se deveram a que havia: disciplinas

cujo foco era direcionado a outras áreas de estudo, como a Biblioteconomia, a Museologia, Letras (com variações em LIBRAS e idiomas); ou disciplinas que não tinham por objetivo a difusão na Arquivologia.

Nesse sentido, a Tabela 4 a seguir apresenta o número total das disciplinas, em relação às categorias propostas, que foi recuperado ao final da segunda parte da busca categorial:

Tabela 4 – Total de disciplinas recuperadas (segunda parte da busca categorial)

Categoria	Total de disciplinas recuperadas por categorias
Categoria 1: Difusão, divulgação, disseminação, <i>marketing</i> ;	15
Categoria 2: Acesso, utilização, consulta;	02
Categoria 3: Educa*, pedago*;	03
Categoria 4: Cultura*;	03
Categoria 5: Descri*, representação;	19
Categoria 6: Mediação, competência, comunicação;	02
Categoria 7: Arquivo permanente / Arquivos permanentes;	12
Categoria 8: Estudo de usuário / Estudo de usuários / Estudos de usuários, público.	10
Total de disciplinas recuperadas	66

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Identifica-se a relevância de proceder com a segunda busca categorial pelo fato de que foi observado grande número de exclusão de disciplinas, por incompatibilidade com os requisitos pré-determinados. Em relação ao primeiro resultado, de 331 disciplinas recuperadas e considerando os motivos para exclusão, restaram 66 disciplinas para a análise, ou seja, aproximadamente 20% do total compreendido pela primeira busca categorial.

Partindo para a identificação das 66 disciplinas incorporadas à análise, em relação às categorias a que foram atreladas e às universidades em que são ministradas, tem-se o Quadro 22 a seguir:

Quadro 22 – Disciplinas incorporadas à análise

Categoria	Nº de ordem	Disciplina	Universidade	Presença da categoria no título	Presença da categoria na ementa
1 Difusão, divulgação, disseminação, marketing.	1	Difusão arquivística	FURG	X	X
	2	Difusão em arquivos	UEL	X	X
	3	Marketing em serviços de informação	UFBA	X	X
	4	Disseminação da informação arquivística	UFBA	X	X
	5	Marketing em unidades de informação	UFPB	X	X
	6	Difusão em arquivos	UFRGS	X	X
	7	Marketing em arquivo	UFSC	X	X
	8	Referência e difusão em arquivos	UFSM	X	X
	9	Técnicas de recuperação e disseminação da informação	UNIRIO	X	X
	10	Gestão de Instituições Arquivísticas	UFPA		X
	11	Reprografia	UFSM		X
1 Difusão, divulgação, disseminação, marketing.	12	Tecnologia da informação I	UFPB		X
	13	Tecnologia da informação arquivística	UFPB		X
	14	Tecnologia da informação arquivística	UFBA		X
	15	Gestão de Arquivos	UFAM		X

Categoria	Nº de ordem	Disciplina	Universidade	Presença da categoria no título	Presença da categoria na ementa
2 Acesso, utilização, consulta.	16	Interação comunitária I	UFSC		X
	17	Políticas de acesso à informação arquivística	UNIRIO	X	X
3 Educa*, pedago*.	18	Educação patrimonial	FURG	X	X
	19	Leitura, acervos e ação cultural	UFF		X
	20	Serviços educativos em arquivos	UFES	X	X
4 Cultura*.	21	Ação cultural e educacional nos arquivos	UFBA	X	X
	22	Ação cultural em unidades de informação	UFF	X	X
4 Cultura*.	23	Elaboração de projetos de financiamento e fomento	UFMG		X
5 Descri*, representação.	24	Descrição arquivística	FURG	X	X
	25	Descrição de documentos	UEL	X	X
	26	Análise documentária em arquivos	UEL		X
	27	Representação da informação	UEPB	X	X
	28	Descrição arquivística	UFBA	X	X
	29	Arranjo e descrição de documentos	UFES	X	X
	30	Descrição arquivística	UFF	X	X

Categoria	Nº de ordem	Disciplina	Universidade	Presença da categoria no título	Presença da categoria na ementa
	31	Análise documentária e recuperação da informação I	UFF		X
	32	Representação descritiva da informação arquivística	UFPB		X
	33	Descrição arquivística	UFRGS	X	X
5 Descri*, representação.	34	Descrição arquivística	UFSC	X	X
	35	Introdução à representação descritiva	UFSC	X	X
	36	Organização e tratamento de materiais especiais	UNB		X
	37	Descrição documental	UNESP	X	X
	38	Arranjo e descrição de documentos	UNIRIO	X	X
	39	Arranjo e descrição de documentos I	UFSP	X	X
	40	Representação Arquivística I	UFPA	X	X
	41	Representação Arquivística II	UFPA	X	X
	42	Arranjo e Descrição de Documentos	UFAM	X	X
6 Mediação, competência, comunicação.	43	Mediação cultural em arquivos	UFES	X	X
	44	Competência informacional	UFSC	X	X
7 Arquivo permanente /	45	Arquivos permanentes	UEPB		X
	46	Arquivos permanentes	UFBA		X

Categoria	Nº de ordem	Disciplina	Universidade	Presença da categoria no título	Presença da categoria na ementa
Arquivos permanentes.	47	Arquivos permanentes	UFF	X	
7 Arquivo permanente / Arquivos permanentes.	48	Arquivos permanentes I	UFMG		X
	49	Arquivos permanentes II	UFMG	X	
	50	Laboratório de práticas integradas IV	UFPB		X
	51	Laboratório de práticas integradas III	UFPB		X
	52	Gestão de documentos em arquivos permanentes	UFPB		X
	53	Arquivos permanentes	UFSC	X	X
	54	Arquivo permanente 2	UNB		X
	55	Arquivo permanente 1	UNB	X	X
	56	Arquivos permanentes	UNESP	X	X
8 Estudo de usuário / Estudos de usuário / Estudos de usuários, público.	57	Serviços e usuários da informação em arquivos	UNESP	X	X
	58	Usos e usuários da informação arquivística	UEPB	X	X
8 Estudo de usuário / Estudos de	59	Usos e usuários da informação arquivística	UFES	X	X
	60	Serviços de referência e informação I	UFF		X

Categoria	Nº de ordem	Disciplina	Universidade	Presença da categoria no título	Presença da categoria na ementa
usuário / Estudos de usuários, público.	61	Estudos de usuários de arquivo	UFMG	X	X
	62	Estudos de usuário da informação	UFPB		X
	63	Estudo de usuário da informação	UFSC	X	X
	64	Estudo de usuários	UNB	X	X
	65	Usos e usuários da informação arquivística	UNIRIO	X	X
	66	Estudo do Usuário de Arquivos	UFAM	X	X

Fonte: Dados da pesquisa (2018), baseados em Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018), Universidade Federal de Santa Maria (2018), Universidade Federal Fluminense (2018), Universidade de Brasília (2018), Universidade Federal da Bahia (2018), Universidade Estadual de Londrina (2018), Universidade Federal do Espírito Santo (2018), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018), Universidade Estadual Paulista (2018), Universidade Estadual da Paraíba (2018), Universidade Federal do Amazonas (2018), Universidade Federal do Rio Grande (2018), Universidade Federal da Paraíba (2018), Universidade Federal de Minas Gerais (2018), Universidade Federal de Santa Catarina (2018) e Universidade Federal do Pará (2018).

A partir de uma primeira análise nas 66 disciplinas que englobam o escopo de estudo da difusão na Arquivologia, partimos para a análise de seus conteúdos, demonstrando as especificidades contidas em seus títulos, ementas e correlacionando-os à bibliografia utilizada para o seu ensino e à presença, ou não de disciplinas que sejam seus pré-requisitos (Quadro 23).

Quadro 23 – Análise do conteúdo das 66 disciplinas

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
1	Difusão arquivística	Fundamentos de Marketing. Conceito de produto, bem e serviço na área da informação. Comunicação, divulgação e difusão dos serviços e produtos de sistemas arquivísticos. Políticas de difusão. Estudos de usuários dos serviços de informação. Necessidades de informação diferenciadas de acordo com os públicos.	OB	Descrição arquivística	<ul style="list-style-type: none"> - ALBERCH, R. Archivos y cultura: manual de dinamización (2001). - ALBERT, R.; BOADAS, J.. La función cultural de los archivos (1991). - SILVEIRA, A.; AMARAL, S. A.. Marketing em unidades de informação: estudos brasileiros (1993). - FREITAS, H. M. R.. A informação como ferramenta gerencial: um telessistema de informação em marketing para o apoio à decisão (1993). - ZANON, E. R.. Educação patrimonial: da teoria à prática (2009). - MUNDET, J. R. C.. Manual de arquivística (1994).

²⁰ OB significa “disciplina obrigatória” e OP significa “disciplina optativa”.

²¹ A Bibliografia Complementar foi mencionada, quando havia. Quando não, foi utilizada somente a Bibliografia Básica.

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
2	Difusão em arquivos	O marketing como uma função organizacional. Fundamentos do marketing e sua evolução histórica. Processo de desenvolvimento de produtos e serviços. Arquivos públicos e privados: função e caracterização. Políticas de segmentação: definição do mercado alvo. Estratégias de marketing.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - ANDRADE, C. T. S.. Curso de relações públicas: relacionamento com os diferentes públicos (2003). - TORQUATO, G.. Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas (2005).
3	Marketing em serviços de informação	Conceituação, evolução e tipos de marketing. Estratégia de comunicação e planejamento de marketing. Sistemas de inteligência de marketing. Utilização do marketing em unidades e serviços de informação.	OP	Administração de unidades de informação	<ul style="list-style-type: none"> - AMARAL, S.. Marketing e desafio profissional em unidades de informação (1996). - BARBARA, A. C. Um banco de dados para fins de marketing: a experiência do CIN (1996). - LIMA, R. C.. Marketing de produtos de informação (1994). - OTTONI, H.. Bases do marketing para unidades de informação (1996).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
4	Disseminação da informação arquivística	Serviço de Disseminação de Informação: conceituação, objetivos e funções. O Serviço de Referência em Arquivos: métodos e técnicas. Estudo de usos e usuários das informações arquivísticas. O acesso à informação arquivísticas nas diferentes idades da documentação.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - BARROS, M. H. T. C. de. Disseminação da informação (2003). - BIANCARDI, A. M.. Acesso à informação em arquivo público: uma reflexão (1999). - CARVALHO, I. C. L.. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem (2000). - COSTA, C. M.; FRAIZ, P.. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: estudos históricos (1990). - DHOLAKIA, N.; MUNDORF, N.; DHOLAKIA, R. R.. Novos serviços de informação e comunicação: um quadro de referência estratégico (1997). - DUCHEIN, M.. Los obstaculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia en los archivos (1983). - FIGUEIREDO, N. M.. Evolução e avaliação do serviço de referência (1974). - FIGUEIREDO, N. M.. Metodologia para promoção do uso da informação (1990).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
4		Continuação			<ul style="list-style-type: none"> - FERREIRA, S.. Novos paradigmas da informação e novas percepções do usuário (1996). - FONSECA, M. O.. Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais (s/a). - FORDE, H.. Formación del personal y los usuarios em el manejo adecuado del material de archivo (1991). - GROGAN, D.. A prática do serviço de referência (2001). - JARDIM, J. M.. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação (1999). - JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O.. Estudo de usuários em arquivos: em busca de um estado de arte (2006) - NAVARRO BONILLA, D.. El servicio de referencia archivístico: retos y oportunidades (2007). - PEREZ, C. B.; MENEZES, P. L.. O usuário e o direito à informação (2007).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
5	Marketing em unidades de informação	Evolução do Marketing, técnicas e funções. Marketing em Unidade de Informação. Plano de marketing. Auditoria do marketing. Endomarketing. Marketing pessoal.	OB	Teoria geral da Administração	<ul style="list-style-type: none"> - AMARAL, S. A. do. Marketing e desafio profissional em unidade de informação (1996). - OLIVEIRA, M. de; NOVAIS, E. S.; SILVA, I. da. Sistema de informação de marketing em unidades de informação (2004). - OTTONI, H. M.. Bases do marketing para unidades de informação (1996). - AMARAL, S. A. do. Os 4 Ps do composto de marketing na literatura de ciência da informação (2000). - AMARAL, S. A. do. Marketing na Ciência da Informação (2007). - SILVA, A. F. G. da. Marketing em unidades de informação: revisão crítica (1999/2000). - AMARAL, S. A. do. Ações de promoção na Internet (2004). - ARAÚJO, W. J. de. Ferramentas para promoção em web sites de unidades de informação (1999/2000). - OLIVEIRA, Â. M.; PEREIRA, E. C.. Marketing de relacionamento para a gestão de unidades de informação (2003). - AMARAL, S. A. do. Marketing da informação eletrônica (1994). - AMARAL, S. A. do. Marketing no ciberespaço: o desafio profissional das unidades de informação brasileiras no contexto da sociedade da informação (1999/2000). - AMARAL, S. A. do. Do marketing à auditoria em serviços de informação (1992).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
6	Difusão em arquivos	Fundamentos do marketing e sua evolução histórica. Estratégias de marketing. Estudo de usuários e comunidades. Meios de difusão em arquivos.	OB	Descrição arquivística	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2004). - COUTURE, C.; R., J.-Y.. Os fundamentos da disciplina arquivística (1998). - SILVA, D. B. dos S.; et al.. Fundamentos de marketing (2011). - ALBERCH I FUGUERAS, R.. Difusión y acción cultural (2011). - ALBERT, R.; BOADAS, J.. La funcion cultural de los archivos (1991). - DIAS, M. M. K.; PIRES, D.. Usos e usuários da informação (2004). - FIGUEIREDO, N. M. de. Estudo de uso e usuários da informação (1994). - GONZÁLES TERUEL, A.. Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales (2005). ROCKEMBACH, M.. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional (2015). - SANTOS, V. B. dos. Una propuesta de marketing para un archivo institucional (2007).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
6		Continuação			<p>- COSTA, L. F. da. et al.. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade (2010).</p> <p>- FERREIRA, S. M.. Estudo de necessidades de informação: dos paradigmas tradicionais à abordagem sense-making (1997).</p> <p>- FRATINI, R.. Educação patrimonial em arquivos (2009).</p> <p>- HORTA, M. de L. P.; GRÜNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q.. Guia Básico de Educação Patrimonial (1999).</p> <p>- MENEZES, P. L.. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil (2012).</p>
7	Marketing em arquivo	Marketing: histórico e evolução. Marketing, técnicas e funções. Marketing aplicado em Arquivo. Plano de Marketing. Auditoria do Marketing. Endomarketing.	OP	Não possui	Nenhuma bibliografia aborda o <i>marketing</i> aplicado em arquivos.

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
8	Referência e difusão em arquivos	Reconhecer a importância do serviço de referência, marketing e difusão em arquivos; desenvolver e implementar políticas de acesso às informações arquivísticas; aplicar mecanismos de socialização das informações arquivísticas.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
9	Técnicas de recuperação e disseminação da informação	Sistema de recuperação da informação. Subsistemas de saída: negociações de questões, estratégias de busca, recuperação e disseminação da informação. Utilização das novas tecnologias para recuperação e disseminação da informação. Serviços de recuperação e disseminação da informação. Avaliação dos subsistemas de saída.	OP	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<ul style="list-style-type: none"> - BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B.. Recuperação de Informação: Conceitos e Tecnologia das Máquinas de Busca (2013). - EIRÃO, T. G.. Disseminação seletiva da informação: uma abordagem (2009). - FURNIVAL, A. C.. Os fundamentos da lógica aplicada à recuperação da informação (2002). - SOUTO, L. F.. Informação Seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva de informações (2010). - HOSSAIN, M. J.; ISLAM, M. S.. Selective Dissemination of Information (SDI) service: a conceptual paradigm (2012). - LOPES, I. L.. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura (2002). - SOUZA, R. R.. Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web: panorama atual e tendências (2006).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
10	Gestão de Instituições Arquivísticas	<p>Conceitos de instituições arquivísticas. Funcionamento, marketing, programas culturais e educativos nos arquivos. Localização, estrutura física e organizacional. Instituições arquivísticas públicas. Órgãos de arquivo em instituições privadas. Gestão de recursos humanos, materiais e financeiros. Alocação de recursos financeiros. Difusão da informação. Serviços de referência.</p>	OB	Não possui	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
11	Reprografia	Reconhecer a importância das técnicas para o processo de difusão; Conhecer as possibilidades pela aplicação das técnicas reprográficas; Reconhecer a importância e a necessidade de inter-relacionar as técnicas arquivísticas com as reprográficas.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
12	Tecnologia da informação I	Tecnologias da informação e sociedade do conhecimento. Tecnologias de tratamento e armazenamento da informação. Aplicação das tecnologias da informação nos serviços de transferência e disseminação da informação. Redes de telecomunicação e de computadores.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais (2004). - O'BRIEN, J. A.. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet (2004). - FEITOSA, A.. Organização da Informação na Web: das tags à Web semântica (2006). - TOMAÉL, M. I.. Fontes de informação na Internet (2008). - VIDOTTI, S. A. B. G.. Tecnologia e conteúdos informacionais (2004). - BLATTMANN, Ú.; FACHIN, G. R. B.; RADOS, G. J. V.. Recuperar a informação eletrônica pela internet (2002). - CEDÓN, B. V.. Ferramentas de busca na Web (2001). - NAHUZ, F.. World Wide Web: aspectos teóricos dos mecanismos de busca (s/a).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
13	Tecnologia da informação arquivística	Disseminação da informação por processos eletrônicos. Bases de Dados. Bibliotecas eletrônicas, digitais, virtuais. Sistemas de gerenciamento de periódicos eletrônicos. Arquivos abertos, padrões para intercâmbio de informação eletrônica e metadados. Documento eletrônico digital. Processo de digitalização de documentos. Tecnologias para micro-imagens documentais. Sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos. Recuperação da informação digital.	OB	Tecnologia da informação o I	<ul style="list-style-type: none"> - SANTOS, V. B. dos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística (2005). - Análisis de vulnerabilidades computacionales en repositorios digitales (s/a).²² - Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital (s/a).²³

²² Autor não informado pelo plano/programa de ensino.

²³ Autor não informado pelo plano/programa de ensino.

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
14	Tecnologia da informação arquivística	Tecnologias utilizadas no tratamento, transmissão e difusão da informação. Evolução permanente das tecnologias. Contribuição das tecnologias da informação para o desenvolvimento científico, tecnológico e social. O uso destas tecnologias nos serviços de informação. O computador e os recursos de teleinformática no processo e transmissão de dados.	OB	Não possui	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional
15	Gestão de Arquivos	Diretrizes para gestão de arquivos: avaliação, marketing, programas culturais e educativos. Arquivos de instituições pública, privada e do terceiro setor. Gestão de recursos humanos, materiais e financeiros.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
16	Interação comunitária I	Inserção em ambientes públicos de acesso à informação. Organização, acesso e democratização aos serviços de informação. Atividades integradoras para acesso à informação pela sociedade.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - AUN, M. P., MOURA, M. A.. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas (2007). - CANELA, G.; NASCIMENTO, S.. Acesso à informação e controle social das políticas públicas (2009).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
17	Políticas de acesso à informação arquivística	Conceito de política de acesso. Legislação de acesso. Acesso nas três idades. Política de acesso nos arquivos públicos e privados.	OP	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTO. H. L.. Arquivos Permanentes: Tratamento Documental (2004). - CARVALHO, I.; KANISKI, A. L.. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? (2000). - CHAUI, M.. Cultura política e Política Cultural (1995). - COSTA, C.; FRAIZ, P.. Acesso à informação nos arquivos brasileiros (1989). - MENDEL, T.. O direito do público a estar informado (1999). - MONTIEL, R.. Arquivística: um olhar sobre a memória (1996). - NOGUEIRA JUNIOR, A.. Cidadania e direito de acesso aos documentos administrativos (2003). - ROCHA, M. P. C.. A questão da cidadania na sociedade da informação (2000).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
18	Educação patrimonial	Educação e Patrimônio Histórico-Cultural: suportes teóricos e metodológicos. As relações entre patrimônio, Memória, História, Educação, e Pesquisa, Ensino e Extensão. Patrimônio Arquivístico: fundamentos de organização, conservação e divulgação de acervos.	OP	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - MILDER, S. E. S.. Educação patrimonial: perspectivas (2005). - PELEGRINI, S.. Patrimônio cultural: consciência e preservação (2009). - GRUNBERG, E.. Manual de atividades de educação patrimonial (2007). - OLIVEIRA, C. A. P.. Educação patrimonial no IPHAN (2011). - CAMARGO, H. L.. Patrimônio histórico e cultural (2002). - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2006). - HORTA, M. de L. P.. Guia básico de educação patrimonial (2009). - SOARES, A.. Educação patrimonial: relatos e experiências (2007). - LEMOS, C. A. C.. O que é patrimônio histórico (2006). - SILVA, Z. L. da. Arquivos, patrimônio e memória (1999). - FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. de C. A.. Patrimônio histórico e cultural (2009).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
19	Leitura, acervos e ação cultural	Os acervos de leitura e suas representações, segundo os sujeitos, as sociedades e seus suportes. Acervos como repertório construído e como estoque dado. Memória e acervos: heranças, o patrimônio. Conceito, tipologias e metodologia do trabalho com acervo. Acervo como interpretação e comunicação; acervo e narratividade. Prática leitora e dinamização de acervos: ação política e práxis pedagógica.	OP	Não possui	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
20	Serviços educativos em arquivos	O Arquivo e sua dimensão educacional. Ações educativas em arquivo. Educação Patrimonial em arquivo. Planejamento, implantação e acompanhamento de ações educativas em arquivos. Estudos de casos.	OP	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (1991). - PARRELA, I. D.. Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: Algumas experiências e perspectiva de uso da metodologia (2013). - ALDABALDE, T. V.. Arquivologia e pedagogia arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar (2012). - CALIL, D. X.; PEREZ, C. B.. O Programa de educação Patrimonial do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria pelo viés de ações direcionadas aos educadores (2013). - DELMAS, B.. Arquivos para quê? (2010). - KOYAMA, A. C.. Arquivos online: ação educativa no universo virtual (2015).
21	Ação cultural e educacional nos arquivos	Os arquivos como fonte primária de informação para a gestão cultural e educacional dos cidadãos. Formação da cidadania.	OP	História dos arquivos e dos documentos	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. A política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais (2002). - FAVIER, J.. Arquivos, memória da humanidade (1979). - JARDIM, J. M.. A invenção da memória nos arquivos públicos (1996). - MONTIEL, R.. O arquivo vai à escola: a conquista de novos interlocutores (2000). - SOUZA, K. I. M. Políticas Públicas: o uso dos arquivos na contemporaneidade (1997).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
22	Ação cultural em unidades de informação	A dimensão cultural das estruturas e serviços de informação, modalidades de ação cultural e seus atores, políticas culturais, estado e cultura, bens culturais e a construção e uso de espaços de circulação.	OP	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos (2006). - FREIRE, I. M.. Ação de informação para a cidadania: biblioteca e arquivo escolar (2009). - FREIRE, I. M.. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local (2006). - GABRIEL, V. S.. Ação cultural como ferramenta de comunicação (2005).
23	Elaboração de projetos de financiamento e fomento	Trata da análise e elaboração de projetos de mecenato, dos fundos nacionais e estaduais de cultura, assim como das instituições de fomento à pesquisa científica e tecnológica. Aborda a concepção e organização de projetos, marketing arquivístico e administração de recursos. Analisa o impacto dessas formas de financiamento nas políticas arquivísticas.	OB	Não possui	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
24	Descrição arquivística	Normalização do processo de descrição arquivística. Instrumentos de pesquisa arquivísticos: guia, inventário, catálogo, repertório, edição de fontes primárias e índice. Prática de descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa.	OB	Classificação arquivística	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2006). - SCHELLENBERG, T. R.. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição (1980). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral de Descrição Arquivística (2001). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (2004). - SMIT, J. W.. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (2003). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Descrição arquivística: referências bibliográficas (2004). - ALBERCH I FUGUERAS, R.. Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento (2003).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
25	Descrição de documentos	Princípios de arranjo e descrição de documentos. Normas nacionais e internacionais de descrição de documentos. Aplicabilidade dos instrumentos de pesquisa.	OB	Não possui	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
26	Análise documentária em arquivos	Processos de análise e síntese de documentos visando à elaboração e uso de instrumentos de representação e recuperação da informação no âmbito dos arquivos.	OB	Não possui	<p>- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12676: Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação (1992).</p> <p>- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006).</p> <p>- CINTRA, A. M. M. et al. Para entender as linguagens documentárias (2002).</p> <p>- GUIMARÃES, J. A. C.. A Análise Documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais (2003).</p> <p>- KOBASHI, N. Y.. Análise documentária e representação da Informação (1996).</p> <p>- LANCASTER, F. W.. Indexação e resumos: teoria e prática (2004).</p> <p>- MANINI, M. P.. Análise documentária de fotografias: leitura de imagens incluindo sua dimensão expressiva (2004).</p> <p>- MENEZES, E. M.; CUNHA, M. V. da; HEEMANN, V. M.. Glossário de análise documentária (2004).</p> <p>- MOREIRO E GONZÁLEZ, J. A.; ROBLDANO ARILLO, J.. O conteúdo da imagem (2003).</p> <p>- SMIT, J. W.. Análise documentária: a análise da síntese (1989).</p> <p>- TONELLO, I. M. S.. Processos de análise e síntese na organização de fotografias: um estudo multidisciplinar (2010).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
27	Representação da informação	Fundamentos teóricos ligados à representação da informação. As teorias que fundamentam a construção de Sistemas de Conceitos: Teoria da Classificação; Teoria do Conceito e Teoria da Terminologia. Linguagens de indexação nos Sistemas de recuperação da informação. Instrumentos, processos e produtos da representação temática e descritiva da informação.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<ul style="list-style-type: none"> - ARAÚJO JUNIOR, R. H.. Precisão no processo de busca e recuperação da informação (2007). - ARQUIVO NACIONAL. ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (2003). - ARQUIVO NACIONAL. ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística (2000). - ARQUIVO NACIONAL. NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística (2006). - DAHLBERG, I.. Teoria do conceito (1978). - LANCASTER, F. W.. Indexação e resumo: teoria e prática (2004). - LOPES, A. P. A.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
28	Descrição arquivística	A representação da informação arquivística. Estudo analítico e comparativo das teorias de representação e análise documentária. Introdução ao conhecimento das linguagens natural e documentária. Normas e padrões de descrição arquivística. Elaboração de instrumentos de pesquisas. Sistemas pré e pós-coordenados. Resumos e índices.	OB	Arquivos correntes	<ul style="list-style-type: none"> - ANDRADE, R. S.. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade), a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto Arcuives Hub (2007). - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2004). - BELLOTTO, H. L.. Política de descrição documental (1988). - CALDERON, W. R. Índices temáticos de instrumentos de pesquisa de arquivos públicos permanentes (2003). - CAMPOS, M. L. A.. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações (2006). - CAMPOS, M. L. A.. Perspectivas para o estudo da área de representação da informação (1996). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (2001). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF). Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (1998).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
28		Continuação			<p>- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística (2006).</p> <p>- FONSECA, V. M.. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil (2006).</p> <p>- HAGEN, A. M. M.. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística (1998).</p> <p>- LANCASTER, F. W. Indexação e resumo: teoria e prática (1993).</p> <p>- LOPEZ, A. P.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002).</p> <p>PAES, M. L. Atividade de descrição e publicação (2002).</p> <p>- PEREZ, C. A. M. et al. A construção de instrumentos de pesquisa para a documentação do SPI e a busca de novas formas de acesso e diálogo (2007).</p> <p>- PINTO, V. B.. Indexação documental: uma forma de representação do conhecimento registrado (2001).</p> <p>- SCHELLENBERG, T. R.. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição (1980).</p> <p>- SMIT, J. W.; KOBASHI, N.. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (1987).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
29	Descrição de documentos arquivísticos	Organização física e lógica dos documentos de arquivo. Instrumentos de descrição.	OB	Avaliação de documentos arquivísticos	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos Permanentes: tratamento documental (1991). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística (1999). - LOPEZ, A. P. A.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002). - OLIVEIRA, L. M. V. de. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais (2012).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
30	Descrição arquivística	<p>Descrição como representação. Normas de descrição internacionais e nacionais: fundamentos teóricos. Trajetória histórica. Sistemas de descrição. Características comuns da descrição arquivística de documentos.</p> <p>Características específicas por gêneros documentais. Instrumentos de pesquisa. Modelo conceitual de descrição arquivística - ric. Formatos de intercâmbio.</p>	OB	<p>Fundamentos arquivísticos I; Fundamentos arquivísticos II; Gestão de documentos I; Normas e padrões para tratamento e recuperação da informação; Gestão de documentos II; Classificação em arquivos; Avaliação de documentos; e Arquivos permanentes</p>	<p>- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos (1975).</p> <p>- BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2007).</p> <p>- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (2004).</p> <p>- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística (1999).</p> <p>- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: norma internacional para descrição de funções (2008).</p> <p>- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (2009).</p> <p>- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Nobrade: norma brasileira de descrição (2006).</p> <p>- GUEGUEN, G. et al. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística (2013).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
30		Continuação			<ul style="list-style-type: none"> - INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Records in contexts: a conceptual model for archival description (2016). - SCHELLENBERG, T.R. Arquivos Modernos (1998) - COOK, M.. Desenvolvimento na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro (2007). - CUNNINGHAM, A.. O poder da proveniência na descrição arquivística (2007). - DURANTI, L.. Origin and development of the concept of archival description (1993). - ENCODED ARCHIVAL DESCRIPTION (s/a). - ENCODED ARCHIVAL CONTEXT (s/a). - FONSECA, V. M. M. da F.. The ICA description standards: the history of their creation and the efforts to disseminate them (2011). - HAGEN, A. M. M.. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística (1998). - MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. de F. G. M.. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva (2011). - OLIVEIRA, L. M. V. de. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais (2012). - SOUSA, A. P. de M.. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico (2006).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
31	Análise documentária e recuperação da informação I	<p>Processo de análise e síntese de documentos visando a recuperação da informação; indexação atributiva e descritiva de documentos e a influência das tecnologias da informação; política de indexação; resumo e elaboração de índices manuais e automáticos como mecanismos de representação e recuperação; as linguagens documentárias como ferramentas na indexação e recuperação da informação.</p>	OB	<p>Análise de documentos; e Representação da informação</p>	<p>- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L.. Organização da informação ou organização do conhecimento (2008). - CAMPOS, M. L. de A.. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações (2006). - CAMPOS, M. L. de A.. Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração (2001). - CARNEIRO, M. V.. Diretrizes para uma política de indexação (1985). - CESARINO, M. A. da N.. Sistemas de recuperação da Informação (1985). - CHAUMIER, J.. Indexação: conceito, etapas e instrumentos (1988). - CORDEIRO, R. I. de N. C.. O metassentido do indexador: da leitura individual à leitura de conjunto dos documentos; o conjunto de documentos e seu potencial informativo (2000). - DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L.. Análise de assunto: teoria e prática (2007). - FOSKETT, A. C.. A abordagem temática da informação (1973). - FUJITA, M. S. L.. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto (2004). - FUJITA, M. S. L.. A leitura do indexador: estudo de observação (1999). - KOBASHI, N. Y.. A organização e a transferência de informações documentárias: problemas e perspectivas (1995).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
31		Continuação			<p>- LANCASTER, F. W.. Indexação e resumos: teoria e prática (2000).</p> <p>- LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e terminologia (2004).</p> <p>- MENDES, M. T. P.; SIMÕES, M. da G.. Indexação por assuntos: princípios gerais e normas (2002).</p> <p>- NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H.. (Org.). Organização da informação: princípios e tendências (2006).</p> <p>- NAVES, M. M. L.. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto (2001).</p> <p>- RIBEIRO, C. F. A.. Acesso à informação nos arquivos (1998).</p> <p>- ROBREDO, J.. Otimização dos processos de indexação dos documentos e de recuperação da informação mediante o uso de instrumentos de controle terminológico (1982).</p> <p>- RODRIGUES, G. M.. A representação da informação na arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional da Descrição Arquivística (2003).</p> <p>- SANTOS, V. B. dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento (2007).</p> <p>- SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F.. Recursos de informação: serviços e utilizadores (2010).</p> <p>- SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y.. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (2003).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
31		Continuação			<p>- SOUSA, R. T. B. de. A Classificação como função matricial do que-fazer arquivístico (2007).</p> <p>- SOUSA, R. T. B. de; SERRA JÚNIOR, L. R.. O sistema de registro e controle da tramitação das informações arquivísticas: possibilidades de construção de um instrumento gerencial (s/a).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
32	Representação descritiva da informação arquivística I	Normalização do processo de Descrição de documentos de arquivos. Uso e aplicação da ISAD(G) e ISAAR. Estudo da NOBRADE. Apresentação dos diversos tipos de instrumentos de pesquisas em arquivos.	OB	Representação e análise da informação	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental (2004). - ANCONA LOPEZ, A. P.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE) (2011). - BRASIL. Manual de arranjo e descrição de arquivos (1973). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (2008). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística (2001). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com Acervo Arquivístico (2008). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Descrição arquivística: referências bibliográficas (2004).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
33	Descrição arquivística	Normalização do processo de descrição arquivística. Instrumentos de pesquisa arquivísticos: guia, inventário, catálogo, repertório, edição de fontes primárias e índice.	OB	Fundamentos de Arquivologia; Gestão documental em arquivos; Avaliação de documentos; e Arranjo em arquivos.	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2006). - CRUZ MUNDET, J. R.. Manual de Archivística (1994). - HEREDIA HERRERA, A.. Archivística General Teoria Practica (1996). - ARQUIVO NACIONAL. Descrição Arquivística (2004). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística (2000). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (2003). - COOK, M.. Desenvolvimentos na Descrição Arquivística: algumas sugestões para o futuro (2007). - FONSECA, V. M. M. da. A Norma Brasileira de Descrição (2005). - ASOCIACIÓN DE ARCHIVEROS DE CASTILLA Y LEÓN. Normalizar la descripción archivística: Modelos propuestas y herramientas (1992). - HAGEN, A. M. M.. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística (1998).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
34	Descrição arquivística	Aborda aspectos teóricos, metodológicos e princípios norteadores da descrição arquivística. Trata dos elementos, níveis e dos instrumentos de pesquisa. Normas e padrões da descrição arquivística. Introdução a indexação e linguagens documentárias. Resumos e índices. Aplica a prática da descrição arquivística.	OB	Classificação arquivística	<ul style="list-style-type: none"> - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma internacional de descrição arquivística (2000). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (1998). - OLIVEIRA, L.M.V. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais (2012). - ANDRADE, R. S.. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade), a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto Arcuives Hub (2007). - ANDRADE, R.S.; SILVA, R.R.G.. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência (2008). - LOPEZ, A. P. A.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002). - SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y.. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (2003). - TOGNOLI, N. B.. A representação na Arquivística contemporânea (2012).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
35	Introdução à representação descritiva	Aspectos teóricos, metodológicos e princípios norteadores da representação descritiva. Elementos, níveis e instrumentos de pesquisa da representação descritiva. Normas e padrões da representação descritiva e suas aplicações nos recursos informacionais.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma internacional de descrição arquivística (2000). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (1998). - ANDRADE, R. S.. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade), a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto Arcuives Hub (2007). - LOPEZ, A. P. A.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: Norma internacional para descrição de funções (2007). - FONSECA, V. M.. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil (2011). - RODRIGUES, G. M.. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da Norma Internacional de Descrição Arquivística (2003).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
36	Organização e tratamento de materiais especiais	Materiais especiais (multimeios): definições, tipologia e terminologia. Panorama atual. Descrição e registros catalográficos: terminologia e campos; áreas e elementos. Uso de normas, padrões e formatos de descrição. Determinação de pontos de acesso. Noções gerais de organização e tratamento. Coleções e catálogos.	OP	Catalogação	Toda a bibliografia mantém relação somente com a Biblioteconomia.

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
37	Descrição documental	A representação descritiva da documentação arquivística para fins de elaboração de instrumentos de pesquisa. Normalização, aspectos compatibilidade e diversidade tipológica de instrumentos de acesso à informação e de suportes de descrição arquivística.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2006). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística (2000). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (2003). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (2009). - LOPEZ, A. P. A.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002) - RIBEIRO, C. F. A.. O acesso à informação nos arquivos (1998). - MARTÍNEZ GARCÍA. Los principios de la descripción archivística (1999). - ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos (1973). - BELLOTTO, H. L.. Descrição: processo e instrumentos (1987). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Descrição arquivística: referências bibliográficas (2004). - DURANTI, L.. The origin and development of the concept of archival description (1933). - HAGEN, A. M. M.. Algumas considerações a partir da proposta de padronização da descrição arquivística (1998).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
37		Continuação			<ul style="list-style-type: none"> - HEREDIA HERRERA, A.. La norma ISAD (G) y su terminología: análisis, estudio y alternativas (1995). - HEREDIA HERRERA, A.. Los instrumentos de descripción (1976). - MIGUEIS, M. A. P.. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa (1976).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
38	Arranjo e descrição de documentos	Arranjo de documentos, operação de arranjo, princípio e regras de arranjo. Programa de descrição, objetivos, principais elementos. Instrumentos de pesquisa. Padronização internacional de descrição: ISAD (G) e ISAAR (CPF).	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<p>- ANDRADE, R. S.; SILVA, R. R. G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência (2008).</p> <p>- BELLOTTO, H. Arquivos permanentes: tratamento documental (2004).</p> <p>- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística (2006).</p> <p>- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade para entidades coletivas, pessoas e famílias (2004).</p> <p>- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição (1999).</p> <p>- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (2009).</p> <p>- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: Norma Internacional para Descrição de Funções (2008).</p> <p>- LOPEZ, A. P. A.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002).</p> <p>- BRUEBACH, N.. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição (2007).</p> <p>- COOK, M.. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro (2007).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
38		Continuação			<p>- CUNNINGHAM, A.. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF) (2007).</p> <p>- FONSECA, M. O.. Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais (1996).</p> <p>- GUIMARÃES E SILVA, J.. Socialização da informação arquivística: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação (1996).</p> <p>- JARDIM, J. M.. A invenção da memória nos arquivos públicos (1996).</p>
39	Arranjo e descrição de documentos I	Compreender as noções sobre arquivos permanentes, identificando a sistemática do arranjo e o processo da descrição documental.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
40	Representação Arquivística I	A representação arquivística é um conjunto de atividades que estão relacionadas processo de classificar e descrever Arquivos. Assim, visa-se a identificação, arranjo e descrição de arquivos. A descrição normalizada. Construção e análise de Instrumentos de Pesquisa. ISAD(G), NOBRADE e outras normas de descrição.	OB	Não possui	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional
41	Representação Arquivística II	Descrição como função arquivística. Descrição documental. Instrumentos de pesquisa e instrumentos de controle. Política de Descrição. Descrição e Normalização.	OB	Representação Arquivística I	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
42	Arranjo e Descrição de Documentos	Programa de descrição: objetivo e estruturas. Arranjo de documentos: princípios, regras de descrição e operação. Instrumentos de pesquisa arquivística: guia, inventário, catálogo, repertório, edição de fontes primárias e índices. Normalização do processo de descrição arquivística. Padronização internacional de descrição: ISAD (G) e ISAAR (CPF).	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional
43	Mediação cultural em arquivos	A mediação e o acesso em arquivos correntes, intermediários e permanentes. Ação cultural em arquivos. Legislação sobre acesso e sigilo. Desclassificação. A Ética Arquivística. Marketing em Arquivos.	OB	Estágio supervisionado	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2006). - ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G. M. Mediação cultural no arquivo público do Espírito Santo (2015). - PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma (2014). - VELA, S. Tipología de actividades (2001).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
44	Competência informacional	Aspectos conceituais, históricos e metodológicos da competência informacional. Dimensões da competência informacional. Programas e modelos de desenvolvimento da competência informacional.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - ALFINIBEROAMERICA. Alfiniberoamerica (2013). - ASSMANN, H.. A metamorfose do aprender na sociedade da informação (2000). - BAWDEN, D.. Information and digital literacies: a review of concepts (2001). - BRUCE, C. S.. Workplace experiences of information literacy (1999). - CAMPELLO, B.. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional (2003). - DUDZIAK, E. A.. Information Literacy: princípios, filosofia e prática (2003). - HATSCHBACH, M. H. de L.. Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior (2002). - INFOLIT. National forum on Information Literacy (2012). - INFORMATION LITERACY SECTION. Information literacy section (2007). - INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Declaração de Alexandria sobre competência Informacional e aprendizado ao longo da vida (2005). - LAU, J. Guidelines on information literacy for lifelong learning (2012). - PASSOS, R.; SANTOS, G. C. (orgs.). Competência em Informação na Sociedade da Aprendizagem (2005).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
45	Arquivos permanentes	O princípio da proveniência; a identificação e avaliação de "massas documentais acumuladas"; planejamento de programas de arranjo e descrição de documentos; elaboração de instrumentos de pesquisa; a norma ISAD e a NOBRADE.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2004). - HEREDIA HERRERA, A.. Archivística General: teoría y práctica (1993). - LODOLINI, E.. Archivística: principios y problemas (1993). - PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática (1991). - ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C.. Os Fundamentos da disciplina arquivística (1998). - SCHELLENBERG, T. R.. Arquivos modernos: princípios e técnicas (2004).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
46	Arquivos permanentes	Bases da organização dos documentos de terceira idade. Terminologia em arquivos permanentes. Classificação de arquivos históricos. Princípios da Proveniência da ordem original. Teoria dos Fundos. Estabelecimento e aplicação prática dos níveis de arranjo e descrição. Metodologia de organização de arranjo e elaboração de campos de descrição. Análise documentária e indexação de documentos. Sistemas de informação em arquivos permanentes.	OB	História dos arquivos e dos documentos	<ul style="list-style-type: none"> - ARAUJO, E.. Publicação de documentos históricos (1985). - BELLOTTO, H. L. Arquivos Permanentes: tratamento documental (1991). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): normas gerais internacionais de descrição em arquivo (1994). - JARDIM, J. M.. A invenção da memória nos arquivos públicos (1996). - PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática (1997). - SCHLLENBERG, T. R.. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição (1980).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/ OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
47	Arquivos permanentes	Princípios arquivísticos: conceitos e aplicabilidade. O conceito de fundo. Fundos fechados. Coleções. Valores dos documentos. Valores secundários e primários. Arquivos privados. Arquivos pessoais. Arranjo: abordagens teóricas. Metodologia para organização intelectual e ordenação física. Acesso aos acervos arquivísticos. Mecanismos de acesso. Usuários e uso da informação.	OB	Fundamentos arquivísticos I; Fundamentos arquivísticos II; Gestão de documentos I; Normas e padrões para tratamento e recuperação da informação; Diplomática I; Gestão de documentos II; Classificação em arquivos; Diplomática II; Gestão de instituições	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
48	Arquivos permanentes I	Arquivo Permanente: conceito, finalidade e funções (recolhimento, custódia, acesso). Diferenças entre os arquivos permanentes e as massas documentais acumuladas. Atividades, rotinas, serviços e normas arquivísticas na fase permanente: política de recolhimento, política de arranjo (físico e intelectual), política de descrição, política de preservação, política de acesso, política de difusão e disseminação. Os arquivos permanentes como fontes de pesquisa, cultura e memória.	OB	Fundamentos da Arquivologia	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
49	Arquivos permanentes II	Reflexão sobre o significado da descrição de documentos na contemporaneidade. Estudo dos instrumentos de pesquisa clássicos, da normalização da descrição arquivística e dos Sistemas de Recuperação da Informação.	OB	Arquivos permanentes I	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional
50	Laboratório de práticas integradas IV	Práticas de gerenciamento de arquivos permanentes. Elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos permanentes. Atividades de indexação e representação da informação arquivística. Planejamento de sistemas de recuperação da informação.	OB	Laboratório de práticas integradas III	<ul style="list-style-type: none"> - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (2004). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística (1999). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
51	Laboratório de práticas integradas III	Práticas de organização, tratamento e recuperação da informação de documentos permanentes. Descrição documental. Aplicação de tecnologias da informação. Utilização e avaliação de software de arquivos.	OB	Laboratório de práticas integradas II; e Gestão de documentos em arquivos permanentes	A bibliografia não apresenta convergência clara com o tema da difusão na Arquivologia.

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
52	Gestão de documentos em arquivos permanentes	Metodologia do arranjo e ordenação dos documentos em arquivos permanentes. Teoria dos fundos arquivísticos. Ordenação interna dos fundos documentais de arquivo. A especificidade dos fundos documentais. Atividades de representação descritiva de documentos em diversos níveis. Tipos e elaboração de instrumentos de disseminação.	OB	Gestão de documentos em arquivos correntes e intermediários; e Representação descritiva da informação II	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H. L.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2006). - RONDINELLI, R. C.. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônico: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea (2005). - LOPES, L. C.. A nova arquivística na modernização administrativa (2009). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE) (2016).
53	Arquivos permanentes	Princípios arquivísticos. Gestão documental. Funções e usos no arquivo permanente.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2004). - DURANTI, L.. Registros documentais contemporâneos como provas de ação (1994). - MATTAR, Eliana (Org.). Acesso à informação e política de arquivos (2003).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
54	Arquivo permanente 2	O significado da descrição documental. Os tipos e funções dos instrumentos de pesquisa. As funções da descrição e as demandas de pesquisa. A perspectiva de definição de critérios e padrões internacionais e as normas de descrição. Políticas de descrição.	OB	Arquivo permanente 1; e Diplomática e tipologia documental	<ul style="list-style-type: none"> - ALBERCH i FUGUERAS, R. Archivos, memoria y conocimiento (2001). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Descrição arquivística: referências bibliográficas (2004). - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade) (2006). - CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). Isad (g): norma geral internacional de descrição arquivística (2000). - COOK, M.. Acesso a arquivos e livros raros (1999). - COOK, M.. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno (s/a). - FONSECA, V. M. M. da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil (s/a). - HAGEN, A. M. M.. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística (s/a).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
54		Continuação			<p>- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Isad (g): general international standard archival description (2000).</p> <p>- LOPEZ, A. P. A.. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (2002).</p> <p>- MATTAR, E.. Acesso à informação e política de arquivos (2003).</p> <p>- RODRIGUES, G. M.. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística (2003).</p> <p>- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania (1992).</p> <p>- SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y.. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (2003).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
55	Arquivo permanente I	O conceito de respeito aos fundos como eixo das atividades de arranjo. O processo de elaboração e aplicação do arranjo. As relações entre a pesquisa histórica e os arquivos permanentes. Tratamento de acervos especiais: iconográfico e audiovisual. Construção de acervo de depoimentos orais.	OB	Arquivo intermediário	<ul style="list-style-type: none"> - ALBERCH FUGUERAS, R.. Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento (2003). - BELLOTTO, H.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2004). - SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y.. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos (2003).
56	Arquivos permanentes	Arquivos permanentes como lugar da armazenagem da memória social e como espaço de pesquisa com fins históricos e de interesse civil: características, processos e formas de gestão.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<ul style="list-style-type: none"> - BELLOTTO, H.. Arquivos permanentes: tratamento documental (2004). - BELLOTTO, H.. Arquivos permanentes: a ordenação interna dos fundos (1986). - CORTES ALONSO, V.. Integración de las tres edades: corriente, intermedia y permanente (1989). - VAZQUEZ, M.. Estudio del ciclo vital de los documentos (1987).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
57	Serviços e usuários da informação em arquivos	Discute o usuário da informação no âmbito dos arquivos. Apresenta os diferentes tipos de estudo, métodos e técnicas para identificar o perfil, uso e satisfação dos usuários.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<ul style="list-style-type: none"> - DIAS, M. M. K.; PIRES, D.. Usos e usuários da informação (2004). - FIGUEIREDO, N. N. de. Estudos de uso e usuários da informação (1994). - GONZALES TERUEL, A.. Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales (2005). - SANZ CASADO, E.. Manual de estudios de usuarios (1994). - BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B.. Estudo de usuários: uma visão global dos métodos de coleta de dados (2009). - HERNANDES SALAZAR, P.. Métodos cualitativos para estudiar a los usuarios de la información (2008). - JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O.. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte (2004). - MONFASANI, R. E.; CURZEL, M. F.. Usuarios de la información: formación y desafíos (2006). - NAVARROBONILHA, D.. El servicio de referencia archivístico (2001).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
58	Usos e usuários da informação arquivística	Estudo de usos e usuários da informação e sua aplicabilidade nos arquivos. Avaliação dos serviços de referência arquivísticos. “Marketing” em serviços de informação; orientação ao usuário, serviços de extensão cultural, serviços e produtos de referência e informação.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	<ul style="list-style-type: none"> - BETTIOL, E. M.. Necessidades de informação: uma revisão (1990). - CASARIN, H. de C. S.. Estudos de Usuários da Informação (2014). - JARDIM, J. M., Fonseca.. O estudo de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte (2004). - FERREIRA, S. M. S. P.. Novos paradigmas e novos usuários da informação (1996). - FIGUEIREDO, N.. Usuário: paradigma moderno (1999). - FIGUEIREDO, N.. Usuário: metodologias e técnicas para estudo (1999). - CABRAL, Á. M.. O papel da Ciência da Informação na percepção da importância do usuário nos sistemas de informação (2003). - CARVALHO, A. L. B. de C. et al. Entre necessidades e buscas: perfil e perspectivas do usuário da (in)formação no contexto do Mestrado em Ciência da Informação – CMCI/UFPB (s/a). - CARDOSO, J. C.; LUZ, A. R.. Os arquivos e os sistemas de gestão da qualidade (2005). - GARCIA, R. M.; SILVA, H. de C.. O comportamento do usuário final na recuperação temática da informação: um estudo com pós-graduandos da UNESP de Marília (2005). - GUINCHAT, C.; MENO, M.. Os usuários (1992). - MARTÍN, C. R.. La satisfacción del usuario: un concepto en alza (2000).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
58		Continuação			<p>- NASCIMENTO, M. de J.; WESCHENFELDE, S.. Necessidade de informação dos vereadores de Florianópolis: estudo de usuário (2002).</p> <p>- PAIVA, E. B.. Usuário da informação (2002).</p> <p>- PINTO, V. B. et al. Netnografia: uma abordagem para estudos do usuário no ciberespaço (2007).</p> <p>- SÁ, I. P.; SANTOS, P. X. dos. A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário (2007).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
59	Usos e usuários da informação arquivística	Estudo de comunidade. Usuários e não usuários: conceituação. Tipos de estudos de usuários. Aspectos legais do acesso à informação orgânica.	OP	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - ÁVILA, R. F. de. Além do que se vê: o uso e o pós-uso da informação orgânica arquivística (2011). - CORRÊA, L. R.; QUIMELLI, M.. Estudos de usuários sob enfoque da arquivologia: uma revisão bibliográfica/documental (2003). - LOUSADA, M.. Informação Orgânica como Insumo Estratégico para a Tomada de Decisão em Ambientes Competitivos PPGCI (2011). - NEVES, D. A. de B.; ANDRADE, W. O. de. Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB) (2012). - CORRÊA, L. H. M.. Acesso à memória de domínio e de interesse público das instituições brasileiras: obscurantismo e opacidade legal-burocrática (2010). - CORRÊA, L. H. M.. Usos e usuários imediatos e mediatos de sistemas de informação de arquivo: da visão custodialista, da visão pós-custodialista (2011).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
60	Serviços de referência e informação I	Estudo de uso e usuários da informação; disseminação da informação; avaliação dos srf, marketing em serviços de informação.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - CAMPELLO, B. S.; CAMPOS, C. M.. Fontes de informação especializada: características e utilização (1988). - FIGUEIREDO, N.. Metodologias para a promoção do uso da informação: técnicas aplicadas especialmente em bibliotecas universitárias e especializadas (1990). - FIGUEIREDO, N.. Estudos de uso e usuários da informação (1994). - GROGAN, D.. A prática do serviço de referência (1995).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
61	Estudos de usuários de arquivo	Estudos de usuários: histórico e principais tendências. Conceitos básicos da relação usuário/documento/informação. Abordagens tradicional, alternativa e social nos estudos de usuários. Especificidades dos usuários em arquivos correntes, intermediários e em arquivos permanentes. Procedimentos metodológicos na elaboração de instrumentos de pesquisa de usuários. Avaliação de serviços arquivísticos sob a ótica do usuário.	OB	Não possui	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
62	Estudos de usuário da informação	Evolução dos estudos de usuário. Tipologia dos usuários da informação. Conceitos básicos relacionados ao estudo de usuário. Metodologia de estudos de usuários. Educação de usuários.	OB	Pesquisa aplicada à Ciência da Informação	<p>- BARROS, D. S.. Dimensões metacognitivas no comportamento de busca da informação: estudo de usuário no Arquivo Público do Estado do Maranhão (2008).</p> <p>- CHOO, C. W.. Como ficamos sabendo: um modelo de uso da informação (2003).</p> <p>- COSTA, L. F.; SILVA, A. C. P.; RAMALHO, F. A.. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade (2010).</p> <p>- COSTA, L. F.; RAMALHO, F. A.. A usabilidade nos estudos de uso da informação: em cena usuários e sistemas interativos de informação (2010).</p> <p>- DIAS, M. M. K.; PIRES, D.. Usos e usuários da informação (2004).</p> <p>- FERREIRA, S. M. S. P.. Novos paradigmas de informação e novas percepções de usuários (1996).</p> <p>- MIRABET, X. T.. Los archives y sus usuarios (1997).</p> <p>- OLIVEIRA, L. M. V.. O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos (2006).</p> <p>- OLIVEIRA, A. H. L. de; MORAES, R. S.; SANTOS, F. B. dos. Avaliação da usabilidade do arquivo do Conselho Regional dos Corretores – CRECI 24º Região (2010).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
63	Estudo de usuário da informação	Trata dos fundamentos básicos de estudos de usuários da informação, dos tipos e características dos serviços de arquivos e das metodologias aplicáveis aos de estudos de usuários da informação arquivística. Enfoca o estudo da demanda e do uso da informação arquivística, com prática de elaboração de um projeto de estudo de usuários de arquivos.	OB	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> - BARROS, D. S.; NEVES, D. A. de B.. O processo de Busca de Informação no Arquivo Público do Estado do Maranhão: estratégias metacognitivas desenvolvidas pelos usuários (2009). - CALVA GONZÁLEZ, J. J.. Satisfacción de usuarios: la investigación sobre las necesidades de información (2009). - CALVA GONZÁLEZ, J. J. et al. El fenómeno de las necesidades de información: investigación y modelo teórico (2007). - DIAS, M. M. K.; PIRES, D.. Usos e usuários da informação (2004). - FIGUEIREDO, N. M. de. Usuários (1999). - FIGUEIREDO, N. M. de. Estudos de uso e usuários da informação (1994). - GALVINO, C. C. T.. Estudo de usuários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (2006). - GAÑÁN MARTÍNEZ, P.. Estudio de usuarios de información (1995). - HERNÁNDEZ SALAZAR, P.. Métodos cualitativos para estudiar a los usuários de la información (2008).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
63		Continuação			<ul style="list-style-type: none"> - JARDIM, J. M.. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação (s/a). - TAYLOR, H. A. Los Servicios de archivo y el concepto de usuário: Estudio del RAMP (1984). - ARAÚJO, C. A. Á.. Um mapa dos estudos de usuários da informação no Brasil (2009). - COSTA, L. F. da; SILVA, A. C. P. da; RAMALHO, F. A.. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade (2010). - COX, R. J.. Access in the Digital Information Age and the Archival Mission: the United States (1998). - COX, R. J.. Revisiting the Archival Finding Aid (2007). - GALVÃO, S. B.; CUNHA, M. B. da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados (2007). - GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. de S.. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários (2010).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
63		Continuação			<p>- HYODO, T.. A literatura sobre necessidades de informação: uma análise a partir de artigos publicados no Brasil (2009).</p> <p>JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O.. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte(2004).</p> <p>- MUNSTER, I.. La Biblioteca Max von Buch de la Universidad de San Andrés y sus investigadores: Segunda parte de Un estudio de las necesidades de información, hábitos y características de Investigadores en Humanidades y Ciencias Sociales (2003).</p> <p>- RUBIO HERNÁNDEZ, A.. Estudios de usuarios en archivos municipales: una aproximación teórico-práctica (2004).</p> <p>- SANTAELLA RUIZ, R. D.. Los archivos históricos provinciales: Estudio de usuarios aplicado en Jaén (2006).</p> <p>- SANTAELLA RUIZ, R. D.. Metodología de estudios de usuarios de información. Estudio de casos en la Administración Pública (2005).</p> <p>- SCHAFFNER, J.. The Metadata is the Interface: Better Description for Better Discovery of Archives and Special Collections, Synthesized from User Studies (2009).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
64	Estudo de usuários	A informação como processo cultural. O usuário e o não usuário da informação. Estudo de usuários: evolução histórica, objetivos e metodologias usadas na caracterização de usuários de informação.	OP	Estatística aplicada; ou Estatística exploratória; e Estatística exploratória 2; ou Introdução à metodologia das Ciências Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - ARAUJO, V.M.R.H.. Usuarios: uma visao do problema (1978). - BELKIN, N. J.. Cognitive models and information transfer (1984). - FIGUEIREDO, N. M.. Estudo de usuarios como suporte para planejamento e avaliação de sistemas de informação (1985). - UNESCO. Guidelines of studies of information users (1981).

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
65	Usos e usuários da informação arquivística	<p>Usos e usuários das informações arquivísticas: características e contextos socioorganizacionais.</p> <p>Processos, produtos e serviços de informação arquivística. Tecnologias da informação e comunicação na difusão da informação arquivística. “Marketing” e arquivos. Orientação ao usuário, serviços e produtos de referência e informação arquivísticos.</p> <p>Estudos de usos e usuários: impactos na gestão arquivística.</p> <p>Avaliação dos serviços de referência arquivísticos.</p>	OP	<p>Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional</p>	<p>- DELMAS, B.. Arquivos servem para quê? (2010).</p> <p>- GONZÁLES, J. A. M.. La sociedad de la información (2005).</p> <p>- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O.. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte (2004).</p> <p>- SIQUEIRA, M. N. de. Arquivo e memória: algumas reflexões (2012).</p> <p>- SIQUEIRA, M. N. de. História Pública e Arquivologia: reflexões sobre acervos, patrimônio e memória (2016).</p> <p>- ROSELL, A. T.. Márquetin y archivos (2006).</p>

Nº de ordem	Título	Ementa	OB/OP ²⁰	Pré-requisito	Bibliografia Básica e, ou Complementar ²¹
66	Estudo do Usuário de Arquivos	Abordagem histórico-conceitual sobre comunidade e desenvolvimento. Usuários preferencial e eventual: necessidades, demandas, uso e comportamentos. Metodologia de estudos de usuários: variáveis e premissas.	OB	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional	Informação não disponibilizada pelo <i>website</i> institucional

Fonte: Dados da pesquisa (2018), baseados em Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018), Universidade Federal de Santa Maria (2018), Universidade Federal Fluminense (2018), Universidade de Brasília (2018), Universidade Federal da Bahia (2018), Universidade Estadual de Londrina (2018), Universidade Federal do Espírito Santo (2018), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018), Universidade Estadual Paulista (2018), Universidade Estadual da Paraíba (2018), Universidade Federal do Amazonas (2018), Universidade Federal do Rio Grande (2018), Universidade Federal da Paraíba (2018), Universidade Federal de Minas Gerais (2018), Universidade Federal de Santa Catarina (2018) e Universidade Federal do Pará (2018).

Depois de listadas as disciplinas participantes da pesquisa e as informações pertencentes a elas correlacionadas, parte-se para a interpretação das 66 disciplinas que compuseram a análise de conteúdo. Para isso, correlações com disciplinas pré-requisito e com a bibliografia utilizada pelo docente ministrante da disciplina foram elementos também levados em conta.

No sentido de identificar a bibliografia das respectivas disciplinas, considerou-se o plano/programa de ensino mais recente que pudesse ser disponibilizado pela instituição e salienta-se que nem todas dispunham deste instrumento para acesso público em seus *websites*. Nestes casos, houve contato telefônico, a fim de ter acesso àqueles planos/programas de ensino utilizados no decorrer do ano de 2017, preferencialmente no segundo semestre, por ser o período mais recente.

Com relação aos pré-requisitos das disciplinas (66), nota-se que nem todas os apresentam, mas, para aquelas em que o caso é afirmativo, percebe-se sua relação com disciplinas que tratam do ciclo de vida documental, ou que tratam das funções da Arquivologia. Como exemplo, podemos citar disciplinas denominadas como “difusão arquivística” que exigem como pré-requisito disciplinas de “descrição arquivística”, com vistas à elaboração de instrumentos de pesquisa e ao domínio da prática da aplicação das normas, nos diferentes níveis que os conjuntos documentais possuem.

Em seguida, pode-se observar as disciplinas denominadas “arquivo permanente”, pois muitas delas prescindem de disciplinas relacionadas a “arquivo corrente”, ou “arquivo intermediário”. Estes também são indicativos de que as três idades do documento de arquivo estão sendo levadas em conta como indissociáveis, no ensino de Arquivologia. Visto pela perspectiva da difusão, a elaboração de produtos para a divulgação de e em arquivos pode ser pensada na idade permanente mais veementemente, mas o estudante terá o respaldo das disciplinas que cursou anteriormente, para poder estabelecer ligações de sentido entre as atividades de difusão nas outras idades.

Sob a perspectiva das bibliografias listadas, ocorrem duas situações opostas entre si: disciplinas que, a partir da análise de seus títulos e ementas estão relacionadas à difusão na Arquivologia e sua bibliografia contempla autores e obras que abordam sobre o tema (caso 1); e disciplinas que, a partir da análise de seus títulos e ementas estão relacionadas à difusão na Arquivologia, no entanto sua bibliografia não contempla autores e obras que abordam sobre a difusão aplicada aos arquivos (caso 2).

Três situações ocorreram no sentido do exposto no caso 2: a disciplina “Marketing em arquivo”, ministrada na UFSC, não leva em conta nenhuma referência voltada à aplicação do marketing em arquivos, ainda que o título e a ementa mencionassem a temática; a disciplina “Organização e tratamento de materiais especiais”, ministrada na UNB, tem sua bibliografia totalmente voltada à Biblioteconomia; e a disciplina “Laboratório de práticas integradas III”, ministrada na UFPB, em sua ementa menciona a recuperação de documentos permanentes, mas sua bibliografia não converge com o tema da difusão na Arquivologia.

A constatação de que 03 disciplinas recuperadas não convergem com o tema desta dissertação, fez com que percebêssemos que **a difusão na Arquivologia está expressada em somente 63 disciplinas, dentre as 16 universidades pesquisadas**. A partir dos autores utilizados, percebe-se aproximação com a perspectiva de criação de instrumentos de pesquisa para acervos, com a utilização de obras que percebem o arquivo como lugar social, de cultura e cidadania, o acesso democratizado à informação como direito e o público da informação orgânica como participante ativo no dia-a-dia do arquivo.

A fim de representar graficamente a relação dos dados encontrados, ao realizar comparação entre o total das disciplinas que cada universidade possui em seus cursos de Arquivologia e as 63 disciplinas que abordam sobre a difusão na Arquivologia, temos uma proporção relativa à realidade de cada uma das instituições, resultando que algumas universidades concentram mais disciplinas relacionadas à difusão na Arquivologia que outras, quando observadas sob essa perspectiva, como é apresentado a seguir (Tabela 5):

Tabela 5 - Relação entre o total de disciplinas das 16 universidades e as disciplinas relacionadas à difusão na Arquivologia

Total de disciplinas relacionadas à difusão na Arquivologia	Região do Brasil	Universidade	Total de disciplinas no currículo (OB e OP)	Proporção das disciplinas relacionadas à difusão na Arquivologia, em relação a cada currículo (em %)
07	Nordeste	UFPB	70	10%
06	Sudeste	UFF	56	10,71%
06	Nordeste	UFBA	50	12%
06	Sul	UFSC	52	11,53%
04	Sudeste	UFES	63	6,34%
04	Sudeste	UFMG	47	8,51%
04	Sudeste	UNIRIO	75	5,33%
03	Nordeste	UEPB	58	5,17%
03	Sul	UFMS	85	3,52%
03	Norte	UFAM	46	6,52%
03	Norte	UFPA	53	5,66%
03	Sul	FURG	60	5%
03	Sul	UEL	60	5%
03	Sudeste	UNESP	57	5,26%
03	Centro-Oeste	UNB	77	3,89%
02	Sul	UFRGS	88	2,27%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao estabelecer um ranqueamento entre os cursos que possuem mais disciplinas relacionadas à difusão, temos que: a UFPB lidera o grupo de universidades com mais disciplinas sobre a temática (07), disciplinas estas que, nesta universidade, representam 10% do seu currículo; UFF, UFBA e UFSC seguem com 06 disciplinas cada uma, porém esta quantidade representa proporções diferentes em cada uma destas universidades, respectivamente 10,71%, 12% e 11,53%; a universidade que possui menos disciplinas relacionadas à temática é a UFRGS, que possui 02 disciplinas, representantes de 2,27% do seu currículo.

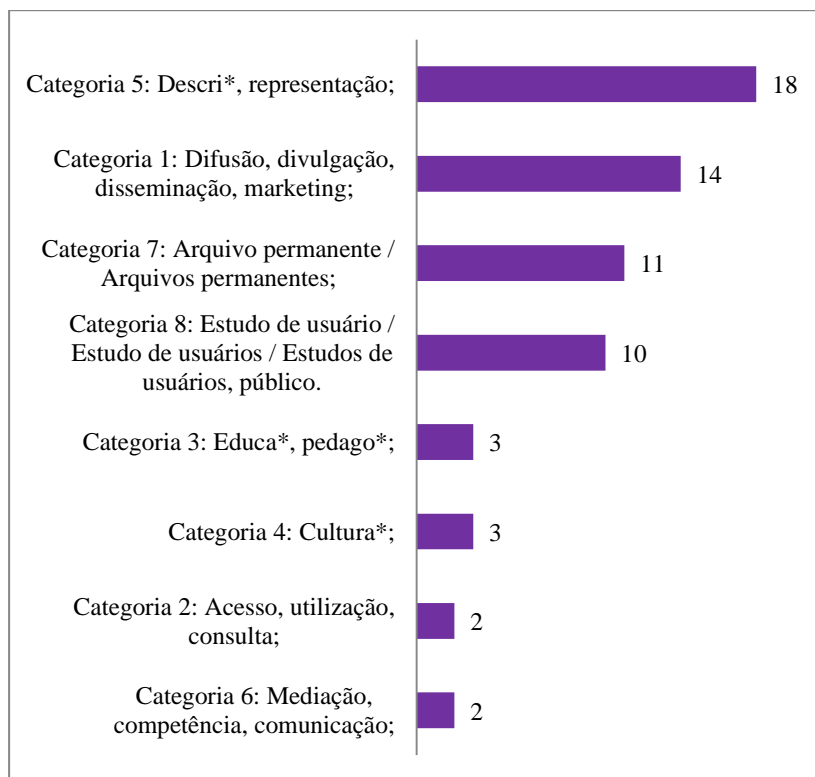
A intenção de demonstrar as proporções relativas, representadas em porcentagem, consiste em perceber, em relação à quantidade total de disciplinas (gerais e específicas) presentes em cada curso, quantas delas são relacionadas à temática proposta por esta dissertação.

Quando abordadas as regiões do Brasil a que pertencem estas universidades, temos: a região Nordeste (UFPB e UFBA) concentra a maior quantidade de cursos com disciplinas relacionadas à difusão, seguida pela região Sudeste (com a UFF). Em contrapartida, os menores valores estão concentrados nas universidades do Sul do país, ainda que a UFSC possua posição de liderança em relação às outras universidades da mesma região.

Não há dados teóricos que nos permitam afirmar quantas disciplinas relacionadas à difusão devem estar presentes em um currículo de curso de graduação em Arquivologia, para corresponderem a uma quantidade desejável ao processo formativo do arquivista. Porém, é possível notar que, dentre os currículos das 16 universidades, a porcentagem de disciplinas relacionadas à difusão varia de 2,27% a 12%, momento em que podemos inferir que alguns cursos ainda expressam pouco em seus currículos a difusão na Arquivologia, tema fulcral para a formação do arquivista, dado que é um dos objetivos do arquivo, o de estar acessível ao público que lhe compete.

Quando consideramos as categorias a que estão expostas as 63 disciplinas, pode-se definir alguns direcionamentos em relação às posições que cada universidade toma sobre a composição curricular de seus cursos de graduação em Arquivologia. Como abordado por Moreira e Silva (2008), currículos são fruto de construções também ideológicas e com a Arquivologia não é diferente, quando mencionamos as abordagens com as quais esta ciência coaduna. Em seguida apresenta-se um gráfico que demonstra as concentrações das disciplinas, pelas 08 categorias propostas (Gráfico 2).

Gráfico 2: Categorias da análise de conteúdo X quantidade de disciplinas encontradas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se que a categoria “5 Descrição, representação.” apresenta a maior concentração de disciplinas: 18, seguida pelas categorias “1 Difusão, divulgação, disseminação, marketing.”, com 14, “7 Arquivo permanente / Arquivos permanentes.”, com 11, e “8 Estudo de usuário / Estudos de usuário / Estudos de usuários, público.”, com 10. Nota-se, com isso, que a maior parte dos currículos está preocupada em ministrar disciplinas sobre a descrição de documentos de arquivo que, além de ser uma das sete funções basilares da Arquivologia, dá vazão à produção de instrumentos de pesquisa, que servirão para a divulgação de acervos.

A categoria “1 Difusão, divulgação, disseminação, *marketing*,” por sua vez, que está relacionada com a elaboração de serviços e produtos para a difusão na Arquivologia em arquivos e outras

instituições concentra disciplinas sobre serviços educativos, difusão cultural, *marketing* em arquivos, que fomentam projetos e a criação de produtos para aproximar os públicos potencial e frequente. É interessante observar que os currículos estão numa crescente aproximação com a temática.

A grande concentração de disciplinas na categoria “7 Arquivo permanente / Arquivos permanentes;” demonstra que, além de ser uma das idades do ciclo de vida documental, a idade permanente vem concentrando ainda a maior parte das propostas de ações de difusão, o que nos permite inferir que há ausência de disciplinas que abordem a temática aplicada às idades corrente e intermediária.

Fazendo menção à tríade arquivista-informação orgânica-público, a proximidade de grande parte das disciplinas com os estudos de usuários é fundamental para se pensar a difusão na Arquivologia, afinal a difusão envolve o “para quem” o acervo e os serviços do arquivo estão direcionados e, quando contemplada grande parte das disciplinas nesta categoria, demonstra-se que a difusão está sendo levada em conta nestes currículos.

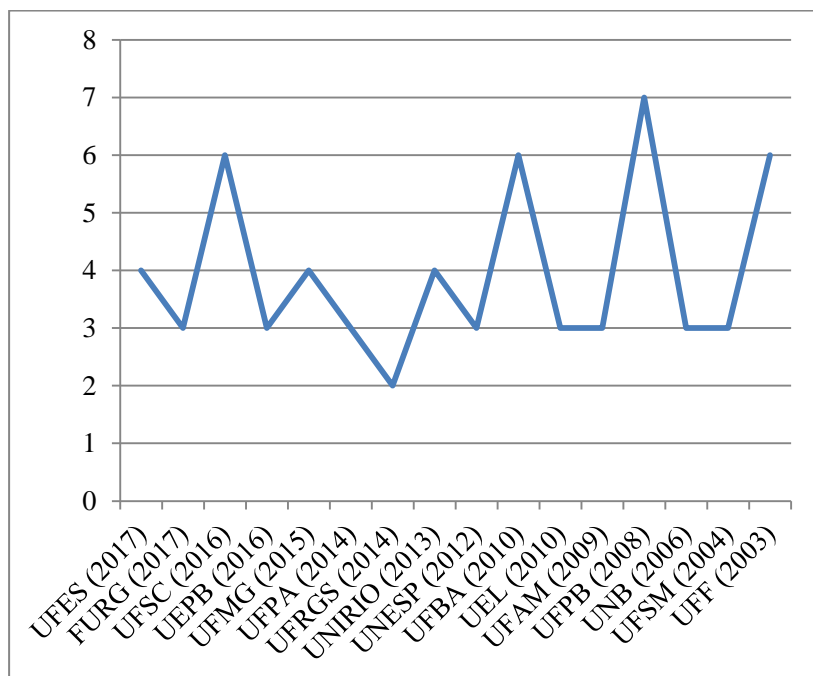
Deduz-se, contudo, a contraponto, que há poucas disciplinas que abordem o caráter social do profissional arquivista, em atividades de mediação e referência, por exemplo. Por isso, mesmo que seja possível vislumbrar aproximações das disciplinas com a difusão na Arquivologia, o processo formativo do arquivista ainda encontra-se desvinculando as práticas de difusão às habilidades que o arquivista deve desenvolver para isso, o que consiste em saber reconhecer os públicos do arquivo e propor produtos e programas para difusão do acervo. Dentro das disciplinas relacionadas à categoria “8 Estudo de usuário / Estudo de usuários / Estudos de usuários, público.”, por exemplo, há o enfoque no público, em seu comportamento e preferências de pesquisa, porém a diferença está em que o arquivista não saberá lidar com este público, caso desconheça que ele – o arquivista – também exerce o papel de educador dentro do arquivo e de que maneira deve exercer estas funções.

Em relação ao ensino da difusão nos cursos de Arquivologia, se considerarmos que o processo formativo compreende o docente e o discente, analisar o currículo do curso é uma parte pequena para poder inferir, ou não se a difusão está presente nos conteúdos curriculares, visto que as práticas em sala de aula contribuirão fundamentalmente para o que-fazer do profissional arquivista. No entanto, considera-se que a análise dos currículos contribui para que as disciplinas se comuniquem entre si e sejam cada vez mais integradas aos perfis e práticas discentes

(HARDEN, 2000), pois levamos em conta que o currículo é o instrumento de interação que a universidade possui, na relação docente-discente.

Observa-se também, positivamente, que das disciplinas relacionadas à difusão, sua maioria (52) estabelece a função de obrigatória dentro dos currículos, enquanto que somente 11 delas são optativas, o que nos possibilita inferir que, ainda que incipiente o ensino da difusão nos cursos de graduação, o fato de que sejam obrigatórias confere mais garantia de que a disciplina seja ministrada durante o curso. O Gráfico 3, nesse sentido, demonstra quantas das 63 disciplinas estão distribuídas pelas 16 universidades, em relação aos currículos atualizados mais e menos recentemente.

Gráfico 3: Atualização curricular x quantidade de disciplinas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As informações contidas no Gráfico 3 permitem inferir que não necessariamente os cursos que possuem as maiores concentrações de disciplinas relacionadas à difusão são aqueles de atualização curricular

mais recente, exemplo para o qual podemos considerar a UFPB, a UFF, a UFBA e a UFSC, cuja atualização curricular segue os anos, respectivamente 2008, 2003, 2010 e 2016, propondo a interpretação de que, mesmo há quase 15 anos atrás (caso da UFF), já se dava ênfase ao ensino de disciplinas afeitas à difusão na Arquivologia. A aparição destas disciplinas foi acontecendo em diferentes proporções em cada universidade, não havendo grandes saltos qualitativos à medida que a data se aproximava de 2017.

Pode-se dizer que a emergência da corrente Integrada da Arquivologia, como momento de evolução de um pensamento voltado à democratização do acesso e utilização da informação orgânica e pública é um dos motivos para que haja cada vez mais disciplinas relacionadas à difusão na Arquivologia e que este fato é contributivo para as reconstruções periódicas dos currículos.

Para a análise destes instrumentos comunicacionais, as ementas de cada disciplina foram subsídios que suscitaram informações como os objetivos ao ensinar a difusão, os tipos de público contemplados por este processo, bem como quais ações, projetos, ou políticas podem ser construídos, para que o arquivista esteja apto a dar acesso orientado às informações que estarão sob sua custódia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter social da informação orgânica é o que dota de diversidade o arquivo e, por isso também ele pode ser diferenciado de outras unidades de informação, como bibliotecas e museus. As características contextuais que envolvem o arquivo reverberam também nos usuários de informação que, por apreenderem informações de maneiras distintas e possuírem percursos de vida distintos, também desenvolvem necessidades informacionais diferenciadas.

Por isso, o ofício do arquivista também se constrói em torno de adequar as condições de disseminação informacional, de modo que possa atender os diferentes tipos de público. Como visto nos resultados e ao longo do marco teórico apresentado, alternativas em forma de ações educativas podem ser apresentadas e construídas em diversos espaços, dependendo da maneira com que os documentos se apresentam: se são audiovisuais, textuais, se necessitam metadados incorporados a um sistema de informação, etc..

Decorrente destas maneiras de difundir, existe o compromisso social de dar lugar às pessoas, para que possam conhecer sua história que vêm à luz, a partir dos arquivos. Crianças, jovens, adultos e idosos, todos têm necessidades de informação que devem ser respeitadas em suas especificidades e o arquivo, como lugar também de memória, se incumbe de fazer valer o direito à informação e, por isso, pode propor atividades que busquem aproximar o público, mesmo aquele que ainda não reconhece necessidade informacional alguma.

Os resultados percebidos nos currículos podem ser indícios de que as universidades e seus cursos de graduação em Arquivologia estão pensando na difusão como instrumento para o acesso à informação e como importante para a formação do arquivista. Algumas delas reconhecem também o caráter mediador deste profissional, pois dispõem de disciplinas que incorporam a temática. A busca por publicações científicas afeitas à difusão na Arquivologia, por outro lado, demonstrou que há escassez de pesquisas sobre a temática, mas trouxe à luz resultados positivos tanto sobre a diversidade de conteúdos (sobre difusão em arquivos fotográficos, trabalhos com a educação patrimonial, ações junto à administração pública), quanto sobre a diversidade de países que estão pensando sobre a questão.

Ao correlacionar as disciplinas que incorporam esta pesquisa e suas informações correspondentes, percebeu-se dificuldade em conseguir acesso a algumas destas informações. Considerando que são dados públicos, poderiam estar disponíveis no *website* institucional, mas

esta situação nem sempre ocorreu, fazendo com que fosse necessário manter contato telefônico e também por e-mail com algumas universidades. Ainda assim, no entanto, não foi possível levantar algumas informações para a análise das disciplinas, como sua bibliografia básica e, ou complementar utilizada. Quando houve esta situação, o caso foi referido com a expressão “Informação não disponibilizada pelo *website* institucional”, no Quadro 23.

Em referência às atualizações curriculares, a fim de poder inferir se, nos 16 cursos de graduação elas influenciaram na quantidade e qualidade de disciplinas referentes à difusão na Arquivologia, seria necessário comparar quantas atualizações curriculares houve em cada universidade e traçar as disciplinas que eram ministradas em cada um destes momentos. Como este não foi o foco desta pesquisa, suscita-se a relevância de que sejam realizados outros estudos sobre a temática, a fim de identificar como o ensino da difusão vem sendo considerado ao longo dos anos e de que maneira vem passando as diferentes abordagens da Arquivologia, como afirma Schmidt (2012).

Foi possível afirmar, com base nos resultados encontrados, que as 63 disciplinas fazem menção à difusão como um processo pertencente mais veementemente à idade permanente do ciclo de vida documental (11 disciplinas na categoria “7 Arquivo permanente / Arquivos permanentes;” e 18, na categoria “5 Descr*, representação.”), relacionado a ações educativas (03 disciplinas), mas também bastante relacionado ao *marketing* (14 disciplinas), como mecanismo para a promoção de acervos. Também considerou-se a partir de sua leitura, que a difusão é um processo em que são levados em conta os usuários da informação, mencionados por vezes também, a dualidade existente entre usuários potenciais e frequentes.

Entre as categorias com menor proporção de disciplinas vinculadas, está a categoria “6 Mediação, competência, comunicação;”, em que foram encontrados conteúdos que versam sobre o caráter mediador e de referência do arquivista. Este número reduzido de disciplinas (02, nesta categoria) pode denotar que há pouca ênfase, dentro dos cursos de Arquivologia, no ensino das habilidades que são requeridas ao arquivista, para reconhecer o público do arquivo e realizar a difusão das informações com as quais trabalhará quando formado.

Constatou-se, nesse sentido, que a difusão na Arquivologia vem sendo tratada com atenção nos cursos de graduação em Arquivologia, a partir do que viu-se nos resultados encontrados. Como resultado expressivo, que pode justificar esta afirmação, observamos que uma das categorias com mais disciplinas correlacionadas é a categoria “1

Difusão, divulgação, disseminação, *marketing*,” que aborda de maneira teórico-prática o processo de difusão na Arquivologia, suscitando conteúdos que podem fazer com que os discentes compreendam a relação ampla da difusão com a atuação do arquivista.

A difusão, como função da Arquivologia, dota esta ciência de um caráter comunicacional, pois é ela que abre caminho, para que as informações possam ser disseminadas e traça práticas e diretrizes, que podem envolver o público neste processo cíclico e cooperativo “arquivista – informação orgânica – público”. Os objetivos da difusão são múltiplos e envolvem mais do que somente a gestão de informações; traçam caminhos para a cooperação nacional e internacional entre arquivos (como visto com os projetos Sinergia ALA e Europeia, por exemplo), tornam o público mais consciente dos seus direitos e também do dever de cuidar de seus documentos, além de, principalmente, dar valor ao trabalho diário do arquivista, por vezes esquecido, ou ocultado, mas necessário para reavivar, diariamente, a identidade social.

Mais estudos sobre a difusão na Arquivologia precisam ser realizados, para que haja outros relatos sobre ações educativas realizadas em ambientes diferentes de escolas, ou arquivos e se consiga obter mais foco no ensino desta temática pelas universidades, junto a mais reconhecimento do profissional, do público e dos arquivos, fomentando também o repasse de recursos para estas instituições.

Sob a perspectiva dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009), à sociedade deve ser dado o direito a participar de sua história e a difusão, utilizando-se de arquivos e de acervos, colabora para construções e reconstruções de memórias coletivas que têm o poder, muitas vezes, de reavivar a identidade dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, Ramón. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003. 221 p.

ALDABALDE, Taiguara Villela. Arquivologia e pedagogia arquivística: Bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. p. 198-212.

ALMEIDA, Carlos C. de; BASTOS, Flavia Maria; BITTENCOURT, Fernando. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 06, n. 1, p.68-89, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/view/749/651>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; SILVA, Helane Cibely Albuquerque da; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Marketing arquivístico: uma análise curricular do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 7, n. 2, p. 233-246, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1966/2087>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p.1-23, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/6/12>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

AMARAL, Sueli Angélica do. O profissional da informação e as técnicas de marketing. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v. 23/24, n.2, p. 173-188, 1999/2000. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17522/3/ARTIGO_OProfissionaldaInformacaoeasTecnicas.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. Propostas curriculares em questão: saberes docentes e trajetórias de formação. In: CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papyrus, 2007. Cap. 3. p. 43-62.

ANDRADE, Fábio L.. Difusão cultural arquivística por meio de jogos digitais educativos. In: PARRELA, Ivana Denise; KOYAMA, Adriana Carvalho (Org.). **Simpósio temático Arquivos & Educação**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2016. p. 84-94. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-BESfxHN3OgVzIEOUk5Q29KNjg/view>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ANGULO RASCO, José Félix. ¿A qué llamamos currículum?. In: ANGULO RASCO, José Félix; BLANCO, Nieves (Org.). **Teoría y desarrollo del currículum**. Málaga: Aljibe, 1994. p. 01-10.

APPLE, Michael Whitman. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. Cap. 2. P. 39-57.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p.21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: O diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014. 200 p.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p.50-63, jan/abr. 2013.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Histórico**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/institucional/historico.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 4, Rio de Janeiro, abr. 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA BAHIA. **I Café Arquivístico**. 2015. Disponível em: <<http://www.arquivistasbahia.org/2015/05/28/i-cafe-arquivistico%E2%80%8F/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ARQUIVOS. **Sinergia ALA**. 2018. Disponível em: <<http://www.alaarchivos.org/sinergia-ala/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BANQUE DE PRET ARCHIVES DU SÉNÉGAL. **Commemoration du centenaire des Archives du Sénégal (1913-2013)**. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/Banque-de-pret-Archives-du-S%C3%A9n%C3%A9gal-1736473146644359/?hc_ref=ARROXQK09YX6bkS7sAEpywx5keqQzEjjSTDxzz_ElgMnmWBi3jiAgG5p3Sj5IP6QA&fref=nf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber da. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.45-66, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/337>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. 280 p.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; MARTINS, Wanessa Rodrigues. A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a Ciência da Informação no âmbito da representação em arquivos. **Revista Ágora**. Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 132-149, 2015. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/555/pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Emancipação. In: BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. Cap. 1. p. 23-63.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. 41 p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006. 320p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Cooperação arquivística e patrimônio cultural. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.186-202.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 14. p. 227-247.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imesp, 2007. p. 30-43.

BLUNDELL, Shelley. **Archival literacy in action**: Exploring information literacy capabilities in the Ludy T. Benjamin, Jr. Popular Psychology Magazine collection. 2013. Disponível em: <http://www.ohioarchivists.org/wp-content/uploads/2013/07/Blundell_soa_2013-04_handout_archlit.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BOTTINO, Marisa. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.15, n.23, 1994, p.12-18.

BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. **Persée**, Lyon, v. 30, p.03-06, nov. 1979. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRANDÃO, Gleise; BORGES, Jussara. Mediação da informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. **RACIn: revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 4, n. especial, p.118-136, out. 2016. Disponível em: <http://racin.Arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0118-0136.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 79.329, de 02 de março de 1977**. Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do

Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79329-2-marco-1977-428242-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 136 p. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. eMAG: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. Brasília: SLTI, 2014. 92 p. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/eMAGv31.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_dirtrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília, Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1363, de 29 de janeiro de 2002. Retificação do Parecer CNE/CES 492, de 09 de julho de 2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Arquivologia. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CES 492, de 09 de julho de 2001. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Arquivologia. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. In: **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo 1, Parte 2, 1839. p. 09-14. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18467/collecao_leis_1838_parte2.pdf?sequence=2>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Resolução nº 13, de 9 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a implantação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e de websites de instituições arquivísticas. Brasília. Disponível em:

<http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_Construcao_websites.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.35-44, jun. 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/336/33>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CAPURRO, Rafael. **Epistemología y Ciencia de la Información**. 2003. Disponível em: <<http://www.capurro.de/enancib.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. **The concept of information**. 2003. Disponível em: <<http://www.capurro.de/infoconcept.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. Prólogo: a rede e o ser. In: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. v.1. p. 61-85.

CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. Arquivística e Arquivologia. In: CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística=técnica, Arquivologia=ciência**. Brasília: ABDF, 1985. v. 1. p. 17-27.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 67-83, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; GALO, Regina Aranda da Cruz; VENDRAMINI, Virgínia. Estudo de usuários na Arquivologia: reflexões. In: VII Seminário em Ciência da Informação, 2017, Londrina. **Anais...** 2017. p. 382-397. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/461/285>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHAPRON, Françoise. L'évolution de la place de l'information-documentation dans l'enseignement scolaire. In: Assises nationales education à l'information et à la documentation: clés pour la réussite, de la maternelle à l'université, 2003, Paris. **Anais...** .2003. P. 1 – 10. Disponível em: <<http://urfist.enc.sorbonne.fr/anciensite/Assises/Ass-Chapron.htm#1.3>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CHARBONNEAU, Normand. La diffusion. In: COUTURE, Carol et al. **Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine**. Québec: Presses de L'université du Québec, 2008. Cap. 8. p. 373-428.

CHAVES, Marcelo Antônio. Difusão nos arquivos: difundir o quê?. In: XII Congreso de Archivología del Mercosur, 2017, Córdoba. **Anais...** .2017. p.5 – 20. Disponível em: <<http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/TOMO-V.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

COLEGIADO DE ARQUIVOS. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. 2016. Disponível em: <<http://arquivoscnpb.blogspot.com.br/p/plano-setorial-de-arquivos.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Annual Conference 2017**. 2017. Disponível em: <<https://www.ica.org/en/annual-conference-2017>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência da**

Informação, Brasília, v. 39, n. 2, p. 129-143, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652010000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2018.

COUTINHO, Clara; LISBÔA, Eliana. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, Lisboa, v. 18, n. 01, p.05-22, 2011.

Disponível em:

<http://revista.educ.ie.ulisboa.pt/arquivo/vol_XVIII_1/artigo1.pdf>.

Acesso em: 17 jan. 2018.

COUTURE, Carol. La politique de gestion des archives. In: COUTURE, Carolet al.. **Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine**. Québec: Presses de L'université du Québec, 2008. Cap. 1. p. 03-30.

COUTURE, Carol et al.. **Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine**. Québec: Presses de L'université du Québec, 2008. 559 p.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean-Yves. L'archivistique a-t-elle trouvé son identité?. **Argus**, Québec, v. 17, n. 02, p. 51-60, 1988.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999. 190 p.

CRESWELL, John W.. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 248p.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo?

Prisma.com, n. 4, p. 3-36. 2007. Disponível em:

<<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/645/pdf>>.

Acesso em: 17 jan. 2018.

DELGADO GÓMEZ, Alejandro. Los archivos como construcción social. In: DELGADO GÓMEZ, Alejandro; CRUZ MUNDET, José Ramón. **El archivo como construcción social**. Las Palmas: Anroart, 2010. p. 7-111.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.49-64, jan./jun. 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1976>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

EGAN, M.; SHERA, J. Foundations of a theory of bibliography. **Library Quarterly**, v. 44, p. 125–137, 1952.

EUROPEANA. **Nicola Perscheid**. 2017. Disponível em: <<https://www.europeana.eu/portal/pt/search?q=Nicola+Perscheid&view=grid>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FALLIS, Don. Introduction: Social Epistemology and Information Science. **Social Epistemology**, Londres, v. 16, n. 01, p.01-04, 2002. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02691720210132752?needAccess=true>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FÁVERO, Osmar. Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 614-617, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a17v2899.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FERREIRA, Letícia Elaine; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 158-167, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n1/11.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília, DF: Líber Livro, 2012. 94 p.

FREIRE, G. H. de A. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2004. Disponível em: <http://www.isafreire.pro.br/gustavo_freire_tese.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p.06-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

GAGNON-ARGUIN, Louise. La création. In: COUTURE, Carol et al. **Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine**. Québec: Presses de L'université du Québec, 2008. Cap. 3. p. 69-101.

GAMA, Fernando Alves; FERNEDA, Edberto. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 148-169, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7352/7005>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

GLASS, Bentley. **The timily and the timeless: the interrelationship of science, education and society**. Nova Iorque: Basic Books, 1970.

GOBIERNOCR. **Costa Rica consolida su ruta hacia la transparencia y acceso a la información**. 2017. Disponível em: <<http://gobierno.cr/costa-rica-consolida-su-ruta-hacia-la-transparencia-y-acceso-a-informacion/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social.. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 17 jan. 2018.

GVIRTZ, Silvina; PALAMIDESSI, Mariano. **El ABC de la tarea docente: teoría, curriculum y enseñanza**. Buenos Aires: Aique, 2006. 280 p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.189 p.

HARDEN, Ronald M.. The integration ladder: a tool for curriculum planning and evaluation. **Medical Education**, v. 34, n. 07, p. 551-557, jul. 2000. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10886638>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. Ed. Sevilla: Gráficas del Sur, 1991. 478 p.

HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis et al. La construcción de la Archivística: Una aproximación a la investigación científica a través de las tesis doctorales. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. p. 34-65.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. del P.. **Metodología de la investigación**. 5. ed. Cidade do México: Interamericana, 2010. 656 p. Disponível em: <<http://www.freelibros.org/metod-de-la-investigacion/metodologia-de-la-investigacion-5ta-edicion-roberto-hernandez-sampieri.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

HERRERA HUÉRFANO, Eliana; SIERRA CABALLERO, Francisco; DEL VALLE ROJAS, Carlos. Hacia una Epistemología del Sur: decolonialidad del saberpoder informativo y nueva Comunicología Latinoamericana. Una lectura crítica de la mediación desde las culturas indígenas. **Chasqui: revista latinoamericana de comunicación**, Quito, n. 131, p.77-105, abr./jul. 2016. Disponível em: <<http://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2694/pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal Of The American Society For Information Science**, v. 46, n. 06, p.400-425, jul. 1995. Disponível em: <<http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/8023877/r5.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1484227772&Signature=FLDbXIR57uN%2FvLIInn7dGrkAqVfI%3D&response-content->>

disposition=inline%3B%20filename%3D%20Toward_a_new_horizon_in_formation_scie.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <<https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/informacao-arquivistica-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LAMIZET, Bernard; SILEM, Ahmed. **Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication**. Paris: Ellipses-Édition Marketing S.A., 1997.

LANGHI, Rodolfo; NARDI, Roberto. Ensino da astronomia no Brasil: educação formal, informal, não formal e divulgação científica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 4402-4412, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172009000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 119 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. 293 p.

LE MONDE AFRIQUE. **Les Archives en Afrique, un patrimoine culturel de l'Humanité**. 2015. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/afrique/article/2015/03/20/les-archives-en-afrique-un-patrimoine-culturel-de-l-humanite_4598229_3212.html>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LINDEN, Leolíbia Luana. **O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística**. 2017. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174715/346505.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2 ed., Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOUSADA, Mariana. **A mediação da informação na Teoria Arquivística**. 2015. 135 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

MANSUR, Gabriella Diniz. Educação patrimonial: estudo de caso das experiências educativas realizadas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. In: PARRELA, Ivana Denise; KOYAMA, Adriana Carvalho (Org.). **Simpósio temático Arquivos & Educação**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2016. p.10-28. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-BESfxHN3OgVzIEOUk5Q29KNjg/view>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MARANDINO, Martha et al. A educação não formal e a divulgação científica: o que pensa quem faz?. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS (ENPEC), 4., 2004, Bauru. **Anais...** Bauru, 2003.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A construção do “campo científico” da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p.101-117, jan./jun. 2008.

MARTELETO, Regina Maria. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio

de Janeiro: Garamond, 2017. p. 29-48. Disponível em:
<<http://www.garamond.com.br/produto/Pierre-Bourdieu-e-a-produ%E7%E3o-social-da-cultura%2C-do-conhecimento-e-da-informa%E7%E3o.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 1-8, jan./abr. 1995.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Sociologia do Currículo: origens, desenvolvimento e contribuições. **Em aberto**. Brasília, v. 9, n. 46, p. 73-83, abr/jun 1990.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. Cap. 1. p. 07-37.

NASCIMENTO, Denise Morado. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 02, p.25-35, jul./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/477/1474>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, p.01-11, 2004. Disponível em:
<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/morado_info.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5., 2012, Salvador. **Anais...** . Salvador, 2012.

OPORTO ORDÓÑEZ, Luis. La enseñanza de la archivística genesis y desarrollo mundial. **Revista Fuentes del Congreso**, La Paz, v.3, n.3, p.17-29, abr. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> >. Acesso em: 17 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> >. Acesso em: 17 jan. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Ciência da Informação: do objetivo ao objeto. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **El objeto de estudio de la bibliotecología / documentación / ciencia de la información: propuesta, discusión, análisis y elementos comunes**. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2013, p. 151-177. Disponível em: <<http://132.248.242.6/~publica/conmutarl.php?arch=1&idx=275>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PARRELA, Ivana Denise; KOYAMA, Adriana Carvalho (Org.). **Simpósio temático Arquivos & Educação**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2016. 144 p. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-BESfxHN3OgVzIEOUk5Q29KNjg/view>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PEGEON, Annick. Uma experiência pedagógica em arquivos: a disciplina “Arquivo” dos Archives Nationales da França. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.89-102, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/339>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PERRON, Johanne; CHARBONNEAU, Hélène. La préservation. In: COUTURE, Carol et al. **Les Fonctions de l'Archivistique**

Contemporaine. Québec: Presses de L'université du Québec, 2008. Cap. 9. p. 429-470.

PINAR, William F. **Estudos curriculares:** ensaios selecionados. São Paulo: Cortez, 2016. 220 p.

PINAR, William F. **La teoría del curriculum.** Madri: Narcea, 2014. 304 p.

PINAR, William F. **The character of curriculum studies:** bildung, currere, and the recurring question of the subject. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011. 255 p.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p.1-11, 2004. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4108/3759>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES. **Bases de dados.** 2017. Disponível em:

<http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pmetabusc&a&mn=70&smn=78&base=find-db-1&type=b&Itemid=121>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PRESSAFRIK. **Accès à l'information:** Article 19 presse le Sénégal à se doter d'une loi. 2017. Disponível em:

<http://www.pressafrik.com/Access-a-l-information-Article-19-presse-le-Senegal-a-se-doter-d-une-loi_a171258.html>. Acesso em: 17 jan. 2018.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA. **Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia:** deliberações da I Reunião. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.reparq.arquivistica.org/reparq2010>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

RIBEIRO, Fernanda. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.20, n.1, p. 63-70, jan./abr. 2010

RIBEIRO, Raphael Rajão; TORRE, Michelle Márcia Cobra. Educação patrimonial e o ensino de História em instituições arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.67-88, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/338/33>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ROCHA, Eliane C. F.. Usuários e arquivos: problematizando as mediações. In: PARRELA, Ivana Denise; KOYAMA, Adriana Carvalho (Org.). **Simpósio temático Arquivos & Educação**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2016. p. 67-83. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-BESfxHN3OgVzIEOUk5Q29KNjg/view>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, out. 2015. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95>>. Acesso em: 17 Jan. 2018.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. **Archivística y archivos: soportes, edificio y organización**. Carmona: S & C, 1997. 520 p.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, gestão de documentos e informação. **Encontros Bibli**. Florianópolis, n. especial, p. 01-13, 2004. Disponível em: <[273eorf://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1/5486](http://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1/5486)>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Dos documentos administrativos aos arquivos. In: **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Pt: Publicações Dom Quixote, 1998. p.32-42.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p.01-15, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una epistemología del sur: la reinvencción del conocimiento y la emancipación social**. México: Siglo XXI-CLACSO, 2009. 368 p.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2009a. Cap. 3. p. 175-223.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003224/571b9745e73c9913e24c21997c5a4cdc/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutoradoem Ciência da Informação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/publico/ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Escola Pero Vaz de Caminha completa 52 anos**. 2013. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/imprensa/noticias/24452-escola-pero-vaz-de-caminha-comemora-52-anos>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SENA, Priscila Machado Borges. **A biblioteca universitária na educação à distância**: papel, características e desafios. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <[275eori://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129086/332346.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129086/332346.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**, n. 9, p. 1-37, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/700>>. Acesso em 17 jan. 2018.

SILVA, E.. A noção de informação arquivística. In: ROGRIGUES, G. M.; COSTA, M. G. (Org.). **Arquivologia**: configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 37-68.

SILVA NETO, Carlos Eugênio; LIMA, Janecely Silveira de; MACIEL, João Wandemberg Gonçalves. A formação pedagógica do arquivista no Século XXI: o aprendizado do Hipertexto. Biblos: **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**. Rio Grande, v. 24, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/555/pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Cultura y curriculum como prácticas de significación. **Revista de Estudios del Curriculum**, Barcelona, v. 01, n. 01, p. 59-76, 1998.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil. In: MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto (Org.). **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 75-95. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21127/3/Perfil-evolucao_RI.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos;

INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2009. p. 77-172.

SOUTO, M. **Grupos y dispositivos en Formación**. 10. ed. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas/Facultad de Filosofía y Letras-UBA, 1999. 144 p.

SZLEJCHER, Anna. Cooperación y articulación: Red Iberoamericana de Enseñanza Archivística Universitaria (RIBEAU). In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, VII, 2007, Viña del Mar. **Anais...** .Viña del Mar: 2007.

TAKAHASHI, Tadao (Org). **Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. 2000. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

TANODI, Aurelio. **The status of archivists in relation to other information professionals in the public service in Latin America**. Paris: UNESCO, 1985.

TANUS, Gabrielle F. de S. C.. **Cenário acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TODA MATÉRIA. **Revolução Meiji**. 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/revolucao-meiji/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93669>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://arquivologia.fci.unb.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE DO PORTO. **Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação**. 2018. Disponível em: <<https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1668>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://arquivologiauepb.com.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/cin/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/arquivologia/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<https://blog.ufba.br/ici/ensino/arquivologia/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufpb.br/arqv>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://arquivologia.ufsc.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/arquivologia/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br/unidades-academicas/capital/instituto-de-filosofia-ciencias-humanas-e-sociais/18-ufam/institucional/unidades-academicas>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.arquivologia.ufes.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.unirio.br/arquivologia>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.icsa.ufpa.br/index.php/arquivologia>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.arquivologia.furg.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Curso de Graduação em Arquivologia**. 2018. Disponível em: <<http://www.uff.br/?q=curso/arquivologia/12684/bacharelado/niteroi>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

VASCONCELOS, Clara; PRAIA, João Félix; ALMEIDA, Leandro S.. Teorias de aprendizagem e o ensino/aprendizagem das ciências: da instrução à aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, Umuarama, v. 7, n. 1, p.11-19, 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/pee/v7n1/v7n1a02.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

VÁZQUEZ MURILLO, Manuel. **Administración de documentos y archivos**: planteos para el siglo XXI. Buenos Aires: Alfagrama, 2008, 176 p.

VEGA-ALMEIDA, Rosa Lidia; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. Carlos; LINARES, Radamés. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. **Information Research**, Londres, v. 14, n. 02, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/14-2/paper399.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

VIDULLI, Paola. **Diseño de bibliotecas**: guía para planificar y proyectar bibliotecas públicas. Gijón: Trea, 1998. 296 p.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 03, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.